O Rio em Movimento
Quadros Médicos e(m) História
1890-1920
Myriam Bahia Lopes
EDITORA
FIOCRUZ

O Rio em Movimento:

quadros médicos e(m) história

1890 - 1920

O Rio em Movimento:

quadros médicos e(m) história

1890 - 1920

Myriam Bahia Lopes

A Alberto, Bernardino, Therezinha (in memoriam)

e Maria Luiza

Os pensamentos são ditos em palavras discretas,
no duplo sentido desta palavra:
não se impõem e se interrompem uma vez ditos: palavras de fragmento,
palavras descontínuas, reservando (...)
a possibilidade de uma razão discreta.

(Maurice Blanchot - *L'entretien Infini*, 1969:502)

Sumário

Prefácio

O cenário é nosso conhecido: o Rio de Janeiro vivendo os primeiros tempos do regime republicano. A cidade colonial ainda visível no traçado das ruas e nos costumes de seus habitantes. A ausência de saneamento básico, a sujeira das ruas e a promiscuidade dos cortiços acentuam a ameaça de doenças contagiosas, tornando mais visível a pouca adesão dos citadinos aos princípios de urbanidade. Na esteira dos anos da propaganda republicana, liberais e positivistas trilham caminhos diversos e polemizam na defesa de ideais republicanos. Restam ainda alguns renitentes defensores do regime monárquico. O trabalho escravo ficou no passado em meio à formação do mercado de trabalho livre. Imigrantes chegam, falam línguas desconhecidas, trazem na bagagem aspirações de melhores dias e hábitos e contrastam com o da população local.

As autoridades governamentais se esforçam para transformar a cidade em cartão de visitas do Brasil: o bota-abaixo do morro da Favela e a guerra aos cortiços; a abertura de largas avenidas ladeadas de edifícios construídos com as modernas técnicas da engenharia e obedecendo aos padrões neoclássico e eclético; médicos e engenheiros sanitaristas não chegam a um acordo quanto aos meios eficazes de erradicação de doenças epidêmicas. A população reage, ou ao menos parte dela, contra as campanhas de vacinação obrigatória. Contudo, entre as pessoas avessas a se deixarem inocular com a vacina encontram-se muitas que não o fazem por ignorância ou preconceitos arraigados.

É exatamente esse desencontro de opiniões que chega a se enfrentar nos jornais e revistas, que cresce assumindo a dimensão de revolta violenta no qual a população amotinada subverte a delimitação entre o espaço público e o privado, que provoca a intriga que Myriam resolveu investigar.

Sua pesquisa começa, pois, rejeitando o recorrente quadro completo, no qual vacinistas atuam incitando a reação dos que dele discordam. Ou seja, um quadro onde as peças se encaixam como num grande mosaico e que para ela soa como explicação simples demais. Procura, como boa pesquisadora, se assemelhar a um detetive; detetive pouco prosaico, no entanto, quando empresta a Walter Benjamin a noção de centelha e a desconfiança nas interpretações que arrematam os fios dispersos da ação e do pensamento num argumento explicativo acabado, fácil, conclusivo, com freqüência bastante assemelhada às 'verdades científicas' que pretende derrubar. Em suma, recusa as pistas muito evidentes.

Questiona a maneira como história e medicina se tornam cúmplices para falar de uma cidade – Rio de Janeiro – que se 'civiliza', aceita a provocação benjaminiana de que "todo documento de cultura é também um documento de barbárie". Discorda, portanto, dos que

descartam *a priori*, como pouco importantes, os pressupostos e os procedimentos dos médicos antivacinistas, dado que o tempo mostrou que a razão estava com os adeptos da vacina. Num movimento a contrapelo, Myriam desvenda uma outra prática, estigmatizada pela opinião do saber oficial que a combatia, e reduzida ao esquecimento pelos historiadores. Dirige sua atenção para os profissionais vinculados aos postulados do positivismo e que não necessariamente contrariavam o lema 'ordem e progresso' ao denunciarem a prática invasiva da vacinação, em circunstâncias nas quais os métodos disponíveis faziam de cidades, países e continentes laboratórios de experimentação.

Com seu procedimento, Myriam chega aos alicerces das disputas médicas: os preceitos científicos também se fundamentam em pressupostos filosóficos. O embate de opiniões científicas não se esgota nas 'verdades comprovadas' pela prática médica. Tal como a engenharia sanitária, sua companheira de rota na adesão a uma dada concepção de sanitarismo, os médicos vacinistas têm suas certezas amparadas no pressuposto liberal da identificação e universalidade do agente epidêmico. Com base em outros pressupostos, os clínicos positivistas se batem pela concepção mesológica de complementaridade entre a natureza e o equilíbrio dos corpos. No debate, entretanto, a historiografia tem embarcado no poder de convencimento dos argumentos da documentação médica de época, na qual inexistem registros dos fracassos provocados pelas reações orgânicas à vacina. Contudo, na trajetória de certezas, houveram reversões de expectativa que chegaram às vezes até à morte. Considerada, talvez, acidente de percurso, sacrifício necessário 'no altar da ciência' para que a prática médica se aperfeiçoasse.

Recorrendo a fontes diversas, nas quais falas médicas, leis e códigos mesclam-se a caricaturas e considerações irônicas, e nas quais também informações jornalísticas completam e/ou contradizem justificativas policiais para a repressão à população amotinada, Myriam nos apresenta um quadro fragmentado, inacabado, onde a lógica dos argumentos oficiais são entrecortados por vozes dissonantes: menos um diálogo e mais o desencontro de certezas inscritas em campos diferentes, incapazes de se escutarem. Uma luta política acima de tudo, que em muito extrapola os limites geográficos do Brasil e expõe uma guerra não convencional que se espalha pelo 'mundo civilizado' do século XIX e início do XX.

Myriam chega, assim, a outro ponto polêmico ante o qual não recua: o da forma como as 'idéias' e o conhecimento circulam entre países, indiferentes às fronteiras dos Estados nacionais, muito mais relacionadas com o debate entre grupos de especialistas aferrados às suas próprias convicções.

Incansável, Myriam fez deste trabalho o ponto de partida para o exercício da pesquisa que recusa conclusões aprisionadas a teorias explicativas da história. Ela não se detém perante o desafio de percorrer textos pouco usuais na prática historiográfica, tais como a dimensão técnica das teorias médicas e, sobretudo, seus pressupostos teórico-filosóficos. O mesmo fez com a fotografia, mostrando-a como algo muito mais complexo do que uma técnica a serviço da 'verdade científica' fixada pela neutralidade das lentes ou docilmente empregada pelo fotógrafo em busca de uma concepção estética. Foi além, encarou o desafio de aproximar-se da caricatura, não somente como ilustração de um argumento seu, mas dela fazendo fonte historiográfica.

Considero importante salientar, por último, sua ousadia maior: a forma inovadora de escrita a partir de narrativas entrecruzadas, nas quais confirma a recusa a dar uma resposta acabada a suas indagações e desvenda facetas inesperadas que introduzem ruído em toda e qualquer explicação conclusiva a que se queira chegar. Importante também lembrar, e aqui se expõe a presença da ex-orientadora, que esse começo de trajetória de pesquisa, iniciada em 1982, na Linha de Pesquisa 'Cultura e Cidade' da Pós-Graduação em História da Unicamp, abriu novas perspectivas para os estudos sobre questões urbanas, mas prosseguiu e se faz presente em diversos momentos deste livro que sofreu uma revisão importante, a de atualizar seu diálogo com os trabalhos recém-publicados e com sua própria tese de doutorado, defendida na Universidade Paris VII, sob a orientação da historiadora Michelle Perrot, em fevereiro de 1997.

Maria Stella Martins Bresciani
Doutora pelo Departamento de História/USP.
Coordenadora de Linha de Pesquisa na Pós-Graduação
de História do Centro Interdisciplinar de Estudos
sobre a Cidade (Unicamp) e do
Projeto *Les Mots de la Ville* (Unesco).

O presente texto deve ser lido como um ensaio. Nele, travamos uma luta implícita contra a rigidez das palavras: tipo, civilização, regeneração, moderno.

Buscamos anular os pólos passado-presente e indagar o sentido histórico congelado na representação de 'O Rio de Janeiro Civiliza-se'. Visamos à centelha benjaminiana, brilho do olhar relativista. Com as citações, estabelecemos cortes dinâmicos no texto, visualizamos margens e induzimos o leitor a comparar. Texto e imagem diversificam os acessos às questões formuladas.

A força do detalhe se nutre de um trabalho de quatro anos e meio, quando fomos reunindo uma vasta gama de material pesquisado: legislação, teses médicas, artigos de revistas especializadas e de jornais, projetos arquitetônicos de saneamento da cidade e de suas edificações, relatórios, pareceres, mapas, fotos, gráficos e charges. A riqueza das fontes muito nos impressionou e por pouco não ficamos presos à trama da memória da cidade do Rio de Janeiro. Exercitamo-nos na resistência à sedução das imagens primorosamente trançadas durante o período estudado. Nosso terreno de observação é temático e nosso ponto de partida é: como as questões relacionadas à saúde dos cariocas se transformam?

A confecção do texto, a tentativa de resgatar toda a atualidade das fontes, nos colocou um desafio. Como movimentarmo-nos pela trama urbana? Como não repetirmos as sínteses e os deslocamentos operados na construção da imagem do Rio de Janeiro, cartão-postal do Brasil? Resolvemos mergulhar nas fontes, encarar o risco e utilizar o material pesquisado, fazendo vibrar experiências perceptivas da cidade diluídas na representação imagética. Questionamos os recortes e as delimitações da memória histórica. Buscamos a diversidade de forças e esperanças presentes nos projetos para a cidade carioca. Talvez o leitor se choque com a quantidade de informações presente no texto. Para além das paisagens, da suavidade das visões totalizantes, claras e unificadoras, obtidas do alto da cidade, convidamos o leitor a realizar um percurso pelo avesso da trama urbana.

No *primeiro capítulo* experimentamos o bombardeamento de informações, a justaposição de códigos, a cidade em permanente construção e demolição. Seguindo esta estratégia de redação, propusemo-nos a intervir nas imagens cristalizadas na memória histórica da cidade. A primeira questão é: como um sentido da história da cidade do Rio de Janeiro no início deste século se produz e é transmitido?

A representação da história desse período é composta por imagens que seguem o modelo mortuário da fotografia do século XIX.[1] A fotografia, ao enquadrar cenas e congelar tipos, é uma das facetas da produção da memória histórica do período. As fotos, enquanto testemunho de um olhar instrumentalizado, operam um recorte no tempo e no espaço e impõem um sentido à aproximação perceptiva da

[1] *"Tomar uma fotografia é como participar da mortalidade e mutabilidade de uma pessoa (ou objeto). Precisamente por lapidar e cristalizar determinado instante, toda fotografia testemunha a dissolução inexorável do tempo." (Sontag, 1982:15; Barthes, 1981; Méredieu, 1984).*

cidade. A seriação apaziguada da dinâmica urbana opera uma redução do processo histórico do período em estudo. O movimento é estancado na produção imagética do antes e depois da remodelação urbana. As fotografias e caricaturas são elementos importantes na construção do roteiro oficial do teatro urbano dividido na seguinte seqüência:

Ato 1: A Cidade Colonial

Entreato: A Crise Urbana

Ato 2: Saneamento e Remodelação da Capital do Brasil – O Rio de Janeiro Civiliza-se

A concepção teatral da história modifica a perspectiva: os diferentes ângulos do objeto retratado são aplainados. Analogamente, na fotografia panorâmica, para o alcance visual da câmara ampliar-se em extensão, reduzem-se os ângulos do objeto retratado. Eleger um sentido para a aproximação da história do período não produz um resultado semelhante ao obtido pela técnica de confecção dos panoramas?

No *segundo capítulo*, observamos o debate travado entre os clínicos positivistas e os adeptos da bacteriologia e da anatomia patológica. Por um lado, o resultado da vacina antivariólica divulgado por Jenner (1749-1823) no fim do século XVIII é cristalizado e os médicos elegem a vacina o marco zero da medicina científica. Por outro, os médicos positivistas criticam a generalização do resultado de Jenner na teoria dos germes. As duas concepções em conflito se tangenciam em alguns pontos: na relação normal/patológico e no conceito de regulação biológica.

Abrimos o *terceiro capítulo* com comentário de um jornal antivacinista inglês – cuja circulação chegou a superar os cem anos – sobre a Revolta da Vacina.

Indicamos uma visão estereotipada comum no período em estudo – a Revolta exprime o atraso da civilização brasileira diante do avanço da ciência. José Murilo Carvalho e Nicolau Sevcenko não endossam tal ponto de vista, mas passam ao largo do discurso do IAPB, importante interlocutor, na medida em que seu discurso desmonta esta visão da história. Os membros do IAPB apontam as divisões na corporação médica e científica e mostram como uma medida que se pretende universal coloca desafios técnicos que a comprometem. Limitamo-nos aqui aos exemplos mais importantes: a desativação da vacina por ocasião de seu transporte e a transmissão da sífilis pela vacinação antivariólica.

Durante a Revolta, a apropriação das ruas, a quebra de lampiões, a virada de bondes e a construção de barricadas formam uma experiência singular de alguns habitantes no espaço urbano. Há uma recodificação da grafia urbana, em que os símbolos da civilização são reapropriados e se transformam em táticas de luta da população. Ação física que atinge alvos precisos e expressa uma trajetória do desejo

da população amotinada. A idéia de que a partir da remodelação do espaço são criados novos hábitos na população, é invertida. A nova forma de apropriação do espaço, criada pela multidão, se traduz como negação das normas de gestão da cidade moderna. O roteiro do teatro urbano e a idéia linear e positiva do progresso são questionados pela ação popular.

* * * * *

Em contrapartida à solidão do escritor, este trabalho foi tecido com fios de deliciosos encontros. Nas suas entrelinhas, recobramos o fôlego em andanças interdisciplinares, em permutas, em laços de amizades que foram se desenhando. Devido à distância temporal que separa a elaboração e a publicação do texto, indicamos alguns desenvolvimentos futuros e optamos por conservar a estrutura original, como expressão de um momento deste percurso.

Aos funcionários, diretores ou proprietários dos arquivos, bibliotecas e institutos onde pesquisamos, agradecemos a atenção e a generosidade em ceder os direitos de reprodução das imagens.

À brilhante Maria Stella Martins Bresciani agradeço o talento de somar o trabalho e a amizade.

Aos velhos amigos e leitores: a Teodoro Rennó Assunção, crítico das primeiras frases; à Cecília e Dirce Neves Ribeiro, intérpretes das músicas satíricas.

Aos demais professores do Instituto de Filosofia de Ciências Humanas (IFCH/Unicamp) dos anos 80 agradeço as indicações bibliográficas; em especial, a Alcir Lenharo, *in memoriam*, a leitura atenta, ao lado de Maria Sylvia Carvalho Franco e Ítalo Tronca, todos argüidores na banca de mestrado. A Maria José Trevisan e Jeanne Marie Gagnebin agradeço a 'ciência feminina'.

No Rio de Janeiro, sou grata à receptividade dos pesquisadores cariocas, em especial, Paulo Gadelha e Marly Brito; Ângela Pôrto, a troca de informações acerca dos positivistas e Sérgio Carrara, amigos e colegas.

A pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Aos amigos de todas as horas, Adriana Carvalho, Ana Fonseca, Fátima Amaral, Fernando Mencareli, Hélio Solha, João Bueno e Fátima Guimarães, pelo apoio incondicional.

À minha grande família agradeço o carinho e o apoio.

À Alice, 'solzinho' que nasceu após este trabalho, com muito amor.

E finalmente, a Kenji Ota.

Capítulo 1

Dos quadros:

França: Não posso deixar de querer bem ao Brasil: Thurot, Daumer e o Kaiser abriram-me os olhos... **Itália**:-- O mesmo digo eu: a Embaixada de Ouro e o Rodrigo Alves desfizeram as nuvens que toldavam os horizontes imigratórios... **Alemanha**: Ya! Quero o Brasil representado nas manobras do meu poder... **Inglaterrra**:--Very well ! Contanto que o cabloco lhe venda os seus Dreadnoughts... **Estados Unidos**: Oh! Não! Não tenha receio enquanto o Brasil tiver juízo. Demais... A América é para os americanos... **Penna**: Como é fácil mudar a face do Brasil aos olhos do mundo, hein? seu Barão. **Rio Branco**: Facílimo! Basta apresentar estes novos quadros sobre a crosta da nossa rotina para ficarmos em foco e na ordem do dia. Assim é! **Zé Povo**: É mesmo! Mas falta acrescentar duas placas: a dos que saem daqui vendendo azeite as canadas, por falta de hotéis, e o meu caraz pipocado com os sinais da... época!...

(Fonte: Cruz, MCOC)

O espaço deveria, pois, ser transformado, para facilitar o desenvolvimento das atividades comerciais financeiras e políticas da capital do país. Era preciso, também, criar uma nova Capital, um organismo que simbolizasse concretamente a importância do país como o principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os modi-vivendi *cosmopolitas e modernos das elites econômicas e políticas nacionais. Nesse sentido, o rápido crescimento da cidade em direção à zona sul, o aparecimento de um novo e elitista meio de transporte (o automóvel), a sofisticação tecnológica do transporte de massa que servia às áreas urbanas (o bonde elétrico) e a importância cada vez maior da cidade, no contexto internacional, não condiziam com a existência de uma área central (onde se localizava a sede do poder político) ainda com características coloniais com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam edifícios públicos e empresariais importantes com cortiços. Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas que proporcionassem* status *às áreas onde as classes abastadas residiam e/ou mantinham atividades econômicas e, por conseguinte, com o exemplo máximo do Brasil urbano, que era a sua capital. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas e transformá-lo num verdadeiro símbolo do novo Brasil.*

(Bronstein & Abreu, 1983:3)

A partir de charges (vide pág 20 e 22), recortes de periódicos do início do século e trechos de trabalhos da recente historiografia, como um *bricoleur*, montamos um quadro, esquema-cópia que ilustra a força de persuasão e a incidência de duas representações da cidade do Rio de Janeiro. A primeira, da cidade colonial, observável pelas marcas físicas persistentes no cenário urbano, que devem ser apagadas por atestar a doença e o atraso do Brasil em relação aos países europeus. Em oposição, a segunda, a do Rio de Janeiro civilizado e saneado. Uma existe em decorrência da outra e ambas se apóiam na concepção de um tempo linear, que mantém uma relação de exterioridade e independência com o espaço. Enfoca-se o último, imprime-se uma cadência acelerada que eclipsa continuidades ao se promover em dois cenários distintos e acabados, que se excluem no avanço do 'tempo progresso'.

Destruição/construção da cidade que prefigura a história da remodelação urbana na cidade do Rio de Janeiro nas versões em que é apresentada.

Neste primeiro capítulo, moveu-nos a preocupação de polemizar com as sínteses constitutivas das imagens sobre a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX: imagens-estandarte das campanhas sanitárias e da remodelação da capital do Brasil – incorporadas sem críticas pela recente historiografia. A presença destas duas representações, tanto na vasta e recente bibliografia sobre a 'era do prefeito Pereira Passos', como nas fontes consultadas, delineou nosso ponto de partida.

As representações da memória pressupõem um passado encerrado entre dois presentes: aquilo que ele foi e aquilo em relação ao qual é passado. O atual presente comporta uma dimensão na qual ele representa o antigo e no qual ele representa a si próprio. Ele se reflete ao mesmo tempo em que forma a lembrança do antigo. "O passado encontra-se suposto em toda representação" (Deleuze, s. d.). O passado insiste, persiste e cabe ao historiador escolher como visá-lo.

O sentido evolutivo imprimido à história da remodelação urbana e das campanhas sanitárias do período revela uma observação não-crítica da sociedade carioca. A recente historiografia referenda o recorte contemporâneo ao caracterizar o início do século XX como momento de substituição do passado colonial agrário pelo presente urbano; época de afirmação da Modernidade brasileira. Versão em que o processo histórico surge como decorrente da sucessão de dois tipos.

Por um lado, temos os tipos estáticos oriundos do campo, onde a apropriação da natureza pelo homem ocorre com a utilização limitada da técnica. O trabalho, neste caso, se pauta pelo ritmo do tempo cíclico e orgânico da natureza. Por outro, temos os tipos dinâmicos, com a economia capitalista, na qual a sua própria natureza, tal como é descrita, pressupõe a expansão e o dinamismo. Nesta, a relação do homem com a natureza é mediatizada pela técnica, que abre a possibilidade de instauração de um tempo linear e divisível, o tempo do progresso.[2] A artificialidade do contexto urbano surge como cenário no qual os tipos dinâmicos circulam.

Sociedade colonial e escravista *versus* sociedade moderna, urbana e industrial.

[2] Produção historiográfica pautada por uma leitura específica da Revolução Industrial. Sobre a utilização dos conceitos indústria e técnica, consultar THOMPSON *(1979a).*

Rosa (1904) descreve as transformações:

Ruas estreitas, ruas sinuosas, ruas mal edificadas, mal iluminadas. População cosmopolita, dormindo na alcovas dos sobrados, trabalhando nas estufas das lojas. Muito negócio, negócio até ultramar, por meio de veículos que flutuam no porto.

Assim foi o Rio de Janeiro durante trezentos anos (...) Vieram o gás, o paralelepípedo, a canalização subterrânea dos esgotos, quase simultaneamente; e a casaria não abriu alas para receber o batismo da civilização.

E, mencionando a recente abertura da Avenida Central, prossegue:

... Ei-la aí está, rehabilitando a Cidade tantos anos vilipendiada pelo mau gosto e pela má fama ... Ei-la aí está, mil e oitocentos metros em linha reta, ladeada de edifícios em que o gênio do Arquiteto praticou maravilhas. (Idem, 1904)

Toda a multidão é empurrada para as fímbrias da cidade, as zonas mais estreitas, de aspecto ruinoso e estagnado; resíduo sombrio do período colonial. (Sevcenko, 1983:56)

A higiene vai limpar o Morro da Favela do lado da Estrada de Ferro da Central. Para isso, intimou os moradores a se mudarem em dez dias.
Oswaldo Cruz: Apre! ... Com que parasitas se coçava a polícia!...Qual! Nestas alturas só mesmo a gente da higiene...
Morro da Favela: --Ora, graças que me livro desta praga! Dê-lhe para baixo, mestre Oswaldo!
Morro do Livramento: --Chi!!... Que rodada! Mas... onde botar tanta gente e tanto cisco?
Morro do Valongo: --Provisoriamente, no meio da rua... Depois, na sucursal da Sapucaia: atrás da Camara dos Deputados...
No Senado. (Fonte: MCOC)

Tanto a literatura como a recente historiografia se inspiram nas técnicas teatrais para construir a memória histórica da cidade do Rio de Janeiro: "De uma hora para outra, a antiga cidade (do Rio de Janeiro) desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia." (Barreto apud Sevcenko, 1984:25; epígrafe do cap. 1)

O entreato é descrito como a "passagem de relações do tipo 'senhorial' para relações do tipo burguês (Sevcenko, 1983:35). O roteiro do teatro garante a sucessão de eventos estudados pelo autor citado. A necessidade entendida como falta opera a mudança dos cenários:

> *Era preciso pois findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade e pronta para transformar em barricadas as vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito do motim.* (Sevcenko, 1983:29)

O móvel da ação não se encontra, porém, nas relações estabelecidas entre os personagens, está situado extracena, no espaço reservado ao movimento do capital. A comparação com o teatro de marionetes é contundente: os personagens são movidos pelo manipulador de bonecos situado fora do alcance dos olhares da platéia, geralmente acima do cenário: "Um foco de vigorosas mudanças e uma atividade econômica febril (...) A fonte desse processo de germinação simultânea de energias deve-se encontrar alhures, num núcleo de força que transmita ... os seus impulsos por toda a parte." (Sevcenko, 1983:42)

Em outros trabalhos acadêmicos, o intervalo para a troca do cenário e dos personagens é denominado transição do capitalismo mercantil ao capitalismo industrial. Suspensão do tempo histórico, momento atípico, instante único em que o conflito entra em cena (o conflito é matizado ao surgir como ponto de inflexão do desenvolvimento do enredo). Suspensão da dinâmica do processo histórico que designa a 'crise da habitação popular' como momento exemplar da luta de classes no processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro. A remodelação urbana aparece como uma farsa encenada pela classe dominante: "Caberá à cidade, a partir de agora, somente a função de palco, de cenário móvel para as representações do Poder" (Brenna, 1985:10).

Observamos o discurso historiográfico preso a um modelo teórico e conceitual rígido que dificulta a análise do rico material recolhido pelos estudos recentes. Ritmo da história pautado por um tempo cronológico no qual o momento de afirmação da Modernidade, no Brasil, aparece como descompassado, pois atrasado e cópia vulgar da Modernidade européia.

A história brasileira passada nesta versão é a narrativa das tentativas frustradas de seguir o percurso trilhado pelo avanço das forças produtivas nos países centrais do capitalismo.

Nosso interesse aqui não é o de tecer uma crítica teórico-conceitual ao solo no qual se movimenta a recente historiografia do período em estudo. Este tema, para ser tratado com a atenção merecida, constituir-se-ia, por si só, objeto de um livro. Nossa opção de trabalho foi a de ensaiar uma aproximação diferenciada da história do período. Desafio/proposta de percorrermos as ruas sem sinalização, atentos ao movimento incessante da grafia urbana.

Ao realizarmos uma leitura crítica do sentido dominante, assinalamos outros sentidos possíveis, que foram apagados na construção da memória histórica.[3]

[3] *Sobre a crítica das idéias fora do lugar, ver* Franco *(1978).*

Durante a remodelação da cidade, os adjetivos 'rural' e 'colonial' designam tudo aquilo (morros, cortiços e ocupações) que se visa a eliminar.

Adjetivos que se atraem e compõem um mesmo quadro, rural e colonial figuram como atributos de um estado *estático* contrapostos à *dinâmica* da cidade moderna; eles designam elementos identificados como incompatíveis com a ordem capitalista, como resquícios do passado e obstáculo à marcha do progresso. Os discursos que se enunciam no período como portadores de uma nova racionalidade demarcam, no tempo e no espaço, o limite da ordem urbana que se visa a instaurar e a historiografia repete este recorte, décadas depois. No contraste entre o novo e o antigo, o historiador sublinha o que deveria ser eliminado pela reforma urbana: "A rua colonial era um local reservado a homens vagabundos, capoeiras, ladrões, negros quadrilheiros, prostitutas, mendigos ou penitentes" (Benchimol, 1982:224).

As atividades identificadas como rurais, expressão do avesso da trama urbana, são redefinidas e reorganizadas, durante o processo de remodelação da cidade do Rio de Janeiro. A noite e os subúrbios se configuram como tempo e espaço da afirmação do que é enquadrado como negativo da lógica urbana. Neste sentido, é permitido o trânsito de muares somente à noite e é proibida a existência de hortas e capinzais no perímetro urbano. O matadouro de Santa Cruz, estabelecido em 1904, a criação de suínos, os novos cemitérios e hospitais devem estar localizados na periferia da cidade (Cod. Sanit. DF., Dec. 37, 05/04/1893).

Recortes: a cidade moderna

A utopia da cidade-jardim prescreve a expulsão da cidade de toda manifestação 'selvagem' da natureza, de tudo o que não passa pelo crivo da racionalidade tecnicista. Observamos, na implementação e circunscrição dos elementos alusivos ao campo fora do perímetro da cidade, a formação de uma estética urbana.

(Fonte: Debret)

Não quero vacas de leite
nas ruas a passear
pra cidade sanear
Quando o leite em ribeiro era dominante
Na terra do velho Mem
E não causava males a ninguém
Mas veio o Passos, que tremendo avanço!
Que medonha e fatal revolução
E nos pôs em cadeiras de balanço
Até que o queijo vire requeijão.

(Carnaval, *O Paiz*, 1903 apud 1985:35)

O mais vergonhoso de todos esses ambulantes do começo do século, porém, é o leiteiro, com a esquelética vaca, que hoje, felizmente, esconde a sua tuberculose no fundo dos estábulos, que recuaram para bairros distantes. O vendedor de leite, que usa barba passa-piolhos e tamancas, é dos primeiros ambulantes a surgir na rua mal-desperta, puxando por uma cordinha curta o ruminante de seu comércio, magro e pachorrento, duas ou três chocalhantes campainhas dependuradas ao pescoço bambo e pelancudo. E logo o homem da ajudância no serviço, atrás, ordenhador astuto da alimária, mágico avisado, capaz de transformar, à vista do freguês, sem que esse perceba, a água que está dentro de múltiplas vasilhas, em leite, e do melhor! (Edmundo, 1957:58)

Artigo 750 – Fica prohibido aos mercadores ambulantes de leite conduzir as vacas pelas ruas para venda deste gênero. (Decreto com força de lei nº 370 de 09/01/1903)

Jardim Botânico, 1890. Fonte: Ferrez (1984:134)

O major Manuel Gomes de Ascher se empenhou, no século XIX, em limpar as nascentes, regularizar o curso das águas e sistematizar a arborização da Floresta da Tijuca.

No Jardim Botânico, os nomes científicos, dispostos em placas, direcionam pedagogicamente a aproximação dos visitantes. Durante a gestão do prefeito Pereira Passos, temos a criação de praças, do aquário municipal e de avenidas arborizadas; exemplares de pau-brasil são plantados no meio da Avenida Central. Os jardineiros e paisagistas, por meio da utilização de artifícios, promovem a reprodução seletiva e controlada de componentes da flora e da fauna. Estética pautada pela engenhosidade das artes e ofícios produtores do espaço urbano.

O estudo das posturas municipais e teses médicas, elaboradas a partir da segunda metade do século XIX, nos revela a preocupação com a demarcação das atividades noturnas e diurnas. A limpeza pública, o despejo de detritos orgânicos no mar (realizado pelos 'tigrões') deve ter lugar à noite, o mais distante possível do olhar e do olfato dos habitantes da cidade. A introdução da iluminação a gás nas ruas e nas casas, a partir da última década do século passado, coloca novamente em questão o recorte temporal do dia e da noite cariocas.

Mitos da noite e do dia

> *La forêt-nuit versus la ville-jour, la forêt sorcière versus la ville des arts et des sciences. Le danger versus la certitude. La pauvrauté versus la richesse. La forêt menaçante pourrait toujours envahir la ville, la nuit prendre le dessus sur le soleil du jour: on craint les paysans, les jacqueries, les loups. Crainte inutile, la ville assure sa maîtrise jusqu'à la folie, son pouvoir croît, le danger extérieur disparait. ... Elle a dévoré son contraire, la forêt surnoise, jusqu'a en porter les marques: danger, labyrinthe, maléfices, immensité; la nuit-forêt est devenue le jour urbain.*
>
> (Cauquelin, 1977:8-9)

Charge de Julião Machado – *Careta* (Fonte: Lima, 1963)

Luz nos prédios de corredor: Art. 688. "Todos os que residirem em casa de corredor, que não tiver luz à noite, estando aberto pagarão multa de 4$." (Legislação Municipal, 1906:160)

A luz artificial é a implementação de um novo código, que amplia o movimento da grafia urbana e altera a gestão do espaço público e privado. A iluminação interna das habitações, controlada por seus moradores, faz parte do processo de constituição da intimidade do lar. Temporalidade marcada pela progressiva autonomia ante a iluminação natural, proveniente do exterior. Possibilidade de um triplo fechamento: das portas, das cortinas e do lugar da família, envolvido no clima de intimidade que se produz.

A charge *A alma do Rei Carvão*, na página anterior, ilustra bem o conceito de 'maquinaria do conforto'. O gás é apresentado como a técnica que 'vence' o carvão como fonte de energia utilizada nas habitações. Os benefícios atribuídos ao gás são apontados na propaganda: a economia de tempo, dinheiro e saúde e o prazer estético, obtido pela substituição do cano do fogão e pela eliminação da fumaça e da tina.

Atributos figurativos da suave alteração dos hábitos de gestão da casa que seduzem os seus possíveis consumidores e compõem o quadro publicitário. É interessante notar a imagem veiculada da mulher moderna adepta do gás, cuja elegância observável nos trajes e na postura se opõe à matrona curvada diante do peso das tarefas domésticas no ambiente infernal e esfumaçado onde 'impera' o carvão.
Inovação técnica e política que permite o fechamento da cozinha, antes impossível. A mulher não mais precisa deixar a porta e as janelas abertas para eliminar a fumaça.

O gás produz a iluminação e a privatização da casa. 'As maquinarias do conforto' criam um campo sem fronteiras de introdução de novas necessidades e hábitos no cotidiano da população. Alterações avalizadas pelo discurso científico e propagandeadas nos meios de comunicação de massa.

Outra preocupação notada no período é a de desqualificar o trabalho realizado pelo mestre-de-obras. Momento do processo de constituição da engenharia urbana, no qual se imputa a este trabalhador a responsabilidade pelos disparates estéticos e funcionais apontados nas edificações urbanas do Rio de Janeiro. Os engenheiros-arquitetos, na luta pelo predomínio do esquadro, do cálculo e da racionalização das construções, rotulam de 'atrasado' e 'colonial' o saber-fazer do mestre-de-obras.

> *Com a chegada de D. João VI, houve no Rio de Janeiro um começo de 'culto arquitetônico' que sucumbiu com a morte de Grandjean de Montigny, em 1850. E daí por diante, a arte arquitetônica ficou entregue à incapacidade dos mestres-de-obras, que se esmeraram em conceber e criar verdadeiras monstruosidades.*

Graças sejam dadas a todos os deuses! O governo interveio nesse descalabro, e os chalés, as platibandas com compoteiras, a casa com alcovas, os sotãozinhos em cocuruto, os telhados em bico, as vidraças de guilhotina, as escadinhas empinadas, os beliquetes escuros, os quintais imundos, os porões baixos, tudo isso recebeu um golpe de morte. (Aleixo, 1904)
Era um grande paralelepípedo de tijolo, cimalha, janela com sacadas de grade de ferro, puro estilo mestre-de-obras. Compungia essa pobreza de gosto a quem se lembrasse dos edifícios da mesma natureza das pequenas comunas francesas e belgas da Idade Média. (Barreto, 1978:110)

Leituras: a cidade-laboratório

Os cheiros e a luminosidade são marcas diferenciais dos habitantes e dos locais por onde circulam. A luz ressalta os monumentos, as lojas, os edifícios públicos e as vias de circulação e promove o espetáculo urbano da aurora do século. A sombra envolve os espaços onde se concentra a pobreza. O contraste do claro e do escuro delineia a representação da cidade. "A invenção da questão urbana e o triunfo da concepção funcional da 'cidade máquina' promovem uma toalete topográfica, indissociável da toalete social, que realiza a limpeza das ruas e a arrumação dos locais de lazer." (Corbin, 1987)

Essências variadas como a canela-batalha, a canela-limão, o eucalipto, dentre outras compõem o reflorestamento da Tijuca.

O olfato também é mobilizado e realiza uma leitura diagonal do espaço e dos corpos. Os cheiros fortes, lembranças inoportunas da vida animal, são rechaçados. O *homo sapiens* tenta suavizar as implicações decorrentes do seu lugar no jardim das espécies. A desodorização do espaço e dos corpos produz o esquecimento das marcas da temporalidade cíclica da natureza e do devir da morte.

A grafia urbana opera um duplo movimento: escreve com o alfabeto da Modernidade e pulveriza a incidência de expressões que identifica como desprovidas de lógica e deslocadas no tempo. O nome das ruas próximas ao porto é alterado. Apaga-se da nomenclatura topográfica da cidade toda referência ao passado escravista. Passado negro, expurgado nos projetos de remodelação da cidade e dinamização da sociedade contratual.

Percurso: enquadrando o processo histórico

Na França, Napoleão III consegue que seja votada uma lei para o registro fotográfico de todas as ruas de Paris, antes, durante e depois de sua destruição. No Rio, Malta é contratado como fotógrafo oficial da Prefeitura, na gestão do prefeito Pereira Passos. Em Paris, Eugène Atget (1857-1927) registra, em suas fotos, tudo aquilo que irá desaparecer: de ocupações a edificações. As prostitutas, a zona, os quiosques, 'la Bièvre', o parque de Saint Claude, e ainda lojas e vitrines que considera interessantes, são fotografadas (Nori, 1978). "A comparação do passado com o presente constitui um soberbo divertimento, e muito instrutivo, muito proveitoso. (...)"

> *Por isso folgamos de ver que no Arquivo Municipal, daqui a alguns anos, quem nos suceder e tiver curiosidade poderá encontrar 'os elementos que habilitam a recordar o passado do Rio de Janeiro em suas ruas e suas edificações'.*
>
> *Estimaríamos que o fotógrafo municipal dispusesse de tempo, ou de recursos para também andar surpreendendo os nossos maus costumes: indivíduos deitados pelo chão, caídos, bêbados, meretrizes indolentes debruçadas, à mostra, às portas e janelas de suas casas. O barracão da Lapa; o mictório do Largo do mesmo nome; e as ruínas do Mercado da Glória; um frade e tantas outras coisas ridículas que infestam esta capital e que o tempo e a energia do Prefeito se incumbiram de destruir para dar lugar à civilização em todas as suas maneiras de melhorar e aperfeiçoar.* (Fotografia Municipal. *O Comentário Mineiro*, jan. 1904:37-38 cit. Brenna, 1985)

Ao fotógrafo impõe-se a tarefa de registrar a crise arquitetônica e moral por que passou a cidade. Memória histórica que congela em imagens o antes e o depois da remodelação urbana. As fotos de Malta são expressões desta intenção. O fotógrafo fixa três instantes: os resquícios coloniais (ruas estreitas e os prédios que não respeitam as normas sanitárias e arquitetônicas), a demolição e a construção das ruas e edifícios segundo os novos padrões de habitabilidade.

No Rio de Janeiro, Marc Ferrez[4] desenvolve uma máquina para fotos panorâmicas, cuja descrição transcrevemos a seguir.

> *O grande aparelho panorâmico de Brandon, aperfeiçoado pelo artista dono deste estabelecimento, foi mandado construir expressamente para obterem-se vistas do Rio de Janeiro que fossem tão importantes e belas como esplêndidas paisagens que se ostentam nesta luxuriante e risonha natureza.*
>
> *Seja-nos permitido aqui uma ligeira descrição deste aparelho de cuja perfeição e extraordinário tamanho a todos é dado julgar pelo panorama em exposição.*
>
> *Alcança este aparelho como extensão no mínimo 120°, no máximo 190°. É perfeitamene automático, e funciona por meio de um movimento de relógio. Sua rotação completa pode efetuar-se tanto em 3 minutos como em 20, conforme a luz, e os objetos que tem a reproduzir. Pesa 110 quilogramas e emprega chapas de cristal de 1.10 x 0.40 m de 8 quilos cada uma, dando imagens panorâmicas de um metro e dez centímetros de extensão.*

[4] *Marc Ferrez nasceu no Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 1843. Era filho de um escultor e gravador da Missão Francesa fundadora da Academia Imperial de Belas Artes. Foi fotógrafo da Marinha Imperial. No início deste século, a Casa Ferrez produziu e exibiu filmes, além de promover a atividade de cinematógrafos ambulantes que percorriam cidades difundindo o cinema.*

Este aparelho que o artista, seu proprietário e aperfeiçoador, levou 3 anos a estudar e a melhorar, é sem contestação o primeiro do mundo, pois que até hoje não se fizeram vistas fotográficas iguais a que ele produz. (Ferrez, 1984:17)

Ferrez realiza um álbum sob encomenda no qual registra o percurso que vai do concurso de fachadas de prédios e das plantas à inauguração da Avenida Central.

Ferrez passeia pelas ruas do Rio de Janeiro e leva consigo um pano branco de fundo, na frente do qual retrata figuras características do comércio ambulante do centro do Rio de Janeiro, entre as quais, a baiana quitandeira, o vendedor de aves e o mascate. Personagens que são alvo de uma rígida perseguição por parte daqueles que instauram normas sanitárias de circulação de fluxos, de fluidos e de mercadorias. Corpos e objetos que não devem escapar à grande toalete topográfica promovida na campanha de civilização do Rio de Janeiro.

A fotografia do tipo nomeia um personagem e subtrai a cena, pondo em seu lugar um pano branco, congelando uma posição do retratado. O estúdio levado às ruas realiza o recorte do espaço e do tempo, elementos indissociáveis e constitutivos da existência desses indivíduos no espaço urbano. Se vista como um tipo, ela pertencerá a uma série. A imagem se complementa no texto que a acompanha produzindo uma *mise-en-scène* do personagem.

A caricatura, a fotografia e o cinema mobilizam diferenciadas técnicas na produção de uma representação da cidade do Rio de Janeiro e de seus habitantes. As diferentes linguagens visuais se interceptam nos temas eleitos e são elementos importantes na construção da imagem do progresso da capital brasileira. As poses da fotografia favorecem a urdidura de uma tipologia. A fixação de tipos é um instrumento auxiliar na construção do sentido da história dominante produzido no período. A legenda da caricatura *Tipos de Outr'ora*, reproduzida a seguir, reforça a intenção, presente no projeto de saneamento e urbanização, de expulsá-los da 'cidade moderna'.

"O fotógrafo é o ser contemporâneo por excelência; por meio dos seus olhos, o presente se torna passado." (Berenice Abott)

TIPOS DE OUTR'ORA

"Pra cêra do Santissimo"

"Sapatêro remendêro, come tripa de carnêro."

O Figaro ambulante

"Mendobí torradinho"

O "mina" chapeleiro

O chim dos passarinhos.

O guarda urbano.

O Floristá

Raul

Raul. *Cenas da Vida Carioca. Primeiro Álbum.* (Fonte: Lima, 1963:432)

Nos primórdios da produção filmográfica brasileira encontramos a série de filmes Tipos e Coisas Curiosas. O primeiro filme deste conjunto é intitulado *Aspectos da Avenida – o padre vendedor de fósforos*.[5] As diferentes linguagens visuais imputam um sentido à abordagem da cidade. Registro onde são cristalizados os movimentos do conflito econômico e cultural entre os vendedores ambulantes e os reformadores. A leitura crítica do material iconográfico do período possibilita trilharmos outros sentidos possíveis da remodelação urbana.

Por que encontramos hoje, na cidade do Rio de Janeiro, alguns destes personagens, enquanto outros sucumbiram? A atual discussão sobre os 'camelôs' cariocas nos dá a chave para a leitura do processo de 'civilização' da cidade no início do século XX. As Posturas Municipais e a imprensa nos mostram o ataque desferido contra esse comércio, responsabilizado pela não obediência às regras de higiene e urbanidade e por não engrossar a receita gerada pelos impostos sobre a circulação de mercadorias.[6]

Alguns ambulantes sucumbem, outros sobrevivem à toalete topográfica e social da cidade. Desde o fim do século XIX, a legislação busca regulamentar as atividades dos ambulantes. As baianas persistem, talvez pelo fato de serem caracterizadas pela limpeza e por contarem com o apoio dos letrados.

Em junho de 1889, estudantes universitários, liderados por Carlos Seidl, então quartanista de medicina, marcharam com laranjas espetadas em bengalas. Discursos inflamados foram pronunciados denunciando o abuso da autoridade policial em proibir a permanência da Sabina II, no Largo de São Francisco. O movimento saiu vitorioso e garantiu à baiana o exercício do comércio de frutas. O evento entrou tanto para a história da polícia carioca como para a discografia brasileira. A música *Laranjas da Sabina*, de Arthur de Azevedo, teve duas gravações. A primeira foi interpretada por Bahiano e a segunda por Pepa Delgado, numa produção de Zon-O-Phone para a Casa Edison.

Na luta pela sobrevivência do seu trabalho, os ambulantes incorporam algumas normas e contribuem para a transformação de outras que lhes são endereçadas. Os registros visuais do período limpam as marcas impressas na vida urbana pelos ambulantes; os incômodos sentidos pelas classes abastadas diante da presença dos mesmos são apaziguados. A fotografia de tipos é exposta e consumida em cartões-postais com o selo do exótico.

Visibilidade: suave imagem que nos seduz

Além das fotos de tipos, Ferrez realiza uma série de panoramas e cartões-postais. Nestes, podemos notar, pela observação do ângulo privilegiado e pela posição escolhida pelo artista (situado no alto dos morros), a intenção de captar a totalidade do urbano. A chapa desliza por

[5] *O filme, produzido por volta de 1908, em 35mm, provavelmente pela Foto-Cinematográfica Brasileira, mostra a trajetória de um ex-padre proveniente de Diamantina, Minas Gerais, que se instala na capital e vive da venda de fósforos baratos na Avenida Central.*

[6] *Ver Anexo 1, no final deste livro.*

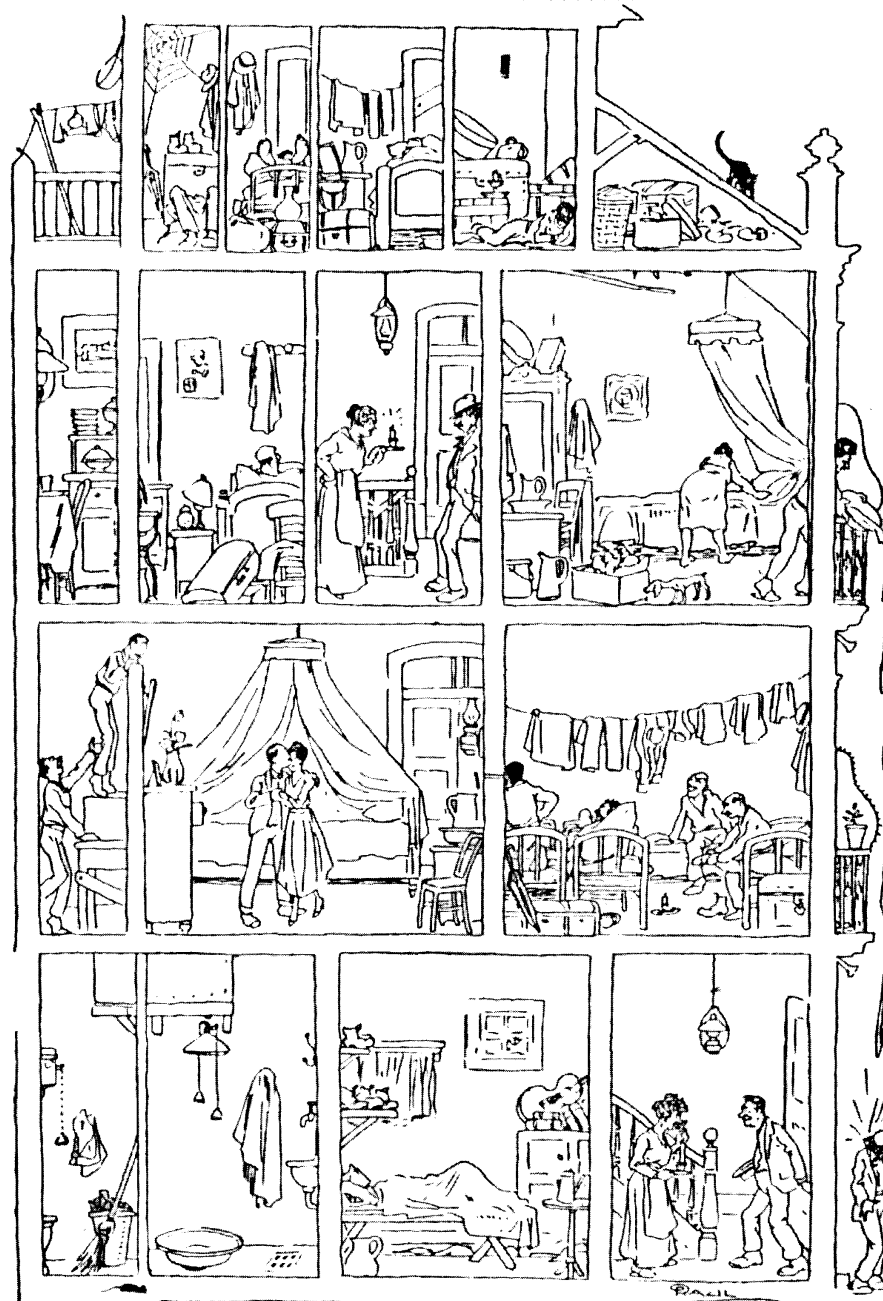
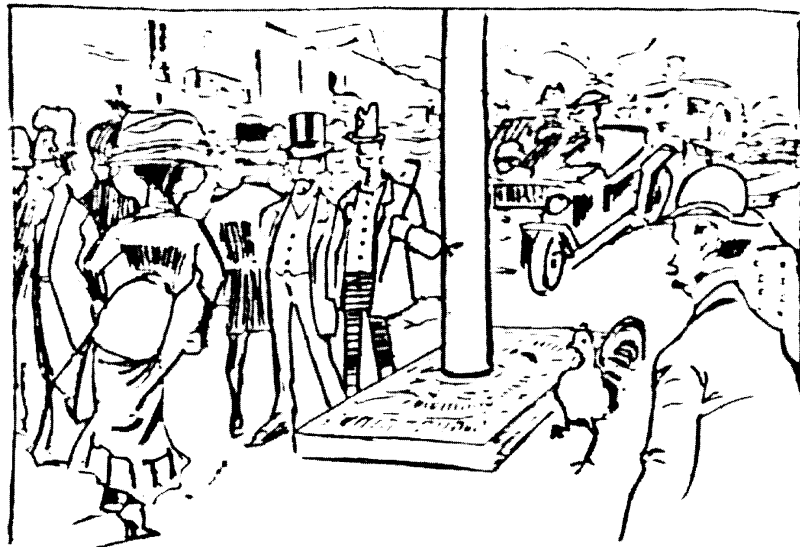
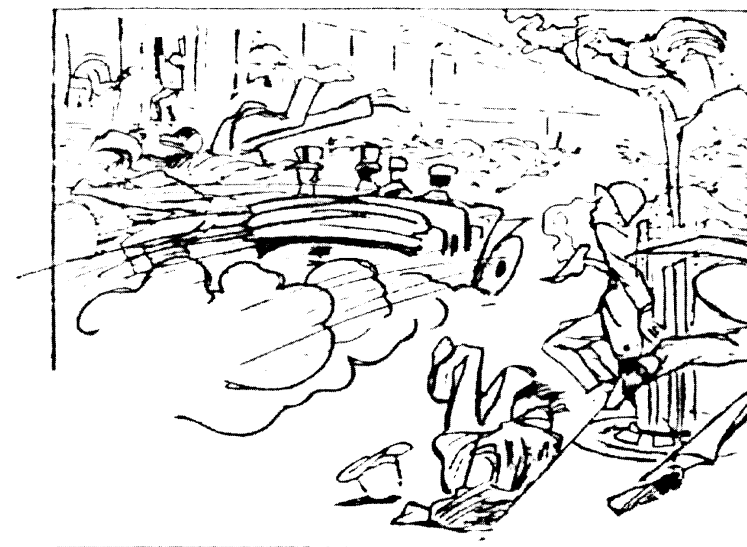
Prainha e Saúde durante a Revolta da Armada (1893)

detrás da lente ao mesmo tempo que a câmara gira. Movimentos que possibilitam uma impressão uniforme dos cristais que são sensibilizados pela luz e resultam na imagem que reúne os morros, os prédios e o mar. Fotos suaves, que ultrapassam em extensão o alcance do ângulo de visão humano. Os panoramas são o resultado de uma percepção que se apresenta como total e contínua. Seriam ainda uma reação à vivência fragmentada, dispersa e repetitiva da vida nos grandes centros? A suavidade dos panoramas promove e veicula a utopia da cidade-jardim. Fixar um instante, aparar um choque e cristalizar uma imagem, movimentos que elegem objetos e, na memória dos habitantes do Rio de Janeiro, forjam fatos numa seqüência lógico-temporal.

A redefinição da experiência da vida urbana e de seu caráter fragmentário são correlatas à produção de imagens inteiras e sem ligação entre si. "O efeito de choque das fotos paralisa o mecanismo associativo do espectador" (Benjamin, 1985). A legenda nomeia e dirige a leitura da foto

Raul. Casa de Cômodos. *Cenas da Vida Carioca. Primeiro Álbum* (Fonte: Lima, 1963)

da página anterior. Nos fornece uma informação que pela leitura imagética não nos seria possível obter. Promove a foto ao estatuto de documento visual de um fato histórico produzido no período: a Revolta da Armada. O sol da tarde incide sobre as paredes frontais das edificações. O jogo de luz e sombra ressalta os ângulos da paisagem retratada.

A partir da metade do século XIX, podemos observar, na cidade do Rio de Janeiro, uma série de alterações no cotidiano da população, graças a uma progressiva entrada em cena das maquinarias do conforto (iluminação, bondes, trem, esgoto). Estes equipamentos coletivos são a materialização de duas tendências: fixar os indivíduos pelo lar, promovendo a família, e, ao mesmo tempo, fazê-los circular por uma rede de trajetórias previstas e de instituições normativas, tais como as ruas, as praças, a casa de comércio, a escola, a fábrica e a moradia. O processo de passagem de uma polícia sanitária a uma tecnologia das multidões se dá num contexto segundo o qual a cidade, pensada como meio formador do indivíduo é promovida a espaço de experimentação do saber médico, higienista e arquitetônico. "Nada do que é urbano lhe é estranho" (Machado et al., 1978). A imagem da cidade enferma, tão clara nos momentos de epidemia, quando as fronteiras geográficas e sociais da disposição dos bairros se apagam, é cristalizada. Achamos significativo o fato de a remodelação, ocorrida no início de século, ser solidária à campanha contra a febre

O Novo Flagelo
Incautos e, passeio na Avenida e ...

... a aparição do espectro, ou mais vulgarmente, a passagem de um automóvel oficial. KLixto – *Fon! Fon!*

amarela e à nova lei de obrigatoriedade da vacina. Por que só na primeira década temos a materialização de medidas que, ou eram apontadas em planos, ou vinham sendo praticadas de forma pontual já no século XIX?

A legislação municipal desse período impõe uma série de multas e proibições a toda atividade ou forma de gestão do espaço que obstrua a circulação de água, esgoto, luz, veículos, corpos e mercadorias pelas vias que lhes são destinadas. O incentivo à circulação como fator de produção de saúde é correlato às formulações da teoria miasmática. Esta identifica os pântanos, os aglomerados de pessoas, onde prevalece a estagnação das águas e a ausência de ventilação, a pontos de irradiação da doença. As descobertas de Harvey sobre a circulação sanguínea, embora distantes cronologicamente do período em estudo (1628), inspiram formas de organização do espaço urbano, como o calçamento das ruas e a drenagem dos fluidos.

Correlata a esta percepção fragmentada, surgem as fisiologias na literatura, os retratos e os panoramas na fotografia. A condição de cidadão, corpo imerso nessa rede de fluxos que circulam incessantemente, apresenta, como sua contrapartida nas novas formas de expressão artística, uma intenção simultânea de cristalizar o tempo e sobrevoar esse espaço multifacetado.

Para a inauguração do eixo da Avenida Central, no dia 7 de setembro de 1904, foi construído um palanque, de onde as autoridades contemplaram a avenida em toda sua extensão.

A modificação física da capital do Brasil é incorporada por meio da criação de novas soluções estéticas de representação da cidade. Na primeira década do século XX, é produzido o filme *A Avenida Central Apanhada de um Automóvel*. Os recursos técnicos empregados produzem uma imagem-movimento do símbolo da modernidade carioca: a Avenida Central.

Tanto o *flaneur* quanto o fotógrafo experimentam dois impulsos: o de escorrer pela multidão e o de fixar determinados 'instantes' e figuras. A máquina confere ao instante uma espécie de choque póstumo (Benjamin, 1971:251; Barthes, 1981). A fotografia expressa bem a indissociabilidade dessas experiências. A pretensa objetividade e fidelidade das imagens é um forte argumento, usado, em seus primórdios, a favor do seu reconhecimento como uma técnica que produz arte.

A idéia de uma reprodução fiel como resultado da precisão e regularidade do maquinismo, da possibilidade de reprodução e difusão, são explicações que ficaram para justificar seu triunfo. A fotografia se afirma simultaneamente aos saberes, como a higiene, que se apresentam enquanto positividade e progressivo acesso a verdades demonstráveis.

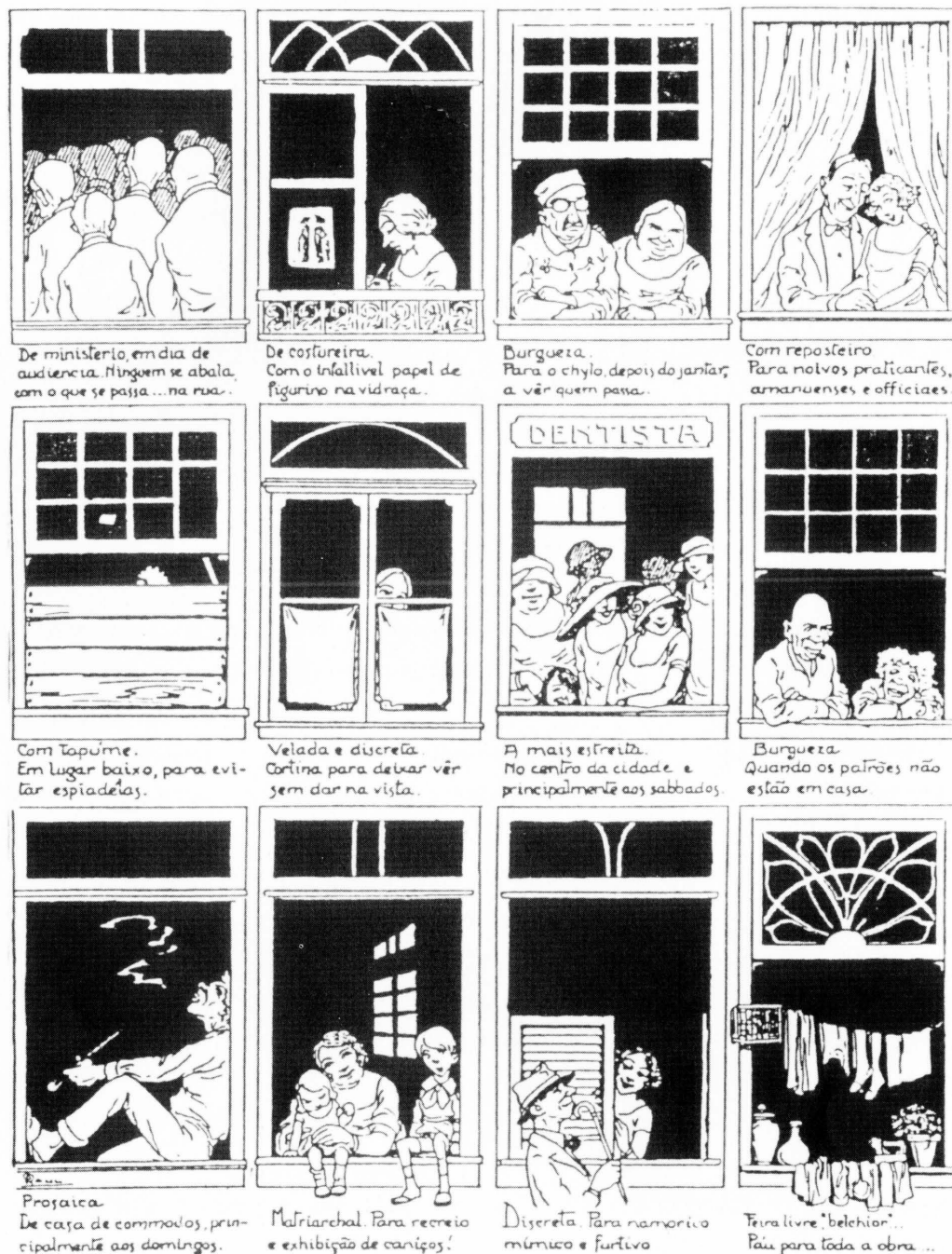
A fotografia, em seus primórdios, é herdeira de uma tradição pictórica. A captação das formas, o hiper-realismo dos contornos, são alguns aspectos da fotografia que nos fazem lembrar as próteses imaginadas por Dürer. Procedimento de ortopedia da percepção, capaz de garantir uma clareza de formas diferentes das obtidas por via da percepção não-instrumentalizada. Processo de elaboração da imagem e bloqueamento de toda fluidez. Limpeza da representação correlata à limpeza da cidade.

Podemos observar dois movimentos constituintes da nova percepção urbana: um, expresso nas minuciosas descrições e classificações dos corpos que habitam as metrópoles e transitam por elas. Os detalhes são minuciosamente inventariados e assinaladas as diferenças e semelhanças dos corpos e a materialidade das edificações por meio de relatórios, enquetes ou mesmo da literatura, que organiza verdadeiros arranjos em série de tudo que nomeiam manifesto e constitutivo da cidade; empreendimento este que se faz a partir de outro movimento: o da experiência de estranhamento do homem que vivencia a dinâmica da cidade. A percepção sensorial orienta o movimento de remodelação urbana, ao assinalar, no espaço, pontos virtuais de contágio. O saneamento da cidade é também uma recodificação desse espaço. As redes de água e esgoto passam subterrâneas às vias de circulação dos corpos, segundo uma nova racionalidade de gestão dos fluxos e fluidos.

A promoção da circulação é, ao mesmo tempo, apontada como condição de salubridade e pré-requisito ao funcionamento urbano e também como sentimento de inquietação e desconforto, expressão do desenraizamento do seu habitante. A ampliação da rede de transportes, com o bonde, o trem, a luz elétrica e a concentração de pessoas fazem, do cotidiano na metrópole, uma repetição de movimentos rápidos e bruscos.

Procura-se, ao mesmo tempo, promover a circulação rápida e eliminar o risco de ver bloqueado o fluxo de água, esgoto ou, até mesmo, de trigo. No início do século XX, é criado, no Rio de Janeiro, um tubo subterrâneo ligando o Moinho Inglês ao armazém da companhia situado no cais. Rapidez e segurança no transporte de mercadoria que dificulta o roubo e o extravio desse produto.

A partir das últimas décadas do século XIX, a produção gráfica ganha novo perfil, com a crescente utilização das ilustrações.

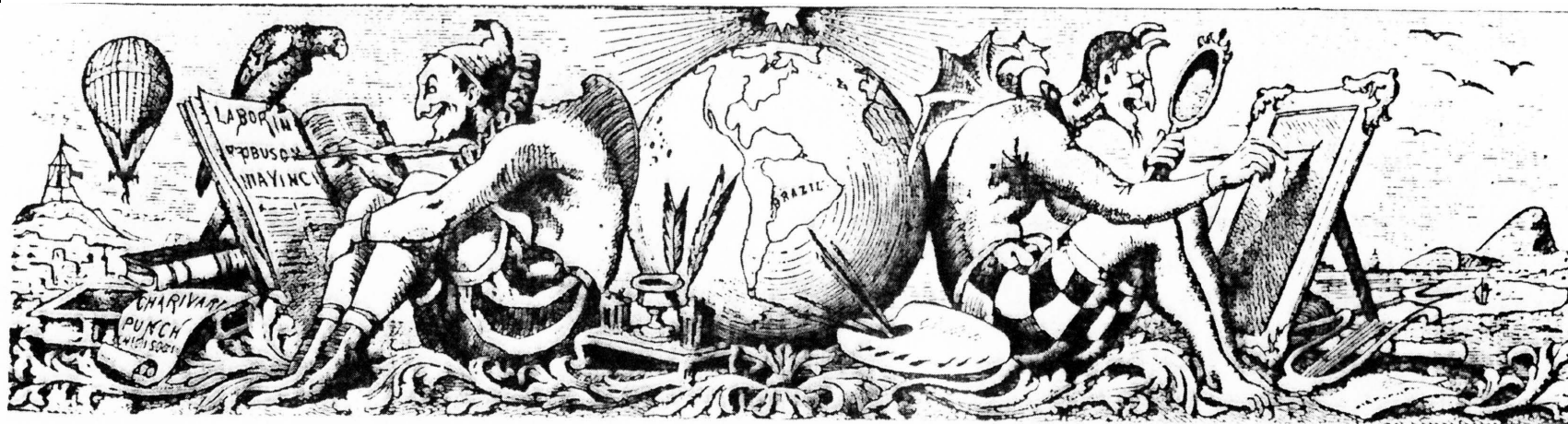
É lançado o fotojornalismo de Augusto Malta e o trabalho dos cartunistas KLixto, Raul (1874-1953) e Jota Carlos (1884-1950). As charges se afirmam como recurso fundamental da composição dos jornais e revistas na primeira década do século XX. Entre os periódicos de grande divulgação temos o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, a *Gazeta de Notícias*, a *Revista da Semana*, o *Malho*, o *Fon! Fon!* e a *Careta*.

Além de caricaturista, Raul Paranhos Pederneiras foi professor de direito, escultor, poeta e autor teatral.

A serventia das janelas
Raul. *Cenas da Vida Carioca. Primeiro Álbum.* (Fonte: Lima, 1963) (zincografia)

ASSIGNA-SE RUA D' OUVIDOR Nº 153 E DO ROZARIO Nº 43 1º andar

A COMEDIA SOCIAL

HEBDOMADARIO POPULAR SATIRICO

Anno 2 Nº 78

A galante cortezia dos nossos irmãos do Rio da Prata inspira-lhes quando visitam esta capital repetidas exclamações admirativas do explendor da nossa pujante natureza, quase de nada mais falam nem cuidam.

Pesa-nos este exclusivismo. Por mais incomparavelmente belo que seja o cenário de alcantilados montes e frondosas matas que nos cercam, desejamos ganhar um pouco de admiração dos touristes *para as nossas criações próprias, para as ruas, os jardins e as casas. Embalde tudo quanto temos feito é mesquinho em relação ao imponente quadro que moldura a cidade. A colocação de alguns edifícios como a Igreja da Glória ... Passeio Público, Jardim Botânico, do Parque da Praça da República, é pouco, mas representa o esforço de muitas gerações para aprimorar e desenvolver as belezas naturais da terra carioca. Desta opressiva situação, porém vem nos libertar a execução dos melhoramentos da cidade.*

(Souza Rangel – Melhoramentos do Rio. *Renascença*, dezembro de 1904)

O pintor Pedro Américo e o desenhista Aurélio de Figueiredo publicam *A Comédia Social* (78 números, de 3 fevereiro de 1870 a 27 julho de 1871). Colabora também neste periódico Décio Villares, católico e positivista, pintor da IAPB.

Obras da Avenida Central, entre as ruas General Câmara e Prainha. (Fonte: Revista *Kosmos*, setembro de 1904)

Pedro Américo de Figueiredo e Mello é originário de Areia, Paraíba, e morre em Florença, Itália, em 1905. Aos dez anos, ele acompanha o naturalista Louis Jacques Brunet. Doutor em ciências físicas pela Universidade de Bruxelas, cursa filosofia e literatura em Paris, onde passa uma temporada. Ingres, Flandrin e Horace Vernet são alguns dos pintores que aprecia. Ele escreve um livro intitulado *Refutação à Vida de Jesus de Renan*. Entre os seus quadros, encontramos: *A Batalha de Avaí*, *O Grito do Ipiranga*, *Judite e Holofernes*, *O Músico Árabe*; seu retrato encontra-se na Galeria Uffizzi, em Florença. De volta ao Brasil, se torna professor da Academia Imperial de Belas Artes, responsável pelo curso de desenho e depois de história da arte, estética e arqueologia.

O fotógrafo Ferrez, ao enquadrar e fixar tipos claramente visíveis, subtrai da representação toda referência que incida na imagem dos personagens retratados e que pertence ao contexto urbano. Os tipos isolados são desconectados da realidade da qual fazem parte. Clareza da identificação pela imagem que a destitui dos elementos que nos permitiriam datar e ligar estes personagens à topografia da cidade.

As fotografias das construções e demolições nas proximidades da Avenida Central, tomadas por Ferrez, são exemplos da limpeza realizada no reconhecimento fotográfico da cidade. Ao observá-las, imaginamos como o local de construção é denominado de canteiro de obras. Na imagem reproduzida aqui, os materiais usados estão cuidadosamente dispostos em séries, empilhados, arrumados; são o oposto das descrições presentes nas reclamações da população ao incômodo decorrente da remodelação urbana.

A linguagem da caricatura se presta de forma exemplar a captar a incômoda reforma urbana. Diferentemente dos cânones da fotografia e da pintura, a representação do feio ganha uma expressão positiva na caricatura. É pelo ponto de passagem onde o belo se torna feio que o traço do caricaturista fixa a identidade do representado.

Em Paris, Honoré Daumier faz humor da macadamização. Ele retrata os parisienses se deslocando sob pernas de pau para se protegerem das obras nas ruas. (Fonte: BN: CE)

No Rio de Janeiro, a imprensa escrita e as charges denunciam o pó, o barro, o barulho, do qual são vítimas aqueles que habitam uma cidade desfeita/feita. Diferentemente, as fotos anestesiam a percepção dos cariocas. O registro mnemônico dos incômodos causados pelas obras públicas é arquivado. Domínio político das formas, que desqualifica a percepção descontínua e imprecisa do homem na cidade. Como contraponto, a fotografia se apresenta como uma imagem que traduz o ideal de controle racional do espaço. Forma de olhar com os olhos da razão e da técnica, que cria uma fantasmagoria do real absoluto. A veracidade do visível – onde há uma aposta irrestrita no avanço da ciência e da técnica – pressupõe uma correção estética da imagem que ultrapasse os enganos dos sentidos. No processo de desqualificação da vivência urbana, a suavidade dos panoramas promove e veicula a utopia da cidade-estufa.

As Obras da City

Valha-nos Deus! as nossas pobres ventas
já não podem sofrer o imundo cheiro
Das tais obras da City, pestilentas,
Que estão infecionando um bairro inteiro.
Se tu, leitor, passar acaso tentas
Pelo largo da Glória, vai primeiro
Desinfeções fazer, as mais violentas,
Que aquilo é de micróbios um viveiro.
Os mexe-canos, desde que amanhece
Até que o sol vai se afundar no ocaso,
cultivam de micróbios farta messe.
Não escuta a Higiene os nossos gritos
Nem menor importância liga ao caso,
Ocupada na guerra com os mosquitos.

(Xiquote, 1905)[7]

[7] *Coletânea de artigos publicados na grande imprensa em 1904.*

Foco: uma geografia do poder

[8] *Fundado em 1880, o Clube de Engenharia congrega industriais, comerciantes e ex-alunos da Escola Politécnica. Dentre seus membros, o futuro prefeito Pereira Passos, o engenheiro Paulo de Frontin e o dr. Oliveira Bulhões (Rocha, 1983).*

Na virada do século XIX, num debate sobre o saneamento da cidade do Rio de Janeiro, realizado no Clube de Engenharia,[8] encontramos um exemplo de dois pontos básicos em torno dos quais se constrói o discurso dos preconizadores da remodelação urbana:

> *O povo que debelou o inimigo externo, que abalou as rebeliões, que dominou os desertos, que talhou as pontes e viadutos, não resolveu ainda o problema elementar da vida em sua Capital e tem adiado indefinidamente aquilo mesmo que declara inadiável e curva-se abatido diante do inimigo que sabe que o vai devorar.* (Barboza, 1899:1)

O perigo interno: a doença e a possibilidade de preveni-la, com a intervenção técnica sobre o meio.

Por um lado, temos os médicos enunciando os desequilíbrios na relação do meio e do organismo responsável pela doença. Por outro, os engenheiros desenvolvem estratégias urbanísticas que visam corrigir estes desequilíbrios. Os numerosos e detalhados estudos e registros sobre a cidade e os modos de vida de seus habitantes viabilizam um investimento político de gestão dos corpos e dos fluxos de fluidos, em que se busca atacar as virtualidades. Formulação de uma tecnologia das multidões e da idéia de prevenção. A afirmação das normas de gestão da cidade passa pela delimitação dos elementos considerados como expressão do processo de degenerescência por que passa o homem nos grandes centros: 'Um solo ofegante de elementos patogênicos! Casas em que o ar nunca penetra, para dar ao mísero habitador a sua tara fisiológica e onde conseguintemente o organismo não funciona normalmente! A restrição da vida é o início da morte!" (Barboza, 1899:1)

Uma geografia do poder é fundada com base no estabelecimento da relação entre a doença, a pobreza, a falta de higiene e o desconforto e formas várias de ilegalidade e imoralidade.

O dr. Oliveira Bulhões, médico-demógrafo, ao participar da referida discussão no Clube de Engenharia, comenta: "O primeiro passo a dar no saneamento da cidade é o saneamento da habitação". E pergunta:

> *Não faltam leis e regulamentos para esse fim; por que não se cumprem? por que razão está a cidade continuando a ser infecionada por cortiços imundos? por que razão grandes casas no interior da cidade são subdivididas em cubículos indecentes para acomodar centenas de indivíduos de uma promiscuidade indecente e imoral?* (Bulhões, 1899:1)

As causas assinaladas da doença recaem sobre fatores biológicos, ecológicos e morais.

O tema da morte é mobilizado como ponto de partida dos discursos dos médicos e engenheiros sobre o saneamento da cidade. O medo e o pânico são suscitados pelas imagens veiculadas no período. A cidade é comparada a um barril de pólvora pronto a explodir; a ausência de condições sanitárias e a entrada dos imigrantes são apontadas como elementos que, ao se associarem, reagem e ceifam milhares de vidas.

Radiografia da cidade enferma contrastada à imagem do Rio de Janeiro cartão-postal do Brasil: "A capital da República não pode ser um cemitério e os Governos da União e Municipal uma companhia de coveiros" (Frontin, 1899:1).

A morte aparece como uma imagem-impacto nos textos dos engenheiros e médicos. Sentimento de desconforto suscitado na campanha a favor da intervenção sobre o meio urbano corrompido. Os pronunciamentos indicam um equacionamento do espaço da pobreza graças à possibilidade aberta de uma gestão científica do espaço público e privado. As analogias estabelecidas entre o corpo e a cidade vão permitir uma série de conivências que estão na base das soluções urbanísticas (Cauquelin, 1982).

A analogia à circulação sanguínea remete à justificativa da implementação das redes de água e esgoto e do cuidado com a ventilação. A renovação incessante do ar, da água e o escoamento dos esgotos são postulados como condição para purificar o meio urbano e fazer funcionar a moradia.

Conivência com a idéia de sistemas semi-abertos ou fechados em estreita comunicação com o ecossistema. O dr. Barbosa demarca a necessidade de uma segregação espacial dos trabalhadores, solução apontada por esse autor para circunscrever as epidemias aos núcleos onde se concentra a população degenerada pelas péssimas condições de vida. Neste enunciado, a remodelação urbana surge como instrumento da solução científica para transformar o: "Limo vil em centros populacionais: um dos recursos eficazes para, ao menos, minorar os males devastadores que assolão as capitaes é separar por grandes parques os bairros populosos para impedir sua junção." (Barboza, 1899:3)

A analogia ao metabolismo do espaço urbano. Os parques e a expulsão da população de baixa renda do centro e a localização das fábricas próximas a áreas verdes atendem a dois preceitos: o processo de valorização do solo urbano, que tem o seu ápice nas áreas centrais e as teses médicas sobre o poder oxigenador das plantas. Desenvolvimento teórico da possibilidade de os vegetais purificarem o ar viciado pela concentração dos homens nas metrópoles. As florestas são descritas por Paulo de Frontin[9] como oficinas de saneamento. A destruição dos morros no centro da cidade e o alargamento das ruas são justificados pela necessidade de aeração do espaço urbano.

A analogia ao metabolismo urbano está presente também na preocupação com o escoamento e assimilação dos detritos orgânicos e com a limpeza pública e privada. A construção e manutenção das redes de esgoto e dos aterros colocam na ordem do dia a reflexão sobre o solo urbano. A drenagem dos terrenos alagadiços, somada à ampliação da rede de transportes, possibilita a ocupação, no século XIX, da região que será denominada Cidade Nova (a cidade se expande em direção a São Cristóvão, seguindo as linhas férreas que foram sendo construídas). A preocupação com o contágio e a contaminação da água, do solo e do ar orientam a reorganização dos cemitérios, a drenagem dos solos, a impermeabilização das edificações. A física subterrânea se ocupa com o cálculo do dispêndio de energia no percurso dos fluxos e a projeção de redes independentes de circulação dos fluidos.

As fórmulas dos engenheiro-sanitaristas são encontradas em tratados técnicos de intervenção sobre o meio ambiente. Todavia, o seu enunciado é pontilhado de imagens de impacto como a da ameaça da morte. Os médicos, com o apoio da estatística, reforçam o aspecto quantitativo e buscam conferir às suas teorias a legitimidade da ciência. Poder das imagens que se associa aos gráficos e estatísticas, estratégias de enunciação destes saberes, que se apresentam como verdades demonstráveis. Verdades empíricas passíveis de uma leitura crítica.

No primeiro semestre de 1904, nas atas da Academia Nacional de Medicina, órgão que apóia a campanha sanitária chefiada por Oswaldo Cruz, encontramos uma discussão sobre as estatísticas oficiais. O médico Felício dos Santos suscita a questão da necessidade de um levantamento

[9] O engenheiro Paulo de Frontin ficou conhecido com a campanha 'Água em Seis Dias'. As medalhas comemorativas cunhadas na ocasião traziam inscritas a frase: Trabalho Livre, referindo-se à Abolição, e Confiança na Ciência e no Trabalho Nacional. (Rocha, 1983:29-30).

preciso da população carioca, como instrumento de uma topografia médica. Alguns acadêmicos se preocupam com as implicações nefastas à unidade da corporação, decorrentes desses pronunciamentos. A divergência com o projeto médico oficial é negada. Não era preciso fazer censuras ao regime atual, pondera o dr. Costa Ferraz. Mesmo assim, os acadêmicos que se atribuem o papel de conselheiros dos poderes públicos e da população leiga assinalam a imprecisão das estatísticas:

> *Nenhuma conclusão positiva pode ser tirada para aquilatar das condições de salubridade desta capital, desde que não é conhecida a sua população ... trata-se apenas de conjecturas, não tendo valor algum as estatísticas apresentadas até agora, porquanto não foi feito um recenseamento que exprima o número exato de habitantes do Rio de Janeiro.* (Santos, 1904:307-311)

A Academia decide, por unanimidade, solicitar junto à Directoria Geral de Saúde Pública o recenseamento da população. Teremos um novo recenseamento geral da cidade somente em 1906. O relato anterior vem reforçar a necessidade de estarmos atentos à dinâmica do embate de propostas sobre o saneamento da cidade do Rio de Janeiro; a discussão relatada não exclui o fato seguinte: Carlos Seidl, orador da Academia, recolhe junto a funcionários da administração pública hospitalar dados que reforçam sua argumentação em defesa da vacina. Embora ele tenha afirmado, numa sessão, ter recorrido a pessoas idôneas a fim de obter os dados, vai retificá-los numa sessão futura. Este fato exemplifica a dificuldade de se estipular um controle da incidência de fenômenos mórbidos expressos numericamente (ANM, 28/07/1904:133). O procedimento desse acadêmico reflete um acordo com a exigência do saber médico contemporâneo, em que a previsão é realizada por meio do cálculo numérico.[10]

As primeiras estatísticas usadas pelo saber médico no fim do século XVIII foram empregadas na comprovação da eficácia da vacina antivariólica.

Observamos, no contato com as fontes, como se operam os recortes temáticos do período. O suporte teórico-conceitual usado por alguns historiadores faz com que posições-sínteses construídas na época sejam referendadas. Perde-se de vista uma leitura pluralizada na qual os diversos enunciados contemporâneos corresponderiam a pontos distintos de uma trajetória cujos rumos não estão dados *a priori*. Pontos móveis, formadores de campos de força, que, ora se distanciam, ora se aproximam, durante o processo em estudo. A demarcação das diferenças faz parte da estratégia de luta entre os formuladores da remodelação urbana. Os conceitos não são meras abstrações, compartimentos ou etiqueta imputados ao real. Entendemos que eles circulam e ligam as linguagens das fontes, da teoria e da narrativa histórica.

[10] *Indicamos um belo estudo sobre a estatística, com que travamos contato após a elaboração do nosso trabalho:* DESROSIÈRES *(1993).*

Dos médicos:

GLORIA AO BRAZIL!

Malho 17-7-909

OSWALDO CRUZ:

Da vaccina obrigatoria
Os dias estão contados,
Pois da variola os microbios
Eu descobri. Que malvados!

Cabellos brancos fizeram-me
Em annos de altas fadigas,
Mas, breve, a dizer atrevo-me.
— Ninguém morre de bexigas!

Pretendemos, neste capítulo, retomar o debate sobre as práticas médico-sanitárias no período 1890-1920. No início do século XX, várias intervenções no espaço urbano almejam modificar os hábitos da população carioca, como o Entrudo, a Festa de Finados e a da Penha. A análise do levante popular contra a nova lei de obrigatoriedade da vacina possibilita-nos uma leitura da dinâmica da constituição dos saberes médico-higienista e da engenharia urbana. Evitamos, assim, o risco de, seduzidos pela imagem projetada da cidade moderna, apagar a diversidade de forças em luta, unificar e fixar o discurso das práticas médico-sanitárias que triunfam.

Para cumprirmos essa tarefa, fez-se necessário um breve estudo da circulação de temas e conceitos que integram o pensamento positivista. Nós os encontramos, tanto nas atividades desenvolvidas pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, como na formação de profissionais do Clube de Engenharia, do Exército e na obra literária de Lima Barreto, para citarmos alguns exemplos.

O pensamento de Auguste Comte é analisado por Michel Serres, François Dagognet e Angèle Kremer Marietti, para ficarmos apenas em alguns autores franceses consagrados. Os dois primeiros participaram de uma edição crítica da obra de Comte publicada pela Editora Herman.[11]

No período que estudamos, a teoria positiva veiculada pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil (IAPB) comporta uma grande contribuição: a mesologia. A partir de uma perspectiva histórica, o estudo do meio interliga o biológico ao social. A vida é um conjunto de relações que não se limitam ao espaço físico do corpo.[12]

No interior do debate médico, a teoria do meio se opõe à teoria do agente específico da doença (a cada doença corresponde um agente e a sua descoberta possibilita que se produza uma vacina para preveni-la). Segundo a teoria do meio, a vida saudável corresponde a uma multiplicidade de fatores relativos à alimentação, ao clima, à moradia, aos costumes sociais e individuais. Não é difícil imaginarmos aqui as implicações políticas dessa teoria.

Quando enfocamos o debate sobre a prática da vacina antivariólica, enquadramos duas faces do biopoder. De um lado, os adeptos da vacina antivariólica se insurgem contra a medicina ironicamente alcunhada de 'medicina dos miasmas'. De outro, os positivistas do IAPB, apoiados em uma leitura particular da história das ciências – disciplina concebida por Auguste Comte e efetivada por Laffite, no Collège de France –, polemizam com Oswaldo Cruz, que conta no seu currículo com um estágio no Instituto Pasteur.

Contemporâneo ao nascimento da bacteriologia, o movimento antivacinista inglês publica o seu primeiro periódico – *Antivaccinator*, em 1869 –, ao passo que o movimento universal antivacinista é criado em 1880. Paralelamente, Pasteur é premiado pela Assembléia Nacional, pelo resultado da vacina contra o carbúnculo, em 1874.

[11] No recente livro de Dosse (1997), Michel Serres é indicado como o inspirador de uma constelação de autores franceses.

[12] Por ocasião da pesquisa e da redação da tese que originou este livro, a produção dos positivistas era um tema-tabu para os historiadores preocupados com os movimentos sociais. Ainda no início da pesquisa, recebi inquieta a resposta de Nicolau Sevcenko à minha pergunta: – Que este grupo não era relevante. Eu e Ângela Pôrto tínhamos outra avaliação e pesquisamos, paralelamente, os médicos positivistas. Do nosso encontro temático resultou uma amizade e várias colaborações. Fico contente ao ver, na reedição do livro de Sevcenko sobre a Revolta, os editores alterando o quadro inicial oferecido pelo autor, ainda que a título de ilustração. Atualmente, o papel dos positivistas é tema do vestibular de História das Faculdades Estaduais Paulistas (Fuvest).

Discordamos da análise de Arantes (1988:188-189), que, em seu artigo, produz a resposta de Luis Antônio de Castro Santos e a tréplica do primeiro. E nos posicionamos, aqui, diante de um debate que polariza historiadores e cientistas sociais brasileiros: 'as idéias estão no lugar'. O pensamento não existe em estado puro e a verdade científica é relativa e datada. Por um lado, ressaltamos a inovação positivista. O positivismo é a primeira teoria que nega o universalismo da teoria do conhecimento, em defesa da história das ciências e da contextualização das 'verdades científicas'. Por outro, rejeitamos o 'laboratório' da teoria do conhecimento no qual, como na aposta de Paulo Arantes, isolamos o verdadeiro positivismo e o destacamos daquele difundido nos trópicos. Presente nos domínios da engenharia e da medicina, algumas expressões positivas, como nos mostra o próprio Arantes, veiculam-se também na linguagem popular. Diferentemente, indagamos: como as palavras circulam?

Prossigamos no debate sobre o positivismo no Brasil. Arantes e Luis Antônio de Castro Santos, seu interlocutor, dialogam dentro do mesmo quadro de referência. Situam, de um lado, a matriz-Europa e, de outro, o Brasil-cópia, adotando uma visão amplamente difundida da história brasileira. Por exemplo, Arantes passa por um ponto-chave para se ler o debate no início do século XX: o clima. Ele cita Luis Pereira Barreto, positivista não-ortodoxo paulista e defensor da vacina antivariólica: "nossa viticultura, hoje, é superior à da Europa; a higiene suprimiu os climas" (Arantes, idem:202). Podemos assinalar aqui mais um ponto de divergência do discurso do paulista e do grupo do IAPB. Barreto aposta no caráter uniformizador e universalista da tecnologia, ao passo que os positivistas ortodoxos do IAPB apontam para os limites práticos deste enfoque: é falacioso conceber uma prática médica negando-se a diversidade dos organismos-alvo da mesma. Os 'acidentes' da vacina antivariólica contam essa outra história (Bahia Lopes, 1997, cap. 4).

O comentador Luis Castro Santos (1988:196) extrai a ciência do seu contexto, despolitizando-a: "Pereira Barreto tinha (...) um interesse técnico, proveniente menos da filosofia comtiana que do método científico estabelecido pelo sistema positivista". Salva, assim, o positivismo de ser classificado como retrógrado, deixando este lugar para os expoentes do IAPB que cometeram um erro científico. Ao dissociar o que se encontra integrado no positivismo – a filosofia positivista implica uma praxologia –, o autor passa ao largo de importantes questões levantadas no debate em torno da vacina antivariólica.

Diferentemente, a análise da circulação do conceito de meio nos revela uma disputa envolvendo, de uma parte, um grupo que, a despeito da teleologia e do finalismo da lei dos três estados (a história das sociedades é a sucessão dos estados teológico, metafísico e positivo), assinala a singularidade, seguindo uma concepção de história natural que remonta à Hipócrates (460-375 a.C.); de outra, os bacteriologistas, que, eufóricos com as descobertas dos agentes das doenças bacterianas, simplificam a explicação do adoecer e preconizam a generalização da vacina por todo o planeta (Latour, 1984). A racionalidade da teoria dos germes entra em choque com a racionalidade da medicina das espécies: nesta última, o adoecer é fruto de uma conjunção de variáveis. Neste sentido, segundo Angèle Kremer Marietti, Comte é um ecologista *avant la lettre*.

Os autores que identificam o sentido da história, com o resultado da vacina antivariólica – a extinção da varíola no planeta – produzem uma história normativa. Achamos importante acolher a lição de Gaston Bachelard, que afirma a importância para a história das ciências de se estudar

o papel positivo do 'erro científico'. Desta forma, introduzimos um importante recurso metodológico na nossa análise: a simetria. O fato de os antivacinistas terem errado não invalida a importância do estudo deste grupo. E, aceitando a provocação de Walter Benjamin, "todo documento de cultura é também um documento de barbárie", nos perguntamos: como história e medicina se aliam para descrever o 'Rio de Janeiro civilizando-se'?

Nosso recorte temático das fontes consultadas visa, sobretudo, abordar as críticas dos médicos positivistas:

- à vacina antivariólica;
- à assistência médica asilar;
- ao papel biológico e político da mulher.

A pergunta inicial é: como os positivistas problematizam o discurso de Oswaldo Cruz e Pereira Passos?

O primeiro ponto de divergência com o discurso oficial da reforma urbana é a visão crítica do moderno. Comte repete "somos mais antigos que nossos antepassados" e segue uma linhagem de pensamento que remonta a Giordano Bruno. Para vários positivistas, todo discurso que se apresenta como criador de uma nova era deve ser olhado com desconfiança. O respeito à tradição é condensado na divisa 'os vivos são governados pelos mortos'.

O segundo grande ponto que retomaremos várias vezes durante este capítulo é a mesologia de Comte. O positivismo traduz o conceito de história natural presente em Heródoto e Hipócrates.

Para o positivismo, é impossível pensar a ciência sem a história e a ciência se faz pela observação e pela intuição. "A arte é longa; a vida é curta; a ocasião, fugaz; a experiência, enganadora; o juízo, difícil. Não somente o médico deve fazer o que é preciso, porém, o doente também; e também, os que servem a este e todos os que o cercam." (*Livro I, Aforismo* cf. Lemos, s.d.:26)

Quando restabelecemos o debate sobre a vacina antivariólica, vislumbramos dois grupos que se aglutinam na disputa. De um lado, temos os sanitaristas oficiais defensores desta prática. De outro, encontramos os clínicos positivistas e a concepção naturista da relação saúde-doença. Os primeiros, ligados à pesquisa e à utilização da estatística, da química, das colorações, dos microscópios, da anátomo-clínica, ou seja, à utilização da técnica para aumentar a fronteira da saúde.

Para os positivistas, ao contrário, o médico deve ser um espectador das forças da natureza, cabe-lhes apenas o papel de facilitar, sem intervir diretamente no funcionamento do corpo, a *vis medicatrix naturae*. Ele deve reconhecer a evolução do mal e a possibilidade de cura. A crise é o momento privilegiado da observação. Ela torna manifesta 'uma verdade', que o médico traduz no seu veredicto. A crise é um marco entre dois caminhos possíveis do trabalho da natureza: ou o equilíbrio orgânico é restabelecido, ou a doença culmina na morte e desagregação do organismo. Os médicos receitam dietas, buscam formar novos hábitos corporais em seus clientes e afirmam estar auxiliando a natureza a encontrar o seu equilíbrio e a permanecer nele.

A produção do saber médico consiste basicamente em duas etapas. Primeiro, o clínico classifica a doença por meio da elaboração de uma 'árvore de sintomas'. O segundo passo é aprender a singularidade da doença no corpo do enfermo. Os cuidados médicos são comparados ao

teatro. O corpo do doente é o palco, local onde se manifesta a essência da doença, onde se desenrola o enredo. O olhar qualitativo do médico circunscreve a doença específica ao remetê-la novamente aos quadros nosológicos e distingui-la de outras que apresentam sintomas similares. Os fenômenos epidêmicos são observados por um olhar quantitativo. O contágio é apenas um fato da epidemia. O interesse médico reside em apreender a singularidade de determinada epidemia e situá-la no tempo e no espaço, ou seja, circunscrever a sua individualidade histórica: "Não havendo por conseguinte, entre a moléstia epidêmica e a moléstia esporádica senão uma diferença essencial, na intensidade e na generalidade das causas." (Bagueira Leal, 1881).

O leitor deve estar se perguntando, quais são os conhecimentos atuais sobre a varíola?

Os conhecimentos sobre os vírus da varíola e da vacina (etiologia) inexistiam no início do século. Nas últimas três décadas do século XIX, as pesquisas ganham impulso com a identificação dos agentes de doenças e a produção de vacinas antibacterianas. As vacinas antivirais, com exceção da anti-rábica e da antivariólica, são produzidas após 1950, a partir da invenção da cultura de tecidos. Abrimos um parêntese técnico para facilitar a nossa argumentação.

Os vírus formam uma classe de agentes infecciosos que por muito tempo foram conhecidos como parasitas intracelulares de pequeno tamanho. Hoje, a composição, a organização simples e o mecanismo de replicação caracterizam o vírus: ele é composto por material genético – DNA ou RNA, nos retrovírus – e envolto por uma cobertura de proteína, que o protege e serve como veículo de transmissão de uma célula hospedeira a outra. Os *Poxviruses* formam uma cadeia dupla de DNA. A *vaccinia* é classificada como um vírus grande.

A replicação do vírus ocorre com o emprego de substâncias, como, por exemplo, as enzimas do hospedeiro. Após a duplicação, a cobertura é produzida e forma o *virion*. Os vírus aglutinam os glóbulos vermelhos do sangue durante a replicação.

O vírus da vacina foi objeto de várias pesquisas, incluindo experiências de engenharia genética visando à produção de vacinas polivalentes.[13] O vírus da vacina possui uma grande cadeia de DNA. As informações para a transcrição e réplica se encontram nas células do hospedeiro. Para transformar o vírus em veículo de uma vacina múltipla, trocamos a parte correspondente do DNA que não é necessária para a reprodução, pelos genes dos agentes responsáveis por outras doenças. Vários genes de vírus, de bactérias e protistas se encontram no vírus da vacina e pode-se fazer comunicar até quatro antígenos simultaneamente na recombinação do vírus. Um obstáculo, porém, se coloca ao seu emprego. Os efeitos provocados pelo vírus da vacina tocam o limite do tolerável, segundo as normas de produção de vacinas. Este veredicto foi estabelecido com base em dados americanos e europeus disponíveis para a vacina antivariólica. Não existem dados sobre os efeitos da vacina antivariólica nos países do Terceiro Mundo.[14]

[13] *Nature, 42(9)116, nov. 1989.*

[14] *Ver Wilson (1967).*

O vírus da varíola é altamente contagioso. Resiste ao dessecamento e às oscilações de temperatura; permanece estável: durante alguns meses, a 4 °C e a -20 °C, durante vários anos. É resistente à diluição em fenol e suscetível à ação de solventes apolares lipofílicos, como por exemplo o clorofórmio: é desativado a uma temperatura de 60 °C durante dez minutos na autoclave. Pode ser encontrado nas roupas de cama, nas vestimentas e no ar. A alta contagiosidade desse vírus limita as experiências ao espaço do laboratório (Bahia Lopes, 1997, cap. 4).

Voltemos ao nosso período. O erro dos antivacinistas foi apostar na possibilidade de se interromper a cadeia de transmissão da varíola. Segundo os antivacinistas, uma intervenção sistemática e geral sobre os corpos e o meio seria factível e eliminaria os riscos de se contrair a varíola. Na propaganda desse grupo, a administração sanitária da cidade de Leicester, na Inglaterra, é usada como um exemplo vitorioso da idéia sanitária. A inoculação da varíola é uma prática perigosa, pois perpetua o reservatório desse vírus. O desconhecimento de etiologia da vacina e da varíola (a história das ciências é judicativa) não apaga o erro dos antivacinistas deste período. Mas a ausência de tais informações ainda compromete a obra de um autor nosso contemporâneo, Challoub (1996).

Nunca é demais explicar as diferentes técnicas médicas de prevenção da varíola. A prática da inoculação consiste em, sob condições especiais, introduzir o vírus da varíola para que o organismo não contraia, futuramente, a doença: tal prática se baseia no princípio da não-recidiva, isto é, de que a doença é contraída uma única vez pelo organismo ao longo da sua vida. Segundo alguns historiadores, a inoculação foi importada de Constantinopla para a Inglaterra, pela esposa do embaixador e escritora, Lady Montagu, pertencente a um grupo de escritoras denominado *bas bleu*. *Bas* referindo-se a meia e azul, à imagem da meia azul contrapondo-se ao branco, símbolo da higiene e da pureza das roupas íntimas femininas. O tipo *bas bleu* designa posteriormente a feminista escritora e foi imortalizado na série do caricaturista francês Honoré Daumier (1808-1879).

Ao tempo cíclico das epidemias, a técnica preventiva sobrepõe o tempo linear da inoculação. Jenner fala da 'contaminação' da vacina por miasmas no Hospital de Inoculação de Londres. Na primeira década do século XIX, neste mesmo hospital, é interditada a inoculação. Os custos sociais e econômicos do isolamento dos inoculados – é preciso seqüestrá-los do convívio social, para que não se transformem em foco de irradiação da doença – limitaram esta prática em detrimento da vacina. A vacina antivariólica – o vírus de uma doença animal inofensiva ao homem previne-o contra uma doença mortal – é uma aquisição técnica inegável.

A observação da contagiosidade da varíola não é privilégio dos médicos.

A hipótese de Challoub é interessante: será que a inoculação concorre com a vacina? Mas ela não é nova e devemos fazer menção a toda uma extensa literatura sobre o tema.[15]

A inoculação seria uma prática corporal de herança africana ou chinesa como afirmam alguns autores? Não nos interessa estabelecer o mito da origem desta prática ou da doença que ela visa neutralizar. O que nos interessaria reter do candomblé, informação já veiculada na tese de Pôrto (1985), é a gramática do ritual da varíola. Ler os mitos com os olhos da antropologia estrutural permitiria ao analista captar a sua racionalidade. Para darmos um brevíssimo exemplo, no candomblé, a varíola é representada pelo orixá Xaponã, deus dos entroncamentos, dos contatos. O lugar do santo nos faz pensar sobre a circulação, ou seja, a alta contagiosidade da varíola.

Os vírus da varíola e da vacina passam pelos corpos e afloram na pele em suas expressões ritualísticas ou médicas; eles informam experiências plurais que se comunicam. Mas Challoub prefere se fixar no olhar do folclorista Câmara Cascudo: ele afirma, sem demonstrar, que a vacina antivariólica foi preterida no início do século XX, e a prática da inoculação da varíola continuou sendo aceita nos bairros populares cariocas.

A varíola era uma das doenças-alvo da prevenção no período. O Código Sanitário estipulado pela medicina oficial impõe a notificação

[15] *Darmon (1984); Schwartz & Parish (1965); Miller (1957); Silverstein & Miller (1981); Needham (1980); Bradley (1971), dentre outros estudos.*

compulsória das seguintes doenças: cólera, peste, difteria, febre amarela, escarlatina e sarampo. Os clínicos positivistas condenam esta medida por incorrer num duplo equívoco.[16]

[16] *Primeiro, por suprimir o segredo profissional, obrigando os médicos a fornecerem ao poder público informações da esfera da vida privada dos pacientes. Essa prática ameaça um dos pilares da medicina clínica: a confiança do doente no médico e a importância do caráter subjetivo da cura. Segundo, por supor que médicos de formações diferenciadas cheguem ao mesmo diagnóstico. Os positivistas qualificam de irracional a montagem de uma política de saúde que tenha como ponto de partida os números e as curvas estatísticas. É impossível admitir a quantificação dos fenômenos mórbidos quando se parte do princípio de que só existe uma doença: a perda da saúde.*

Um bacteriologista meticuloso, Königer, encontrou a fórmula matemática para determinar a zona perigosa criada pelo homem que está tossindo e espalha micróbios em todos os sentidos:

X= m . P/G

M = K

P= Peso de quem tosse

G= Intensidade do peso no lugar do acesso da tosse

Segundo Comte, cada doente é um caso especial e no diagnóstico do médico positivista devem estar combinados os dois aspectos da natureza humana, o físico e o moral.

As divergências entre os clínicos positivistas e os adeptos da bacteriologia não são uma luta entre um saber jovem e velhas crenças. O debate é travado entre duas figuras de saber. As duas concepções em conflito se tangenciam em alguns pontos: na relação normal/patológico, no conceito de regulação biológica e no meio, pensado como formador do indivíduo. Os médicos em disputa partem destas reflexões, que emergiram no século XIX, e elaboram estratégias distintas de ordenação do espaço e dos corpos.

Auguste Comte importa o conceito de meio, da física para o campo da biologia. Este autor universaliza a teoria do meio, ao estender o estudo do meio vital para o meio social. O conceito de meio fundamenta a teoria positiva da história e do progresso. Para os positivistas cariocas, a vida é a troca de substância entre o ser vivo e o meio. O sistema ambiente modifica o organismo e este, por sua vez, exerce uma influência correspondente. A ação do organismo sobre o meio é negligenciável nos seres vivos, com exceção da espécie humana. Os homens, por intermédio da ação coletiva, modificam o meio. Esta ação pensada, na história contemporânea, é denominada pelos positivistas cariocas "a tarefa regeneradora do social".

Comte esquematiza a relação do meio e do organismo em dois itens básicos:

> *1º É o exterior que regula o interior, é a estabilidade do sistema solar que estabiliza os sistemas vivos pela mediação do meio.*
> *2º A história humana é tão-somente o desenvolvimento de um germe à actualização da natureza humana. O progresso é apenas o desenvolvimento da ordem.* (Canguilhem, 1980:129-154)

No século XIX, Nietzche critica Darwin por desnaturar a força da natureza:

> *o projeto darwinista é a exaltação de uma natureza que esmaga a força da singularidade. O singular, porque fonte de atividade, não é passivo; ele é, antes de tudo, centro de atividade, centro de produção. A influência das 'circunstâncias exteriores' foi loucamente exagerada por Darwin. O essencial do processo vital é justamente esta imensa força de formação que cria as formas do 'interior' que utiliza, explora as 'circunstâncias exteriores' (...) As formas novas que foram modeladas do interior não são criadas em vista de um fim.* (VP 1883-1888, Liv II, t 1 164:220 apud Kossovitch, 1979:24)

Mas é justamente esta finalidade que defendem tanto os bacteriologistas como os positivistas. Os últimos formulam uma história global do devir social, que se expressa em fases do desenvolvimento da civilização. A classificação positiva implica uma praxologia: 'a tarefa regeneradora do social'.

Para Comte, cada organismo é uma totalidade pertencente à totalidade do seu meio. A imagem usada da harmonia na relação organismo e meio é a da alimentação. O alimento é fornecido pelo meio, a sua assimilação pelo organismo produzirá a harmonia meio/organismo necessária à vida. Acontece, porém, que as modificações do meio tendem a comprometer o organismo. Como conciliar a ordem e o progresso?

No século XIX, Malthus e Comte postulam a necessidade de um regulador de ordem moral e física dos cidadãos. Para o primeiro, esta necessidade é decorrente da tendência de o crescimento da população ultrapassar o limite do crescimento da agricultura e produção de alimentos. Nos animais, o freio dessa tendência é a morte, ocasionada pela concorrência por escassos meios de sobrevivência. Nos homens, o freio a essa tendência é o constrangimento. É a partir do cálculo das conseqüências nefastas da realização dessa tendência que o homem busca regular a população por meio da *vis medicatrix res publicae*.

A teoria da história universal, elaborada pelo positivismo, divide a história em três estados: o estado teológico, o metafísico e o positivo. No estado teológico a unidade do social é obtida com a religião: "A unidade cerebral só é perfeitamente mantida entre os povos fetichistas, onde um dogma rudimentar subordina o espírito ao coração, em virtude da pouca atividade do espírito" (Bagueira Leal, 1881:69).

O estado metafísico é caracterizado como um momento de transição, de crise e desorganização dos valores morais e da sociedade ocidental, observáveis a partir da Idade Média. De um lado, o momento metafísico é pernicioso, indeterminado e marcado pelo individualismo. Por outro, o estado positivo é caracterizado por sua organicidade, por sua afinidade à inscrição, pela simbiose entre o espiritual e o corporal, o progresso e a ordem (Dagognet, 1985:403-422).

Para os positivistas cariocas, a evolução social aperfeiçoou o cérebro dos ocidentais, ao mesmo tempo que tornou o seu corpo mais delicado.

Do normal ao patológico

Na relação do normal e do patológico pode-se determinar as variáveis, quantificá-las e comprová-las experimentalmente (o peso, o movimento, o calor, a eletricidade e as espécies químicas). "A qualidade do organismo acha-se reduzida a um conjunto de quantidades" (Canguilhem, 1980:129-154). A imagem é a de uma reta graduada onde, nos pólos dinâmicos, encontramos o normal e o patológico.

Com a quantificação desta relação, o conceito de degeneração ganha um estatuto positivo. Degenerado é tudo aquilo que se encontra afastado do estado de natureza, distância marcada pelas modificações das constantes que o impedem de se manter num ritmo estabilizado. No estado fetichista, entre os povos primitivos, existe 'a harmonia cerebral mais perfeita' e, conseqüentemente, 'a ausência de moléstia'. A evolução social produz um estado anárquico de conflito entre as opiniões e os sentimentos e uma predisposição à moléstia. As epidemias são uma conseqüência dessas transformações:

> *É essa extrema complicação de circunstâncias que explica a constituição patológica dos modernos. Ela permite compreender como as epidemias vão se tornando mais numerosas e mais mortíferas a partir do século XIV, isto é, a partir da época em que começou a irrevogável dissolução do regime feudal. (Jornal do Commercio,* 28/08/1904)

Quando a ação modificadora do meio, ao atuar sobre uma determinada localidade, ultrapassa os limites da dinâmica organismo/meio, surge a moléstia. Mas se a relação normal/patológico é propulsiva e o organismo se modifica com o meio, como prever o limite da transformação?

Prever

Para os positivistas, o tempo das epidemias é cíclico e o tempo do progresso é linear. Este enfoque fundamenta o posicionamento político deste grupo carioca ante a política de saúde pública oficial. "Não há governo capaz de impedir epidemias, como não há governo capaz de superá-las ... Fenômenos intermitentes, por sua natureza, as epidemias tendem a cessar fatalmente no fim de certo tempo" *(IAPB, 1908:13).*

O espírito positivo estuda as leis naturais, ou seja, busca estabelecer relações de constância e de sucessão dos fenômenos observados, em meio às variáveis.

Um exemplo deste procedimento metodológico é a definição de raça veiculada pelos positivistas cariocas. Citando Blainville, as raças são variações decorrentes da influência do meio sobre o organismo, que se tornam fixas e se perpetuam pela herança, quando atingem a sua maior intensidade. Na raça branca, predominam os nervos sensitivos e a função especulativa; na amarela, a parte posterior do cérebro e a função afetiva e na negra, os nervos motores e a função ativa.

Olhar clínico e olhar armado

O olhar do médico clínico investido do amparo institucional hospitalar busca o desvio. No século XVII, o saber médico discorre sobre as características do corpo, vigor, flexibilidade, que são perdidos na doença. No século XIX, surge com a fisiologia o conceito de normalidade. O limite entre o normal e o patológico é de ordem quantitativa. A partir da Clínica, temos um olhar que calcula, prevê e rege a intervenção. Com a anatomia patológica,

> *o signo (por exemplo, a febre, o pulso) não fala mais a linguagem natural da doença, só toma forma e valor no interior das interrogações feitas pela investigação médica. Nada impede, portanto, que seja solicitado e quase fabricado por ela (...) O signo é o ponto de encontro entre os gestos da pesquisa e o organismo doente.* (Foucault, 1980)

A utilização da física e da química pela medicina revela a intenção de 'fazer variar o meio interno', criando novas normas de funcionamento do organismo. Uma vez assumidas as modificações das constantes no organismo, temos duas tendências que separam o normal do patológico. A primeira é a busca de constantes normais de valor propulsivo, quando a normatividade pode ser ultrapassada. A segunda é a busca de constantes normais de valor repulsivo: temos a morte da normatividade resultante do esforço por se manter as normais a todo custo.

A questão é: como ultrapassar uma estabilidade e manter a dinâmica da vida? Fazendo variar experimentalmente o meio. A experimentação médica é realizada com base em uma nova percepção e de um novo discurso, cujo processo de constituição remonta ao nascimento da Clínica. Não é mais um olhar que decifra e lê a linguagem da *vis medicatrix naturae*. A partir de Bichat, a relação da vida e da morte ganha o estatuto positivo do conflito. A doença não é mais um acidente e entra numa dimensão anterior, constante e móvel com relação à vida (Foucault, 1980:176-177). Comte acusa Bichat de estar impregnado do espírito metafísico. O verdadeiro espírito positivo explica a morte como uma conseqüência necessária da vida. A despeito das divergências, este pensador é homenageado com busto na sede da IAPB e num dos meses do calendário positivista, que toma o nome de Bichat.

O debate entre os sanitaristas oficiais e os positivistas não se reduz a um conflito entre a medicina atuante e a expectante. Trata-se de uma disputa por formas diferenciadas de intervenção no espaço físico da cidade ou nos corpos.

Encontramos, no acervo particular do dr. Bagueira Leal, cartas da Anti-Vaccination League of America e da National Anti-Vaccination League (Inglaterra). Em outubro de 1908, mesmo ano da epidemia de varíola no Rio de Janeiro, este médico positivista é eleito vice-presidente honorário da Liga Norte-Americana; ainda naquele ano, é convidado a participar, juntamente com outros delegados brasileiros, da Conferênca Anual da Liga Inglesa. O convite inclui a oferta de auxílio a ser fornecido pelos ingleses aos participantes brasileiros presentes ao encontro. Na leitura dessa correspondência, vislumbramos uma faceta da luta política dos positivistas que não aparece nos folhetos e matérias publicadas nos jornais. O material veiculado pelos antivacinistas americanos e ingleses é incorporado ao debate com os defensores do projeto médico oficial. A despeito das alianças táticas, várias questões separam os antivacinistas ingleses e americanos dos positivistas do IAPB. O movimento inglês se lança a partir de 1870 e se situa no cruzamento de diversos movimentos sociais: socialistas, feministas, homeopatas, adeptos do termalismo, cooperativistas, abolicionistas, para citarmos os exemplos mais importantes. Duas ligas se alternam: a LSACV (London Society Anti-Compulsory Vaccination) e a NAVL (National Anti-Vaccination League), com diferenças de classe na sua composição (a segunda recruta seus integrantes na classe média). Elas mobilizam personagens como Herbert Spencer, Florence Nightingale, Alfred Russel Wallace – co-autor, com Charles Darwin, da teoria da evolução das espécies –, dentre outros (Bahia Lopes, 1997, cap. 6). Resumindo, o movimento inglês se filia a uma tradição de luta dos radicais. Os antivacinistas acusam o Estado britânico de desobedecer a divisão entre as esferas de atuação do poder temporal e do poder espiritual. A vacinação antivariólica é a primeira medida sanitária universal de caráter obrigatório promovida pelo Estado. Segundo os antivacinistas, a ingerência estatal no domínio privado dos corpos cria o direito de resistência dos cidadãos. O reduzido material disponível no Brasil sobre os antivacinistas nos impediu de avançar nessa discussão.[17] Os documentos do início do século XX foram conservados pelos positivistas cariocas. Encontramos também indicações da existência de exemplares do periódico *Vaccination Inquirer*, da liga inglesa, no Instituto Butantã, em São Paulo, antigo Instituto Bacteriológico.

[17] *Para um estudo com fontes dos arquivos europeus, consultar* BAHIA LOPES *(1997).*

A primeira geração de antivacinistas contemporâneos às experiências de Jenner é retratada em livro do médico português Heliodoro Carneiro Jacinto de Araujo, o Visconde de Condeixa (1776-1849), que pertence à coleção do Imperador D. Pedro II e está depositado na Biblioteca Nacional.

Em 1911, Bagueira Leal recusa o cargo de vice-presidente honorário da Liga Norte-Americana. Na ocasião, assina o papel de divulgador dos trabalhos de reconhecido mérito dos membros da diretoria. E explica a incompatibilidade existente entre a sua filiação ao IAPB e o fato de ser membro efetivo da Liga:

> We (positivists) think that all these evils (vacination, hatred, fraud, war, prostitution, misery, etc.) are simply cases, modalities of a great general evil, that involves them all. This great general evil is 'irreligion'. In the day when shall triumph a demonstrable religion, founded on Science, inspirated on Love, all these scourges shall disappear. (Carta de Bagueira Leal dirigida ao Porter F. Cope, secretário da Anti-Vaccination League of America. Rio de Janeiro, 17/02/1911. M. R.)

A vitória do saber médico-higienista ocorre a partir da disseminação das recentes conquistas da bacteriologia. Em 1892, é regulamentado o Laboratório de Bacteriologia e, em 1901, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro cria esta cadeira. O modelo médico e político da quarentena cai progressivamente em desuso. Na quarentena, observamos a cristalização do movimento e o registro centralizado dos doentes e dos mortos. Na Conferência Sanitária Internacional, realizada entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, no ano de 1904, a quarentena nos portos é abolida. Mas a varíola coloca um desafio suplementar, a sua alta contagiosidade.

O conceito de periculosidade, da necessidade de se defender a saúde da população, de atacar as condições morbígenas do meio é solidário à idéia de prevenção.

O modelo da quarentena é paralisar a cidade, dividi-la em quarteirões sob a vigilância de uma autoridade, colocar a enfermaria fora do perímetro urbano, desinfetar a casa e retirar dela todos os que caem doentes.

Já a teoria dos germes busca estudar a interação do homem e do meio, para descobrir os possíveis trajetos dos agentes morbígenos. A vacinologia elege um campo por excelência de batalha contra estes agentes: o corpo humano. Aqueles considerados doentes em potencial são compelidos a seguir as prescrições dos médicos oficiais. Em 1893, o Conselho Municipal decreta a vacinação nas escolas, estalagens e avenidas, residências da população de baixa renda. A idéia é a de se criar cinturões de vacinação, isolar grupos mais suscetíveis à doença, quebrando-se os elos de transmissão dos agentes das doenças.

No hospital de isolamento, é criado um quarto especial para o paciente de febre amarela. Uma moldura prende a tela que impede a passagem de mosquitos para o leito do doente. O cercamento visa evitar a transmissão da febre a outros pacientes internos e à população em geral. Encontramos, no MIS, fotos que registram esta experiência única.

Higiene e propaganda

No processo de mobilização da opinião pública a favor das práticas sanitárias oficiais, encontramos a força de sedução exercida pelas imagens da cidade do Rio de Janeiro-cartão-postal, da cidade maravilhosa e da sala de visitas do Brasil. Durante nosso trabalho, não encontramos nenhum discurso fora deste quadro-referência que é o estandarte da remodelação urbana e das campanhas sanitárias, levadas no início do século XX. Mesmo as inúmeras denúncias e ironias dirigidas ao Código Sanitário, apelidado de 'Código de Torturas', à violência do 'Despotismo Sanitário' ou, ainda, às atividades coordenadas por 'Guilherme Tela de Arame', movem-se no interior dessa construção.

No dia 16 de novembro de 1904, num discurso proferido no Senado, Rui Barbosa argumenta contra a obrigatoriedade da vacina. Transcrevemos trechos do discurso desse político pelo fato de os positivistas do IAPB os terem eleito para figurar nos folhetos da campanha contra a vacina.

> *Neste assunto, é hoje, pois, convicção minha, só uma certeza existe: a de que o Estado comete uma violência, a de que o Estado exorbita das suas funções constitucionais, a de que o Estado perpetra um crime, assumindo o papel de árbitro nesta lide e ditando penalmente a sua leviana sentença.* (Rui Barbosa – extratos de *A Notícia*, 11 e 12 de novembro de 1904 cf. IAPB, nº 259:08-IP-9 (MR)

Segundo Ivan Lins, Rui Barbosa, no período de 1875 a 1890, demonstrou ser simpatizante da teoria positivista.

Rui Barbosa, apesar de ter sido vacinado, chama a atenção dos ouvintes para as dúvidas científicas existentes sobre a eficácia e a inocuidade da vacina:

> *... 'Duvidosa' pende ainda a verdade científica. Mas por isso mesmo, quanto à verdade jurídica não pode haver dúvida alguma; assim como o direito veda ao poder humano invadir-nos a consciência, assim lhe veda transpor-nos a epiderme. Uma, envolve a região moral do pensamento. A outra, a região fisiológica do organismo. Dessas duas regiões se forma o domínio impenetrável da nossa personalidade.* (Idem)

Em 1904, Rui Barbosa mobiliza argumentos do pensamento liberal, concernentes à separação do espaço público e privado e à esfera de atuação do Estado. Três anos depois, paradoxalmente, esse político louva o trabalho de Oswaldo Cruz, defensor implacável da obrigatoriedade da vacina. Observamos uma inflexão no posicionamento de Rui Barbosa:

> *Se Deus não suscitasse a missão de Oswaldo Cruz o Brasil teria o mesmo sol, com a mesma exuberância de maravilhas, mas o sol com a peste, com o impaludismo, com a febre amarela ... e não teria o bem logrado sol dos países saneados.* (Rui Barbosa, 1907 – painel da exposição permanente do Museu Fiocruz)

Neste pronunciamento, Rui Barbosa demonstra ter uma visão da história da medicina brasileira marcada pela atuação de grandes personagens. Ele referenda o discurso dos sanitaristas oficiais. Segundo os idealizadores do saneamento urbano, a luta pela obrigatoriedade da vacina não se reduz

à defesa de um ponto de vista individual, mas diz respeito à tarefa patriótica de ter entre as mãos a responsabilidade da saúde de uma população. Este argumento traduz o esforço retórico e o poder do qual se investem quando da implementação de seus projetos.

Em novembro de 1904, a campanha contra a vacina conta com o apoio de vários simpatizantes na imprensa. Três anos depois, é significativo o espaço reservado à solicitação de medidas defensivas e ofensivas no combate às epidemias junto aos poderes públicos. Encontramos tantos pedidos de vacinação em massa dos cariocas, quanto de fechamento de escolas públicas para suspender a propagação da epidemia (álbum de recortes de Oswaldo Cruz, 6, 1907-1908:147, Museu Fiocruz).

Nos anos seguintes a 1904, a campanha contra a vacina na imprensa vai se reduzindo às matérias dos positivistas. Ao acompanharmos as notícias, chamou-nos a atenção o papel de destaque que a participação do Instituto de Manguinhos nas exposições internacionais ganha nos periódicos.

Na Terceira Conferência Internacional Americana, o Instituto é premiado com medalha de bronze e, no Congresso Internacional de Higiene, realizado em Dresden, Alemanha, em 1907, com medalha de ouro. No Brasil, recebe prêmios na Exposição Comemorativa do I Centenário de Abertura dos Portos (1908) e na Exposição Internacional de Higiene (1909).

O reconhecimento oficial de outros países, expresso na concessão de prêmios aos *stands* brasileiros, é importante argumento usado a favor do projeto médico oficial dirigido por Oswaldo Cruz. Se a questão principal colocada pelos políticos é o saneamento e a reabilitação do Rio de Janeiro, o reconhecimento internacional dos profissionais que se empenharam nessa luta é o atestado da vitória do plano por eles elaborado. Este raciocínio orienta a maior parte das notícias sobre a situação sanitária carioca, veiculadas pela grande imprensa nos anos seguintes a 1904.

Croniqueta

Está morto, para gáudio nosso,
o espantalho do estrangeiro,
o pretexto das campanhas,
o mais formidável e funesto
dos nossos inimigos: a febre amarela.
Dentro em pouco, quando prontas todas as
nossas avenidas, sorrindo ao sol fulgurante,
no esplendor de seus belos edifícios, ponteados
de árvores amigas, cheias de tumultuar de gentes
sonorizadas de risos alegres,
ressonantes de trote largo de fogosos cavalos
atrelados a vistosas carruagens,
há de ser motivo de assombro no sinistro império
que entre nós teve por tão longo tempo,
esse agente de nossa desmoralização,
e do qual se socorriam todos aqueles que
para nós não tinham olhares
de simpatia ou de afeto.

(*A União*, 13/01/1905)

Quadros da Febre Amarela

Distritos Urbanos			Distritos Suburbanos		Distrito Federal	
Anos	População	Total	População	Total	População	Total
1903	585.695	584	163.485	41	749.180	625
1904	600.057	48	171.219	5	771.276	53
1905	614.831	289	179.453	2	794.266	291
1906	628.872	42	188.070		816.942	42
1907	640.044	39	196.767		836.811	39
1908	651.443	4	206.277		857.720	4

Fonte: (Depto. Nacional de Saúde Pública – Relatório Anual, 1932:147 cf. Costa, 1983:76)

Oswaldo Cruz conseguiu a aprovação do Código Sanitário em troca do compromisso de extinguir a incidência da febre amarela no Rio de Janeiro. Caso não conseguisse cumprir sua tarefa, as normas jurídicas deixariam de ter validade em 1905. Neste mesmo ano, contudo, Oswaldo Cruz pôde fazer esta comunicação ao Presidente Afonso Pena, cujo mandato se iniciava: "A febre amarela não existe mais sob a forma epidêmica no Rio". Em 1908 ocorreu um total de quatro mortes por febre amarela, além de uma epidemia de varíola.

O Código de Torturas e os direitos dos cidadãos

"Proverá porventura que se deva rasgar as carnes do indivíduo são para inocular-lhe o germe de uma moléstia que ele não tem?" (Hospitais-Barraca. *Jornal do Brasil*, 28/09/1904).

> *Mostrai-me o título divino ou humano, que vos conferiu o direito de intervir na substância de meu sangue. A natureza reservou as minhas veias ao seu domínio privativo. Posso abri-las, se me apraz, ao meu facultativo. Mas a lanceta oficial, sob uma imposição legislativa, não as penetrará, enquanto a 'certeza' científica de que a magistratura togada não é órgão me não tranqüilizar contra os males que lhe atribui o clamor dos competentes.* (Ainda a questão da vacina obrigatória e a política republicana. Rio de Janeiro, IAPB, 259:11, AEL/Elf 167)

Os estrategistas da vida e da morte

Os positivistas buscam na etimologia da palavra vírus um argumento a favor da campanha contra a vacina. Vírus é uma palavra de origem latina que significa veneno, peçonha. Como admitir então que o Estado intervenha no sangue em circulação e administre um veneno ao organismo?

Os argumentos da esfera dos saberes médico e estético imbricam nos argumentos das esferas jurídica e moral, na elaboração da campanha contra a vacina. Quando o equilíbrio natural é alterado, os resultados da intervenção no organismo podem ter efeitos imprevisíveis. Acrescentamos que o funcionamento das vacinas no organismo, até hoje, não foi explicado. No século XIX, a descoberta dos agentes bacterianos responsáveis por doenças epidêmicas criou uma expectativa no grande público. A teoria dos germes anuncia que, a cada doença, corresponde um agente e à sua identificação corresponde a produção de uma vacina para neutralizá-la. Porém, o agente da varíola continua desconhecido no início do século XX e o princípio da vacina antivariólica é, diferentemente, o de uma reação cruzada: o agente de uma doença animal, quando inoculado no homem, o previne da varíola. Para os opositores da vacinação antivariólica, o poder público não tem o direito de impor aos cidadãos uma experiência *in animali vili*. Estas apreensões são pertinentes. Outras moléstias são transmitidas pela vacina e a conquista técnica da qualidade da vacina lhe é posterior.

A tecnologia médica busca aumentar a fronteira do normal, criando uma normatividade propulsiva. Mas uma questão ética se formula: qual a certeza que nos assegura que, após a intervenção, o organismo consegue atingir o estado normal? As experiências não podem perder de vista a singular resposta do organismo.

As pesquisas sobre a anestesia são contemporâneas às da vacina. No século XIX, John Snow (1818-1858) realiza vários trabalhos de epidemiologia. Ele assinala a transmissão do cólera pela água. Este pesquisador ganha fama ao anestesiar um parto da rainha Vitória.

O filósofo alemão Adorno, da Escola de Frankfurt, redige uma nota exemplar. Ele comenta as apreensões que a anestesia suscita. A criação da anestesia mostra como, pela instauração da noção de urgência, o médico busca legitimar a intervenção no organismo.

O preço do progresso

Em uma de suas cartas, recentemente descoberta, o fisiólogo francês Pierre Flourens, que teve a triste glória de ser eleito para a Academia Francesa em vez de Vitor Hugo, mostra-se apreensivo quanto ao emprego da anestesia:

> *Ainda não sei decidir-me a autorizar o emprego do clorofórmio na prática normal das operações. Como você sabe, dediquei a esse meio amplos estudos e me encontro entre os primeiros que descreveram com base nas experiências em animais, suas propriedades específicas. Meus escrúpulos partem do simples fato de que a ordenação da operação com clorofórmio, como provavelmente também outras formas de narcose, representam somente uma ilusão. Tais meios atuam somente sobre certos centros motores e coordenadores e sobre a faculdade residual da substânca nervosa. Sob a ação do clorofórmio, esta perde uma parte notável de sua capacidade de acolher e conservar rastros de impressões, mas não perde de modo algum a sensibilidade como tal. Minhas observações levam à conclusão de que, em relação à paralisia geral das enervações, as dores são sentidas ainda mais agudamente que no estado normal. A ilusão do público nasce da incapacidade do paciente para recordar o que se sucedeu, uma vez terminada a operação. Se dissermos a verdade aos nossos doentes, provavelmente ninguém se decidirá por este meio, mesmo que agora, como conseqüência do nosso silêncio, insistam em que seja usado.*
> *Mas, inclusive, se se prescinde o fato de que o único e problemático ganho é uma debilidade mnemônica relativa ao período de intervenção, a difusão prática acarretará, segundo minha opinião, outro grave perigo. Dada a crescente superficialidade da cultura acadêmica geral de nossos médicos, a medicina pode ser levada, graças ao emprego sitemático destes meios, a cumprir rápidas intervenções cirúrgicas cada vez mais complicadas e mais difíceis. Em lugar de realizar estes experimentos, a serviço da investigação em animais, servirão de cobaias sem saber, estímulos dolorosos que, por sua natureza específica, podem superar todas as sensações conhecidas do gênero, produzam no enfermo um dano psíquico perdurável ou conduzam diretamente, sem que se interrompa o estado narcótico, a uma morte indescritivelmente atroz, cujos detalhes seriam ignorados para sempre pelos parentes e pelo mundo. Não seria um preço demasiado alto a se pagar pelo progresso?*

Quanto a esta carta, Adorno & Horkheimer fazem a seguinte consideração:

> *Se Flourens tivesse razão nesta carta, os obscuros caminhos do governo divino estariam de vez justificados: O animal resultaria vingado dos sofrimentos infligidos por seus torturadores; cada operação seria uma vivisecção. Poderia surgir a suspeita de que nos comportamos com os outros homens, e com a criatura em geral, de forma não diferenciada daquela com que nos entregamos a uma operação: cegos à dor. O espaço que nos separa dos outros não teria mais significado para o conhecimento do que o tempo que nos separa da nossa dor passada: a de um limite infranqueável. Mas o domínio permanente da natureza, a técnica médica e não médica, alcança sua força graças a este cegamento e se torna possível somente graças ao esquecimento. Perda da recordação como condição transcendental da ciência. Toda reificação é um esquecimento* (Adorno & Horkheimer, 1986:213-215).

O ataque dos positivistas ao Código Sanitário, à vacinação antivariólica obrigatória, à dissecação de corpos de indigentes e ao monopólio funerário concedido à Santa Casa de Misericórdia se baseia numa visão da história e num conceito de governo específicos. Gostaríamos, porém, de ressaltar que, mesmo dentro do grupo de partidários da teoria positivista, encontramos divergências com relação à análise do papel da higiene pública e da vacinação. Em São Paulo, já citamos o exemplo do médico Luis Pereira Barreto:

> *É preciso que as noções sobre os direitos do homem sejam modificadas, de modo que não continue a prevalecer a opinião que arvora o arbítrio individual em dogma mortífero para a generalidade dos cidadãos (...) nas situações de perigo coletivo, impõe-se o despotismo sanitário. A vacina obrigatória, por exemplo, não é medida arbitrária: submeter-se a ela é dever do cidadão.* (Lins, 1967:84)

Os clínicos positivistas fazem objeções à tendência de instrumentalização crescente do diagnóstico e da terapêutica médica, bem como das pesquisas e experimentações biológicas produzidas nos laboratórios. Os clínicos criticam os procedimentos adotados nas investigações bacteriológicas como responsáveis por alterar a rota natural dos seres vivos. As colorações nas pesquisas, e a dissecação dos cadáveres de indigentes nos anfiteatros da Faculdade de Medicina são qualificados de atividades metafísicas, fruto de um experimentalismo irracional. A idéia de se prevenir o ataque do vírus por meio da vacinação é questionada em sua eficácia. Os médicos clínicos contribuem com suas formulações para a resistência à vacinação.

> *A profilaxia é uma terapêutica transcendente, pois o seu fim não é mais do que curar as moléstias por antecipação. Em que a vacinação pode combinar-se com essa subordinação, se ela não é o emprego ponderado de nenhum elemento que concorra normalmente para a nossa vida?* (Bagueira Leal, 1904:XXXV)

Às reações dos corpos na fase de implementação da vacina, se soma a recusa em aceitar que o 'micróbio' possa tanto provocar a doença ou a morte como ser investido de qualidades profiláticas que propiciem a preservação da saúde.

No decurso da pesquisa do teste de tuberculose, vários indivíduos morreram em conseqüência dos experimentos dirigidos por Koch.

Durante o século XIX, vários médicos, entre os quais o prof. Mounier, da Faculdade de Medicina de Paris, autor de *Lições da Sífilis Vacinal* (1889), e o prof. Hutchinson, do Colégio Real de Cirurgia da Inglaterra, versam sobre a transmissão da sífilis; a vacina humanizada (transmitida de braço a braço) provocou algumas epidemias de hepatite. Com o advento da vacina animal, o número de doenças transmitidas neste processo de imunização ficou reduzido. A 'linfa' é colhida diretamente da pústula da vaca, refratária ao agente da sífilis e de outras patologias humanas. Segundo os jornais do início do século XX, restava ainda a possibilidade de a linfa elaborada nos vitelos transmitir tuberculose bovina.

Não encontramos nas coleções médicas cariocas nenhum registro sobre as reações à vacina contra a varíola. Sabemos, com os dados atuais, que a vacina pode provocar a morte em alguns organismos. Silenciar sobre as reações mórbidas provocadas nos testes imunológicos é compactuar com a irracionalidade de algumas experiências realizadas no corpo humano. Como este silêncio se produz? Na corporação, o médico crítico da tecnologia médica ganha, com freqüência, o rótulo de charlatão e as suas dúvidas são classificadas como irracionais.

Os médicos da Academia Nacional de Medicina desenvolvem, desde a sua fundação, uma campanha contra a homeopatia e a favor de uma medicina oficial. Eles cobram dos médicos homeopatas a incapacidade de produzir um equilíbrio estável no organismo e garantir a cura. A prescrição homeopática visa produzir sucessivos sintomas no organismo, conforme a evolução do quadro patológico do paciente. Segundo os membros da Academia, o tratamento homeopático só termina com a morte, o que atesta a ineficácia prática deste saber.

Ou vae ou racha!

Achamos significativo o fato de o hospital carioca onde trabalhavam diversos médicos homeopatas, situado no Largo de São Francisco, ter sido demolido durante a remodelação da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX.

Alguns homeopatas abraçam as críticas aos caminhos que a medicina tomou a partir da invenção da vacina antivariólica. Os homeopatas e outros médicos não-oficiais defendem uma visão mais integrada da relação corpo/espírito.

João do Rio, na obra *As Religiões do Rio de Janeiro,* descreve uma infinidade de grupos místicos que se dedicam a proporcionar, seguindo os mais variados métodos, assistência à saúde mental e física da população pobre.

A Federação Espírita Brasileira assina o artigo 'O regulamento sanitário e o espiritismo' (*O Paiz*, 20/03/1904), em que denuncia o cerceamento oficial às suas atividades de cura. Estudos posteriores à elaboração deste texto mostram os pontos de encontro do espiritismo e da hipnose no início da psicanálise.[18]

Nesta mesma matéria jornalística, a Federação declara ter fornecido 48.309 consultas e diversos serviços de beneficência. Os médiuns são, geralmente, funcionários públicos e empregados do comércio. No ano de 1904, a Federação contratou um médico para seguir os casos mais graves e fazer as notificações exigidas pelo regulamento sanitário. Esta associação recrimina o exclusivismo do regulamento sanitário, que proíbe a todo médico assumir a responsabilidade do tratamento feito por não-profissional, e imputa penas aos infratores. Segundo a lei, o exercício da medicina restringe-se aos diplomados. A Federação Espírita fornece exemplos de cientistas franceses pertencentes ao Instituto Psicológico Internacional, membros da Academia Francesa, entre os quais, o último diretor do Instituto Pasteur. A Federação se soma a outras vozes que criticam o materialismo médico e o descaso diante da necessidade de se garantir o reconforto espiritual aos enfermos.

[18] *L'âme au Corps. Art et Science, 1793/1993. Paris, 19/10/1993 a 24/01/1994.*

Os médicos positivistas cariocas têm como horizonte de reflexão a clínica e a importância por ela atribuída à subjetividade na relação médico-paciente, durante o processo de cura. Ressalta-se a questão da liberdade no exercício da medicina.

> *Mais do que qualquer outra profissão, a arte de curar exige a mais completa liberdade. Longe de repelir a concorrência dos empíricos honestos, todo digno médico deverá abster-se de invocar contra eles qualquer repressão legal e apenas deverá esforçar-se por substituí-los na confiança dos doentes. Só uma apreciação defeituosa do estado da opinião poderá levar os governos a manter uma proteção muitíssimas vezes imerecida e que só pode retardar a regeneração da medicina.*
> *Mas devemos confessar que sem uma lei rigorosa, draconiana se quiserem, é impossível modificar hábitos higiênicos detestáveis e inveterados em uma cidade como a nossa, que recebeu desde os seus primórdios a teima em conservá-la, a norma tacanha e racional, deixada pelos primeiros colonizadores, em matéria de* construção de domicílios e maneira de ocupá-los. (*Revista de Medicina Tropical*, ano XVIII, 12, 22/03/1904:120)
> *A moderação nos processos administrativos da higiene, quer dizer o seu desenvolvimento pela educação, isto é, pela razão e pelo sentimento; essa moderação torna-se indispensável porque é incongruente pretender cuidar da higiene social ou individual por meio de processos que perturbem a integridade do homem e a paz salutar dos lares.* (Brito, 1943/1944 cf. Monteiro de Andrade, 1992)
> *É pela autoridade de sua palavra, é pela sua conduta e pelo seu devotamento que um verdadeiro médico conseguirá substituir-se aos curandeiros quaisquer.* (Robinet cf. Lemos, 1898:13-14).[19]

[19] *Ver, ainda, Barreto cf. Lins (1967:82).*

Os positivistas ressaltam o papel moral do médico e a relação estabelecida entre ele e o paciente e chamam a atenção para a questão da confiança, da eficácia e da competência na atividade médica.

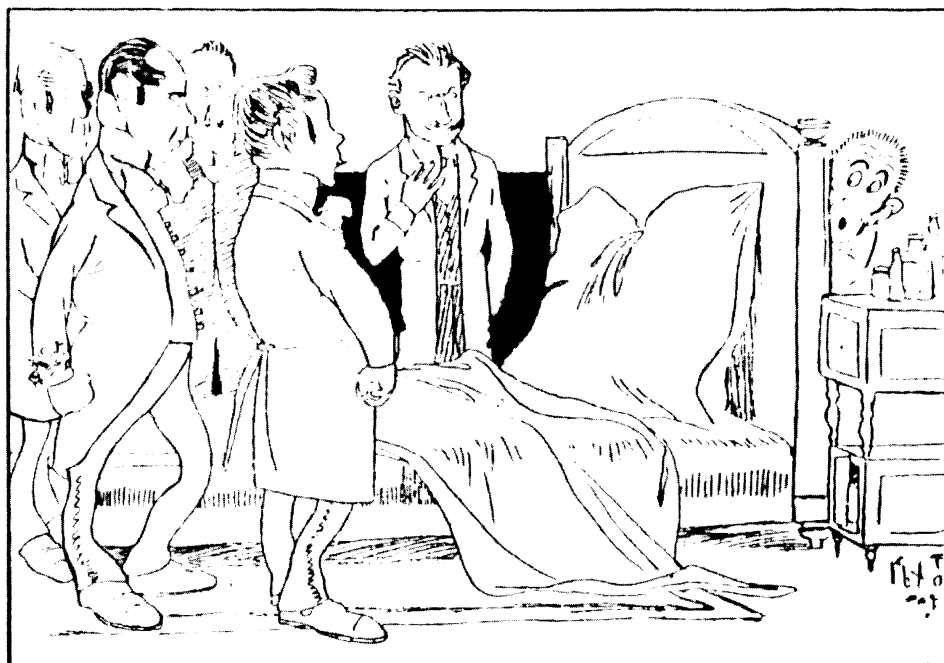
Diferentemente, os médicos da Santa Casa de Misericórdia fornecem consultas gratuitas à população pobre carioca. Estas consultas são implantadas a partir de 1828 e visam, simultaneamente, combater o charlatanismo e ganhar a confiança da população para práticas médicas que não são aceitas.

Para os positivistas, a única forma possível de se eliminar o charlatanismo é a efetivação de um projeto moralizador da população. Eles postulam a disseminação das conquistas da higiene, por meio da mulher, que deve ser mobilizada para cumprir a sua tarefa de regenerar a sociedade. O instrumental a ser fornecido à mulher é fruto da elaboração de teóricos que sistematizam o bom senso vulgar. A ciência, para eles, é apenas um prolongamento da observação empírica. Os valores culturais e morais de um povo são aproximados do discurso científico. As formulações dos positivistas mascaram a relação poder-saber presente na relação médico-paciente. Em vez de imposição, eles assinalam a idéia do consenso, do acordo e da troca de experiências. O projeto dos clínicos positivistas é apresentado como um remédio edulcorado ante as restrições e sanções presentes no Código Sanitário, popularmente conhecido como Código de Torturas. O projeto positivista de assistência médica da população carioca revela aos leitores atentos uma intenção totalitária[20] de gestão do espaço físico e dos corpos.

[20] *"O uso deste conceito se distancia do emprego usual dado nas ciências políticas e se aproxima do conceito de máquinas totalitárias capitalistas" (Guattari, 1981).*

> *L'hygieniste ne peut se dispenser de tenir compte de la mentalité des groupes éthniques, des foules ainsi que de celle des individus pour l'usage desquels il édicte ses préceptes.*

> *L'hygieniste doit être un diplomate au moins tout autant qu'un savant. il doit conquérir le suffrage de la foule par la puissance de la parole, de son exemple. Les sanctions administratives, legislatives sont de valeur à peu près nulle ...* (Chavigny, 1921, caps. I-II)

CONFERÊNCIA SANITÁRIA

Com tanto médico junto, é de esperar que o doente se salve... Salvo se...

Jaime Silvado, médico da diretoria Geral de Saúde ligado ao IAPB, produz alguns opúsculos, nos quais desenvolve a crítica à assistência médica asilar. (Silvado, 1904) Segundo este autor,

> *os hospitais civis que o Estado mantém são simplesmente hospitais de isolamento, cuja manutenção antes visa o bem-estar dos sãos do que a assistência aos enfermos; como prova o fato de serem eles criados e mantidos para o seqüestro de enfermos de moléstias contagiosas, que se constituam focos de infecção para os sãos. Vê-se bem quão diferentes são esses dois pontos de vista.* (Silvado, 1903:18)

A crítica aos hospitais é endereçada a todas as instituições de seqüestro, como a escola e a creche. Estas são acusadas de usurpar o papel formador do meio familiar e, em especial, da mãe junto aos filhos e ao marido. Segundo os positivistas, tais instituições devem exercer apenas um papel provisório, durante o processo de regeneração da sociedade. A construção sólida dos prédios escolares e hospitalares é criticada por eternizar um mal, uma situação que deveria ser contemplada como passageira.

O internamento compulsório dos corpos atingidos por doenças epidêmicas é criticado segundo as formulações da Clínica. A epidemia possui uma temporalidade própria, cíclica. As intervenções terapêuticas são ineficazes nas suas tentativas de alterar o ritmo do tempo orgânico.

A inovação técnica se inscreve na temporalidade técnica, que é descontínua e diferente da temporalidade biológica, que é maturação e duração. No tempo da natureza, o ensaio e o erro permitem ao ser vivo aprender com o erro. Ao contrário, na intervenção técnica, a velocidade das reiteradas tentativas suprime o tempo necessário ao aprendizado pelo erro.

Os hospitais são considerados pelos positivistas como um meio artificial. Os doentes internos são seqüestrados do seu meio natural: a família. Os hospitais são acusados de mascarar a 'natureza selvagem' da doença e dificultar a percepção médica.

A intervenção técnica produz novos signos e instrumentaliza a observação e os cuidados com o corpo. As práticas de inspeção visual, auscultação, palpação e a utilização de microscópios promovem uma reconstituição do léxico de signos.

As críticas dos positivistas reforçam o descrédito popular com relação à instituição hospitalar. Junto à população carioca é quase consenso reconhecer o hospital como local da morte. Paulo Gadelha, na sua dissertação de mestrado, nos relata a seguinte crença, difundida no início do século XX: acreditava-se que, à meia-noite, na Santa Casa de Misericórdia, os efetivos deste hospital distribuíam um chá mortífero com o intuito de liberar leitos e atender à crescente demanda, em períodos de epidemias.

Recordemos que, nos hospitais do século XVII e XVIII, era esparsa a presença de médicos, pois o objetivo da instituição era fornecer tranqüilidade e reconforto espiritual na morte. Estes cuidados estavam a cargo de padres e freiras, responsáveis pelo agenciamento dos hospitais (Machado, 1978).

É a partir do avanço tecnológico da medicina que o hospital se apresenta como um local onde se identifica o mal e se produz saúde. No entanto, nem mesmo a higiene ou a idéia de prevenção conseguiram subtrair dessa instituição o estigma de espaço da morte.

Os positivistas criticam o privilégio funerário da Santa Casa de Misericórdia, concedido em 1850 e renovado sucessivas vezes até o início do século. Este privilégio é obtido em troca do encargo de construir três enfermarias, onde a população pobre é assistida nos períodos de incidência de epidemias. A N. Sª da Saúde é a única que continuou funcionando regularmente nas décadas seguintes. A de São Francisco Xavier teve existência efêmera e a São João Batista da Lagoa transformou-se no Hospício de São João Batista. A construção do Hospital Geral se inicia em 1840 e termina em 1896, tendo sido concebida dentro do modelo terapêutico e vetado o internamento de epidêmicos, loucos ou doentes incuráveis. Na década de 1890, o hospital se abriu ao treinamento profissional de estudantes de Medicina. Há ainda uma separação no atendimento dos indigentes e da clientela privada. A taxa de mortalidade das duas enfermarias reflete a variação nos cuidados dispensados aos doentes, conforme o seu poder aquisitivo.

As técnicas terapêuticas redimensionaram a fronteira entre a vida e a morte. Não se trata apenas de prevenir a doença, mas também de negar a morte, prolongando a vida com recursos técnicos.

> *A medicalização da morte é um efeito último desta medicalização da saúde; o médico nega a morte porque ele é o guardião da saúde e não mais apenas o adversário da doença. A morte perde o seu estatuto natural e passa a ser encarada como um desafio para a ciência. O desenvolvimento técnico dos procedimentos terapêuticos leva à redefinição dos limites temporais do organismo.* (Puymèges, 1983:38-44)

Se a margem da vida e da morte pode ser alterada, qual o ponto que indica a passagem de um estado a outro?

Segundo Ariès, no século XX, nos aproximamos do século XVII, quando, no artigo 'Morte', da Enciclopédia de Diderot e d'Alembert, se discernem dois estados possíveis: a morte imperfeita, que é a parada dos órgãos, e a morte perfeita, que corresponde à destruição artificial ou natural dos órgãos.

É no movimento de expansão da fronteira vida/morte que observamos uma preocupação em se detectar instrumentalmente o momento e as circunstâncias da morte. A medicina legal se desenvolve e generaliza-se a prática das autópsias.

Hospitais-barraca

A negação da morte e a idéia de prevenção fundamentam as discussões levadas sobre a assistência médica asilar e ambulatorial. O debate do período aponta para a necessidade da reforma hospitalar, ou seja, a criação de um espaço organizado e funcionalmente equipado de forma a atender à população doente. Privilegiam-se, no entanto, iniciativas como as das Policlínicas, que se pautam pela assistência ambulatorial, em detrimento do internamento. Este tema volta a ser debatido na década de 20, em função da política de descentralização de assistência pública.

Contrários ao internamento dos doentes, os médicos positivistas cariocas postulam a assistência domiciliar.

A crítica ao internamento dos doentes é apontada por Proust – pai do famoso literato – em seu livro *Traité d' Hygiène* (s.d.:27)

> Gardons-nous de croire que dans le nombre des maladies, il n'y en ait pas la nostalgie, la tristesse, la terreur même, assiegent dans ce séjour nouveau, peuplé d'infortunés et où les affections de famille ne pénetrent qu'à des intervales réglés, gardons-nous également de nier que cet état de la sensibilité morale et de l'imagination ne puise sa part d'influence sur l'issue de la maladie.

O hospital é criticado do ponto de vista moral – promiscuidade de corpos e afastamento do meio familiar –; econômico – são apontadas as deficiências das instalações e do quadro de pessoal – e o fato de esta instituição ser mais onerosa e menos eficiente do que a família investida medicamente e promovida a local de cura.

Os positivistas resgatam a discussão em torno dos hospitais, ocorrida durante a Revolução Francesa, para legitimar as suas posições diante da medicina oficial.

A crítica à assistência médica asilar remonta à discussão que, realizada no século XVII, deu origem a várias iniciativas, na Inglaterra e na França, de dispensários para crianças pobres e ao desenvolvimento de uma política de saúde que se apóia na extensão de uma rede de cuidados médicos junto à população.

O projeto de medicalização da sociedade se daria, segundo os positivistas, por meio da família e da demanda por parte de seus integrantes, dos conselhos dos médicos, higienistas e arquitetos. Este objetivo deverá ser alcançado lentamente, graças à progressiva aceitação de uma doutrina universal, ditando todos os deveres, ponderando a alma e regulando o corpo; aceitação esta que importa o advento de um novo sacerdócio (Mendes, 1902:56).

Não há sociedade sem Governo. "Esse Governo que surge dos ofícios materiais é insuficiente, porque só vê o presente. É necessária uma autoridade que desenvolva nossa ligação no passado e no futuro. Tal é o papel da classe teórica do sacerdócio." (Idem)

O sacerdócio é traduzido como tarefa dos detentores da teoria positiva.

Notamos, nas formulações dos positivistas, uma aproximação das formulações de Spencer (1885), simpatizante do movimento antivacinista. Para os positivistas cariocas, a sociedade atual se encontra na passagem do estado guerreiro ao estado industrial. Uma das diferenças entre estes dois estados é o sentimento dos homens em relação ao trabalho: se, no estado guerreiro, ele é encarado como um castigo, no estado

industrial é um encanto. Cabe aos estadistas contemporâneos dirigir pacificamente a atividade industrial, encaminhando criteriosamente a eliminação dos 'destroços da civilização'.

Ao enquadrar a divisão da sociedade em classes como atributos do passado, os positivistas imputam um sentido à história. Os 'destroços' devem ser removidos para desobstacularizar a marcha do progresso. Esta postura política está ancorada na concepção orgânica da sociedade pensada como um todo em equilíbrio.

A 'regeneração' da sociedade deve partir da incorporação do proletariado, que se encontra

> *Acampado na sociedade moderna. Não tem domicílio, não teve infância, sua adolescência passou nas oficinas; não tem Mãe, sua Mãe vê o tempo consumido em trabalhos pesados e incessantes, quando não é arrancada do lar para as oficinas, seus filhos são entregues aos cuidados mercenários das creches, na moléstia tem o hospital, na velhice, tem o asilo, na morte, o anfiteatro ...* (Mendes, 1908:142)

> *Tratando-se de descrever a constituição política da sociedade, por exemplo, vemos que por toda parte, a sociedade se compõe de quatro providências. A primeira é a providência moral, ou a Mulher; A segunda é a providência intelectual, ou o sacerdócio, ou a classe teórica, formada pelos sacerdotes propriamente ditos, pelos poetas, pelos médicos, pelos cientistas, etc.* (Idem)

O papel biológico e político da mulher

A crítica às instituições de seqüestro se funda na valorização do papel da mulher de geradora da vida e divulgadora da moral. O hospital, a fábrica, os asilos são apontados como responsáveis pelo desenraizamento do proletariado na sociedade moderna. Estes locais raptam os indivíduos do meio natural, onde deveria se processar o desenvolvimento físico e moral dos cidadãos: o lar. A promoção da família, célula básica da sociedade, pressupõe um investimento médico e arquitetônico capaz de recuperar esse meio natural que foi corrompido pelos vícios da civilização:

> *A mulher se acha mergulhada em certo meio social, recebe as impressões de tal meio em seu cérebro e conforme a natureza dessa impressão elas repercutem no gérmen contido no seio da Mulher. E assim se explica a Mulher produzir um homem de gênio em momentos dados e depois, um homem secundário. No primeiro determinou uma situação excitante; no segundo, uma situação deprimente.* (Mendes, 1908)

A teoria positivista sobre o papel biológico-político da mulher parte da naturalização da condição feminina.

O instinto, na vida animal, está ligado à sensibilidade, ou capacidade de perceber as relações com o exterior, e à contratibilidade, ou atributo que permite apanhar os alimentos vivos. Se o animal age conforme as pressões externas, o animal racional é capaz de direcionar as suas ações seguindo os seus sentimentos. A atividade intelectual humana é traduzida como a 'digestão mental' dos materiais recebidos do exterior. O papel da inteligência é satisfazer os sentimentos.

GALANTERIA

– Que bello collo e que lindo braço para uma vaccina !...
– Mas, não ha de ser a tua...

Jota Carlos (1884-1950), José Carlos de Brito e Cunha, veicula suas caricaturas nos periódicos ilustrados O Tagarela (1902-1903), Avenida, (1903-1904), Século XX, Leitura para Todos, Tico-Tico, Fon! Fon! (1907-1908), Careta (1921), Malho, Para Todos etc. É consagrado pelos tipos que cria e por seus desenhos de mulheres.

As Conseqüências

Caso se adote a obrigatoriedade
Da vacina, o Loyola da Higiene
Há de exigir que toda esta cidade
Exiba as provas de que acha indenes
As moças, que não têm facilidade
De erguer a manga, é bem que as condene
A usar o traje de rigor, solene,
Do Lírico e saraus da sociedade.
Na rua andarão todas decotadas
De braços nus, com as marcas bem patentes
Da vacina nas carnes nacaradas
E, nesta terra de paixões ardentes,
Ou elas ficarão todas casadas,
Ou ... muitos homens ficarão dementes.

(Álbum de recortes de Oswaldo Cruz, 3:41) (Fonte: MFIOCRUZ)

Nos seres humanos, encontramos os órgãos egoístas ligados à conservação da espécie. É o atributo feminino responsável pela indústria. Nas mulheres, concorre o fator moral. Nos homens, o instinto destruidor faz surgir as artes de guerra e abre a possibilidade de se modificar o meio em proveito da espécie.

A razão é subordinada aos sentimentos. Os positivistas descrevem o cérebro dividindo-o em três partes, com suas funções correspondentes: a primeira é a parte posterior do cérebro, não tem comunicação imediata com o mundo exterior e é a sede das funções afetivas. As duas outras partes possuem comunicação direta com o meio. A segunda é composta pelos nervos sensitivos e corresponde à função intelectual e especulativa. A terceira são os nervos motores ligados à função ativa.

A mulher é o ser mais impressionável e suscetível à ação do meio físico e social. Nela, há o predomínio das funções afetivas. No seu organismo, a ligação indireta com o meio possibilita a delicadeza moral feminina. Todo impulso afetivo vem do coração, o que estabelece uma 'intimidade nas relações que nela ligam as vísceras e o cérebro'. A mulher é também exemplo do sentimento altruísta, ao subordinar a sua existência à dos seus filhos.

Enquanto o instinto nutritivo é o mais egoísta, pois obedece a uma impulsão interna, o instinto sexual e materno são altruístas, pois são os primeiros esboços de sociabilidade. Na relação materna, a criança vai aprendendo a se relacionar com os outros seres vivos. Daí a ascendência feminina no estado positivo.

O empirismo presente na teoria positiva é fundamentado biologicamente:

> *É a experiência que leva a criança a começar a sua instrução, descobrindo sua mãe no caos que o mundo lhe oferece. É a experiência que ensina a criança que este é manancial do seu alimento e a providencia, cuja solicitude corresponde aos seus desejos e necessidades.*
> (Ainda contra a vacina obrigatória. Rio de Janeiro, IAPB, 1908)

A função moral da mulher na sociedade é a de incutir na criança uma 'fé em outrem'. Com o desenvolvimento orgânico, a fé se estende ao pai e a outras pessoas de confiança da mãe: 'pessoas que se tornam outros tantos centros de fé em graus diversos'. Na idade adulta, 'esta fé incomparável é continuamente controlada, de um modo espontâneo, pelo conjunto de induções e deduções que a vida real determina em cada indivíduo'.

Os positivistas naturalizam as relações de poder que perpassam a sociedade.

No estado metafísico, a desorganização da família é observada a partir da negação corrente da preeminência moral e sexual da mulher. Na classe trabalhadora, a mulher abandona sua função materna para trabalhar fora de casa, ficando, assim, comprometida a formação moral da criança proletária. Na classe burguesa, a mulher é criticada por atentar contra a sua natureza. Se ela é um ser fortemente impressionável, não pode freqüentar lugares com grande concentração de pessoas, especialmente os bailes com os estímulos sonoros (música), corporais (dança) e as bebidas. Ela deve evitar a leitura de romances, pois as idéias desconexas presentes nesta literatura fatigam o espírito. Os espetáculos, os quadros e as músicas devem ser escolhidos criteriosamente, tendo em vista o cuidado com as sensações que possam nela produzir. E, finalmente, são

condenados os 'excessos venéreos', por provocarem uma 'congestão uterina', e as paixões, por fazerem surgir corrimentos. Para os médicos, a vida é uma contradição que se apresenta de forma mais expressiva na natureza feminina. Viver é sentir. Esta é a definição da mulher, mas também do enfraquecimento que coloca em risco o seu equilíbrio orgânico. Como ser impressionável, ela se encontra mais vulnerável à ação do meio e as modificações orgânicas correspondentes têm lugar, em especial, no aparelho materno. Postula-se a necessidade de um regulador no estado civil para suprir a deficiência do estado de natureza feminino.

A intervenção no social é regida pela observação das leis naturais. O seu estudo orienta a arte de governar. "A sociedade é um organismo vivo, regido por leis naturais, superiores a todas as vontades, pretendidas divinas ou humanas." (Mendes, 1910)

A concepção orgânica da sociedade fundamenta um projeto totalitário de gestão do 'corpo social'. Nenhum movimento deve escapar aos atentos teoristas que se autodenominam sistematizadores do bom senso vulgar. Para os positivistas, a ciência trabalha com a experiência adquirida pela população. A ciência que muda todo dia não é ciência. A cultura e a transmissão de valores morais respondem à necessidade de referências comuns que orientem a ação humana. A desagregação da família e o fortalecimento das instituições de seqüestro expressam a ausência de valores comuns na cultura ocidental contemporânea. Os positivistas se dizem defensores, em nome da verdadeira ciência, dos sentimentos e dos costumes do povo brasileiro.

A leitura atenta dos folhetos positivistas nos permite captar o projeto político que perpassa as críticas dirigidas à dissecação dos cadáveres, à proibição das crianças acompanharem enterros, à obrigatoriedade da escolarização primária e aos hospitais de isolamento.

Se a crise é fonte de prognóstico, a desagregação de valores morais caminha junto com a elaboração do projeto positivo de gestão da sociedade. Do biológico ao social, a família é a primeira esfera de socialização da criança.

A família, a partir das lentes dos higienistas, não é apenas um meio de eclosão do ócio, da vagabundagem e da heresia. Ela é analisada em seus detalhes quotidianos de práticas corporais: alimentação, vestimenta, higiene e para a dupla denúncia da amamentação mercenária e da mãe mundana. Não se trata apenas de segregar e fixar a criança, mas de transformá-la num educador eficaz, na alavanca da integração das famílias populares ao corpo social.

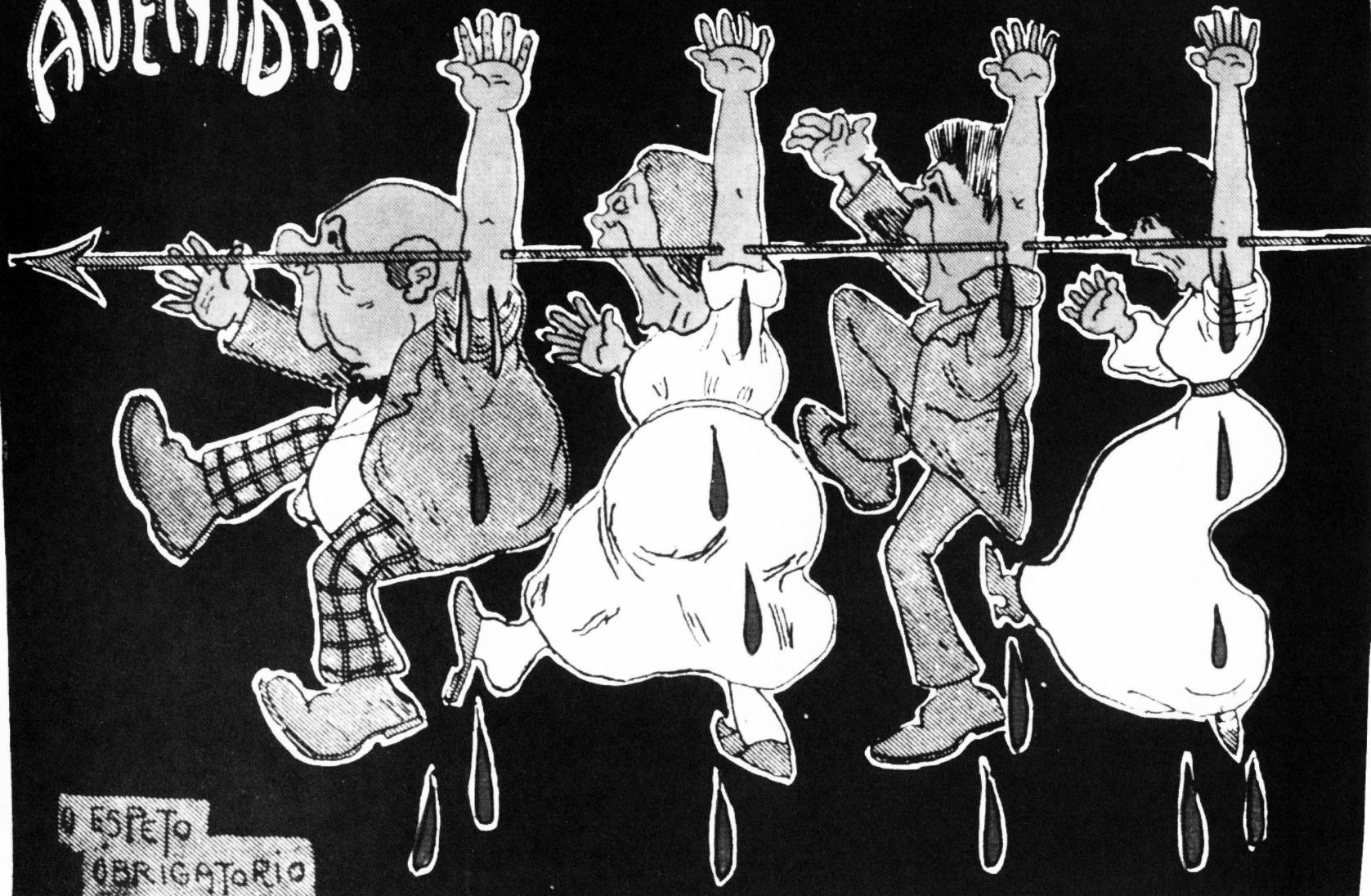
Segundo Foucault (1977), "A campanha a favor da inoculação da vacina tem lugar neste movimento pelo qual se busca organizar em torno da criança cuidados médicos, onde a família terá responsabilidade moral e parte dos encargos econômicos". Jaime Silvado, autor do *Histórico sobre a Assistência Pública e Privada no Distrito Federal*, no Rio de Janeiro, comenta:

> *Fora de toda a preocupação de mórbido sentimentalismo, a experiência da vida econômica moderna ensina que o equilíbrio moral das gerações futuras repousa, em todos os países, na defesa social da infância desprotegida. E como a criança, entre os seres humanos, é aquela que menos aptidão possui para a defesa própria, a sociedade ampara a sua fraqueza, dando-lhe proteção sistemática e organizada. Os cidadãos ativos, que o meio social conquista, aumentam a prosperidade das nações.* (Silvado, 1904:4)

Projeto de familiarização da sociedade, que encontramos tanto no discurso dos clínicos positivistas quanto no dos higienistas, adeptos da bacteriologia. Trata-se de redimensionar a vida em família por meio da prescrição de uma série de normas, de gestão do espaço e dos corpos,

que se apóiam nos postulados dos saberes médico-higienista e arquitetônico. A idéia é a de formar uma família medicalizada e medicalizante e promovê-la como sendo a base da sociedade, principal meio de formação do indivíduo e do futuro cidadão. Enfatiza-se a penetração e difusão do saber médico no interior do 'corpo social', por meio da sedução, da criação da demanda de cuidados especializados por parte dos assistidos. Os positivistas levantam a bandeira da liberdade e do direito à resistência da população diante da imposição legal da vacinação em massa, e tangenciam muitas das insatisfações populares. As suas críticas ao projeto sanitário oficial encontram eco junto à população, que se sente violentada e privada de seus direitos por causa de medidas como expurgos, seqüestro de doentes e internamento em hospitais de isolamento, desapropriação e demolição de moradias tidas como insalubres, perseguição às tinas das lavadeiras, proibição de romarias e visitas aos cemitérios em época de epidemia, dentre outras. Os positivistas, por sua vez, são perspicazes ao denunciar e prever o desgaste político que as imposições legais tomadas junto à população trouxeram para o governo republicano.

Dos gestos e da ação:

A AVENIDA
O ESPETO OBRIGATORIO

O sério movimento que se deu na capital do Brasil, em conseqüência de uma lei de vacinação compulsória, deve servir aos nossos governantes para lembrar-lhes que há limites na segurança com que os governos satisfazem ao clericalismo médico nas suas exigências de exercer poderes compulsórios no corpo dos homens. Aceitamos de boa vontade a hipótese, contida nos telegramas do Brasil, de que os revolucionários servir-se-ão do descontentamento popular contra a nova lei como pretexto para o movimento. Não desejamos que a nossa causa seja deslustrada por efusão de sangue, pela qual, em país nenhum, os nossos amigos poderiam ser responsáveis. Mas nem a hipótese de que a oposição à lei não estava profundamente ligada ao fato de ser ela um ultraje às liberdades populares nem a insinuação do Daily Graphic *de que os adversários de consciência estavam também entre os revoltosos, podem harmonizar-se com a seguinte informação que nos chegou poucos dias antes de estourar o movimento.*

O governo considera uma questão de honra a passagem de uma medida que nós consideramos um barbarismo perfeito. Mas é incontestável que tanto os vacinistas quanto os higienistas compulsórios em geral acham-se hoje completamente desacreditados na opinião pública, e isso em conseqüência de uma propaganda altamente autorizada feita no Rio de Janeiro por vários homens de valor, que não só mostraram os perigos reais e numerosos que a vacina pode ocasionar, mas também que a vacinação obrigatória é um ataque à liberdade espiritual do povo.

Uma comunicação do dr. Leal, da Igreja Positivista do Brasil, foi enviada o ano passado à nossa conferência do outono e publicada no Inquirer. *O seu argumento quanto à esfera de ação própria do poder temporal não é mais que um desenvolvimento daquilo que os nossos leitores estão habituados a ver todos os meses cristalizado na citação de Newman debaixo do título deste periódico. Somente o 'cristal' de Newman vai mais longe, porque admite o direito de resistência. Se algumas pessoas neste país quisessem enveredar pelo caminho dos higienistas compulsórios do Brasil, o que, felizmente, não é provável que aconteça, uma revolução seria necessária nesta terra para ensinar-lhes a verdade como Newman a viu. Seja como for, o que aconteceu no Brasil servirá para ajudar aos nossos legisladores a calar os seus incessantes clamores por mais e mais compulsão. A frase de Newman referida nesse artigo é a seguinte: — Contra o corpo de um homem são o Parlamento não tem nenhum direito de assalto, seja qual for o pretexto de saúde pública, e muito menos contra o corpo de uma criança sã; proibir a perfeita saúde é uma malvadeza tirânica, equivalente a proibir a castidade ou a sobriedade. Nenhum legislador tem tal direito. Semelhante lei é uma usurpação intolerável e cria o direito de resistência.*

(*The Vaccination Inquirer,* dezembro de 1904)

O texto traduzido, sobre a Revolta da Vacina, publicado no periódico inglês *Vaccination Inquirer*, nos levou a estudar o movimento internacional contra a vacina antivariólica quando da nossa tese de doutoramento (Bahia Lopes, 1997).

Assinalamos, nesta transcrição, o caráter internacional do debate sobre a vacina e os movimentos de resistência a esta medida. Por um lado, os defensores da vacina buscam exemplos na Alemanha, França, Japão e Sérvia a favor da implementação legal desta medida profilática. Por outro, os positivistas da IAPB divulgam os movimentos antivacinistas no continente europeu e no norte-americano. A historiografia silencia este debate e fixa a versão dos higienistas e bacteriologistas.

A Revolta da Vacina é enquadrada em sua faceta reativa, como expressão da 'incompreensão de uma época' diante da clarividência dos homens de Estado:

> *Quando se comparam a experiência brasileira e a de outras nações, verifica-se que o papel desempenhado pela sociedade civil no Brasil foi bastante inexpressivo. Na Inglaterra, por exemplo, desde meados do século XIX grupos privados exerciam pressão sobre o parlamento para que adotasse medidas na área de saúde.* (Santos, 1980:244)

Cientistas sociais retratam Rodrigues Alves, assinalando sua política de incentivo à ciência. O seu discurso de posse é assimilado:

> *Rodrigues Alves fez campanha para a presidência com o tema da renovação: a necessidade de renovar a cultura brasileira, a vida social brasileira e a economia brasileira, a fim de integrar verdadeiramente o Brasil no mundo civilizado.* (Stepan, 1976:84)

O Brasil é retratado pela historiografia como um país em desenvolvimento, que segue, no seu lento compasso, as inovações científicas adotadas nos países europeus.

Observamos, no entanto, a simultaneidade cronológica no processo de implementação da vacina em diferentes países.

Retrocedendo no tempo, temos o exemplo da expedição espanhola de irradiação da vacina humana. Georges Canguilhem relata esta empresa:

> *Para importar a vacina, vinda de Paris para a Espanha e para as Colônias do Reino, foram embarcadas, em novembro de 1803, vinte e duas crianças não vacinadas. A primeira foi vacinada à partida, a segunda no mar, graças às pústulas da primeira, e assim sucessivamente até a América do Sul. Três anos mais tarde o dr. Balmis, cirurgião do rei, assegurava a sua Majestade que a vacinação era conhecida em todas as colônias espanholas.* (Canguilhem, s.d.:51-52)

No Brasil, em 1804, o Marquês de Barbacena mandou a Lisboa alguns escravos acompanhados pelo cirurgião Manoel Moreira Barbosa, para buscar a vacina. De braço em braço ela foi sendo passada até chegar à Bahia. Após o desembarque, uma das salas do Palácio do Governo foi transformada em posto de vacinação.

Em 1804, a vacina chega no Rio de Janeiro, onde, sete anos depois, a Junta da Instituição Vaccínica é fundada. A primeira tentativa de implementar a vacina obrigatória ocorreu em 1º de novembro de 1823. A lei determinava multas aos infratores da norma.

Na Inglaterra, em 1840, temos a primeira lei adotando o 'vacinismo como doutrina do Estado'. Os médicos são nomeados para a tarefa de inoculação e são pagos pela verba arrecadada com a *Poor Rate*.

Na cidade do Rio de Janeiro, em 1846, a Junta é substituída pelo Instituto Vacínico. Quatro anos depois, é formada a Junta de Higiene Pública com o objetivo de unificar os serviços sanitários do Império.

Acompanhando as discussões sobre este tema, vislumbramos as dificuldades enfrentadas no transporte e na universalização da vacina antivariólica. Ao longo do século XIX, o 'pus vaccinico' era transportado em lâminas e em tubos capilares. Numerosas são as reclamações sobre a ausência de resultados na vacinação, devido ao emprego de material alterado no acondicionamento e no transporte da vacina.[21]

[21] *Cf. Ministério dos Negócios Interiores do Império, 1854: 188-189 e 282.*

Em 1886, na Alemanha, introduz-se a glicerina para purificar e conservar a vacina. Mas, somente no século XX, com o isolamento por filtragem do vírus da varíola e do *cow-pox*, é que se efetiva a técnica de controle da qualidade da vacina. Afasta-se assim o risco de transmissão, pela vacina, de outros agentes patogênicos já observados nas pústulas vacínicas. Além da produção da vacina no vitelo, desenvolve-se, por volta de 1930, a cultura do vírus vacínico em ovo embrionado.

Retornando ao século XIX, em 1868, na Inglaterra, é criado o *Torrens Act*, que garante ao poder local destruir casas consideradas anti-higiênicas. O *Cross Act*, de 1875, estende a área de atuação da medida anterior. Os custos sociais decorrentes desta medida restringem sua aplicação.

É a partir dos anos 70 do século XIX que surge na Inglaterra, em Manchester, o movimento antivacinista dentro da tradição radical de luta social. A composição do movimento é bem variada. Em 1885, o médico belga Hubert Boëns cria a Liga Universal Antivacinista. Mas estes movimentos são abordados em nossa tese de doutorado (Bahia Lopes, 1997).

Em 1884, promove-se, no Instituto Vacínico, a cultura da linfa variólica animal para o fornecimento a todo o Brasil. Neste mesmo ano, é instituído o isolamento dos variolosos. Em 1888, uma comissão da Inspetoria de Higiene, conforme artigo publicado no *Diário Oficial* de

Figura da partitura *Espere ...*

11 de janeiro, aprova a vacina animal. Em 1889, o Governo Provisório decreta a obrigatoriedade da vacina. Três anos depois, o serviço de vacinação passa à Municipalidade. No ano seguinte, o Brasil participa da Exposição Internacional de Higiene, em Londres.

Em 1893, é destruído no Rio de Janeiro o cortiço Cabeça de Porco.

> *O Conselho Municipal institui, nesse ano, a vacinação nas escolas, avenidas e estalagens. A classificação de habitação popular compreende: as estalagens, imóveis de fachada e de fundo construídos em um mesmo terreno ou uma série de casas ou cômodos providos de porta e janela e que contam com instalação sanitária de uso coletivo. As estalagens se deterioram e passam a ser denominadas cortiços.* (Relatório de Inspetor Geral de Higiene de 1892) (Vaz, 1986).

Em 1894, é criado o Instituto Vacínico Municipal do Rio de Janeiro, à rua do Catete.

A partir das últimas décadas do século XIX, a febre amarela é objeto de encontros. Em 1881, ela é o alvo das preocupações dos médicos reunidos na Conferência Sanitária Internacional de Washington. No início do século XX, Oswaldo Cruz envia um delegado para Cuba, onde os americanos desenvolvem pesquisas visando à erradicação desta doença. Tal evento é tema da música humorística transcrita ao lado.

BARRADOS A BARRA DO TRIBUNAL

Malho 11-2-905

Já que o Supremo me garante a liberdade constitucional de dizimar o povo, eu vou fazer uma visita ao dr. Oswaldo Cruz. Estamos no paiz da lei e da *limpeza*.

DOMICILIO DO CIDADÃO

SUPREMO TRIBUNAL

Seabra e Oswaldo : — Ora, essa ! Que faz alli aquelle estafermo ?
El Supremo : — Estafermo, não ! Isto aqui é um domicilio de cidadão rico ! Si querem remexer em tudo, desinfectar, expurgar, pintar a manta... arranjem-se lá com a canalha miuda !

Denúncias do Rio: o Código de Torturas

O debate sobre as práticas médico-sanitárias oficiais travado na cidade do Rio de Janeiro mostra como os positivistas da IAPB constroem suas críticas às formulações dos higienistas e bacteriologistas. Resgatamos o pensamento deste grupo, no intuito de polemizar com a versão passada na historiografia sobre a medicina no Brasil. A campanha contra o despotismo sanitário oficial tem forte aceitação junto à população carioca. As denúncias ao código sanitário são feitas em três frentes.

A primeira se trava no campo da norma. As desinfecções, os seqüestros dos doentes, a eleição de uma medicina oficial e a perseguição aos curandeiros são denunciados como ilegais. A argumentação dos positivistas é tecida a partir da utilização de formulações teóricas do pensamento liberal e do conceito jurídico de propriedade privada. As medidas prescritas no código sanitário são condenadas como um abuso do poder temporal, o Estado. As estratégias de ação dos higienistas oficiais, sobre a cidade e os corpos, são censuradas por não respeitarem a separação entre o espaço público e o privado. A higiene, saber construído com base em experiências realizadas no Exército, é acusada de violar o 'recôndito sagrado da sociedade, o lar'. A luta contra a obrigatoriedade da vacina ocupa importante espaço de discussão no Congresso e nas instituições jurídicas. Na primeira década do século XX, *habeas corpus* preventivos são impetrados contra a invasão de domicílios realizada pelas brigadas sanitárias.

A charge reproduzida acima expressa bem o campo de luta, cujo solo é a norma. Ao poder médico oficial e à justiça, personificados em Oswaldo Cruz e Seabra, se opõe o poder do Supremo Tribunal. A intenção irônica da legenda recai sobre a utilização da palavra 'estafermo', que

Jornal do Brasil 20/03/1904

"HYGIENE,,

Abençoada higiene! Disposta sempre a velar pela salubridade pública, continua fumigando todo o fumigável, permitindo, entretanto, que a limpeza das ruas seja feita durante o dia, para o regozijo e contentamento das vítimas que habitam a Capital Federal.

E com o fim de livrar-se dos miasmas que desprendem os bueiros e também em pleno dia, nos obsequia a nunca bem ponderada higiene com inalações de enxofre, para fortificar os nossos brônquios.

Pelo, que, satisfeita do seu triunfo, escuta impávida o clamor público, que maldiz de uma higiene tão pouco higiênica.

é sinônimo tanto de um boneco de mola, móvel, usado em exercícios de cavalaria, quanto de estorvo ou de espantalho. Seabra e Oswaldo designam a norma de estafermo, empecilho para a aplicação do código sanitário. O Supremo Tribunal retruca, afirmando estar num domicílio de rico e negando ser um estorvo à ação da Polícia Sanitária junto aos pobres. O pronunciamento do Supremo Tribunal imputa

outras acepções à palavra estafermo. Fica implícito para o leitor na frase 'd'El Supremo' a identificação da lei a um alvo móvel ou a um espantalho. A polissemia da palavra estafermo expressa diferentes forças sociais em luta e a 'vontade do poder' como móvel do processo em estudo.

A segunda frente de luta não está dissociada da primeira e é travada no campo do saber médico. Os positivistas discordam das atividades desenvolvidas pelo Instituto de Manguinhos e questionam a legitimidade científica da vacina. Eles realizam um trabalho de vulgarização do debate ocorrido no interior da medicina, privilegiando os autores críticos ao clima de euforia que envolve os resultados da bacteriologia. Entre os recursos metodológicos empregados no debate, enumeramos: estatísticas, gráficos, relatórios de casos de reação à vacina e contaminação de outras moléstias pela linfa. Tanto os vacinistas como os seus adversários buscam sancionar a sua verdade respeitando as normas contemporâneas do discurso científico. E a historiografia reproduz o argumento oficial da inevitabilidade da vitória da vacina.

Igreja e Apostolado Positivista do Brasil
A propósito da reação popular à vacinação obrigatória

"Aberração terapêutica como tantas outras, ela está sujeita a todas as discussões das doutrinas médicas atuais." (*Correio da Manhã*, 07/08/1904)

Os opositores "obstavam enfim, não contra a vacina, cuja utilidade reconheciam." (Sevcenko, 1984:14)

É provável que Nicolau Sevcenko tenha generalizado um dos pontos de vista então correntes sobre a vacina: *Já que ninguém de boa fé perde tempo em discuti-la; é uma questão fechada em ciência, um ponto liquidado em profilaxia, um dogma quase em Higiene.* (Associação dos Empregadores no Comércio do Rio de Janeiro – Vacinação contra a varíola. *Jornal do Commercio* – 17/08/1904)

A terceira frente de luta se situa no tangenciamento de questões levantadas na campanha ao desconforto sentido pela população, alvo da Polícia Sanitária.

> *A Intendência Municipal prescreve uma série de regras ao promover a normalização dos fluxos de ar, mercadorias e pessoas pela superfície da cidade. Os movimentos são estudados e os contatos tidos como perigos são evitados. Tomamos, como exemplo, a denúncia da insalubridade causada pelo ajuntamento dos moradores nos cortiços, as multas e os processos dirigidos aos seus proprietários, visando a eliminar este tipo de habitação. Regulam-se o tamanho das janelas, o número de quartos, a impermeabilização dos assoalhos, o local permitido à construção de casas populares; proíbem-se as hortas no perímetro urbano, o jogo de entrudo e andar pela rua sem comprovante de residência fixa.* (*Jornal do Brasil*, 20/03/1904)

Novas necessidades são criadas junto aos habitantes por meio da oferta de equipamentos coletivos, como o abastecimento d'água, a iluminação, os transportes urbanos, os hospitais com áreas destinadas ao isolamento de doenças contagiosas, o Instituto Vacínico, dentre outros. Associada a esta oferta, temos a representação do Rio de Janeiro civilizado, cartão-postal do Brasil. O projeto da cidade saneada busca promover a circulação de corpos que se interceptam num tempo e espaço determinados instrumentalmente. A gestão da cidade é traduzida em números: metros cúbicos de ar e água por habitante, estatísticas de doentes, vacinados, óbitos e nascimentos. A quantificação do fenômeno urbano é a patente da invenção da grafia oficial e científica.

Registros Sanitários

> *O regulamento (...) reveste-se de princípio a fim, do espírito de exigências absurdas tão inexequíveis em detalhe como é inexequível em seu próprio conjunto (...) ninguém poderá desembarcar em porto brasileiro sem provar que é vacinado, sendo responsável por tal prova (...) o comandante do navio; ninguém pode sair de um Estado para outro sem dar a prova de que se sujeitou à vacinação, sob pena de multa (...) para as companhias de transporte; nenhum hotel ou casa de pensão pode admitir hóspede que não seja vacinado, e esses estabelecimentos s·o obrigados a ter no livro de inscrição dos hóspedes a coluna em que deve ser relatado o histórico da vacina do viajante.*
> *Nas repartições sanitárias, cria-se um registro de nascimentos em que serão inscritas as crianças vacinadas até seis meses de idade.*
> (*Gazeta,* 10/11/1904)

A população carioca reage a este movimento de codificação e registro sanitário. A ironia dirigida ao Código de Torturas assinala ambigüidades observáveis no projeto de saneamento da cidade. A imprensa denuncia o pó como veículo de elementos patogênicos e localiza, nas obras da City Improvements, a fábrica de poeira. 'O estado de sítio sanitário' produzido pelo regulamento da higiene é contrastado à necessidade de circulação dos trabalhadores e à imigração (esta última constitui uma das bandeiras da campanha de regeneração do Rio de Janeiro, como vimos no primeiro capítulo). A dificuldade de limpeza é relacionada às novas exigências impostas pela higiene às atividades das lavadeiras. Proíbe-se a utilização de tinas, sob a alegação da necessidade de se impedir a proliferação de mosquitos em águas estagnadas.

O Estado-registro responde simultaneamente a uma *vontade de poder público* dos médicos-sanitaristas e engenheiros e uma *vontade de demanda pública*. Observamos, tanto na imprensa operária como em folhetos do Clube de Engenharia, a demanda por serviços de infra-estrutura

urbana. O Estado concede isenções de taxas de importação e impostos para construção de casas populares e acionamento das 'maquinarias do conforto'. Transcrevemos, mais adiante, um projeto para lavanderias públicas. A argumentação no texto se aproxima em vários pontos do discurso oficial do período. Buscamos, com este exemplo, mostrar que a demanda de serviços e concessões do Estado parte também da população:

> *Com estas lavanderias deixaremos de observar o triste aspecto dos cortiços e estalagens (...) transformados em pequenos regatos de água e sabão exalando mau cheiro já pelas matérias infetas que existem na rampa suja, já pelo calor do sol ... transformando-as em tanto estas estalagens em verdadeiros focos de miasmas: para os próprios moradores; para as de que compõem a vizinhança, pela volatização desses mesmos miasmas ...*
> *Conclusão: O que se pede não é uma causa vexatória nem apreensiva à classe pobre ... o que se pede é um melhoramento que virá em parte cooperar para o saneamento desta nova capital.*
> *Convertendo, portanto, estalagens e cortiços em verdadeiras moradias higiênicas para a classe proletária e as lavanderias, em lugares competentemente apropriados a este mister.*
> *É simples, limpo, econômico.*
>
> (AGCRJ, 20/07/1893. Plantas elaboradas pelo engenheiro-construtor João Gatell Sola)

A campanha contra a varíola

A questão da implementação da vacina acentua a sensação de desconforto da população carioca perante a cidade em demolição e construção. As associações de domínio comum feitas à vacina dificultam persuadir os indivíduos do caráter positivo desta medida. A lanceta está ligada à dor física e à infração do código moral então vigente. A vacina se soma, dentro da tradição feminista inglesa, que remonta às últimas décadas do século XIX, à luta contra os *Contagious Disease Acts* que prescreviam exames médicos obrigatórios das prostitutas de determinadas regiões (Bahia Lopes, 1997, cap. 6). No Brasil, salas de vacinação para senhoras da classe dominante, no esforço de atenuar os medos e as resistências oferecidas pela burguesia, são criadas no início do século XX.

> *Este salão, colocado na frente do edifício, é destinado à vacinação das senhoras e de famílias de certa ordem. Sendo as portas cerradas e não sendo permitido o ingresso aos cavalheiros, as senhoras se acham em mais liberdade para poderem ser vacinadas.* (Exposição Nacional de Higiene no Rio de Janeiro em 1909, 1901:18)

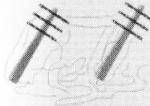
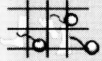
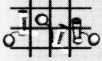
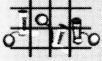
Bem diferente é o processo de implementação das maquinarias do conforto (água, iluminação e esgoto). O acionamento desses dispositivos produz a disciplina edulcorada e a oferta dos serviços induz a demanda por parte da população. O desconforto é esquecido, diante da propaganda dos futuros benefícios que estes dispositivos trarão à população.

A campanha desenvolvida contra o despotismo sanitário está calcada na utilização destes sentimentos populares. As imagens da violência, da dor, da intervenção instrumental nos corpos e violação do espaço privado são utilizadas com eficácia. As charges desempenham um importante papel de mobilização da opinião pública. Embora a representação da cidade moderna esteja consolidada no período e exerça um grande fascínio junto à população carioca, as charges são eficientes na denúncia à violência das práticas dos médicos militantes. As charges, como linguagem plástica, não precisam seguir a norma estética e retórica do belo. Ao contrário, o realismo dos *portraits-charges* deve sua força à retratação do ponto de imperfeição de um rosto que vai selar a identidade do retratado (Bahia Lopes, 1997, cap. 2).

Espetáculo para breve nas ruas desta cidade: Oswaldo Cruz, o Napoleão da seringa e lanceta, à frente das suas forças obrigatórias, será recebido e manifestado com denodo pela população.
O interessante dos combates deixará a perder de vista o das batalhas de flores e o da guerra russo-japonesa.
E veremos no fim da festa quem será o vacinador à força! ...

Os alvos de ataque da Revolta

O tema da obrigatoriedade da vacina é o elemento-chave das ações barulhentas da revolta. A reação popular invade as ruas, subverte os códigos de ocupação da cidade, ataca bondes, trens da Central, a Estação de Barcas para Niterói, os gasômetros, o Quartel de Cavalaria e delegacias de polícia, fábricas de tecido, um posto sanitário, a 5ª Delegacia de Saúde, casas onde se comerciam armas, a Empresa Funerária, a Imprensa Nacional, a Escola Normal e a Recebedoria do Estado de Minas Gerais, dentre outros alvos (Carvalho, 1984).

A apropriação das ruas, a quebra de lampiões, a virada de bondes e a construção de barricadas formam uma experiência singular de alguns habitantes no espaço urbano. Há uma recodificação da grafia urbana, em que os símbolos da civilização são reapropriados e se transformam em táticas de luta da população. Resistência física atingindo alvos precisos e expressando uma trajetória do desejo da população amotinada.

Há uma subversão das fronteiras que delimitam o espaço público e o privado. A multidão parte do centro, em passeatas, ocupando as ruas, estorvando o tráfego, criando barricadas e deixando a cidade no escuro. A idéia de que, a partir da remodelação do espaço, são criados novos hábitos da população é invertida. A nova forma de apropriação do espaço criada pela multidão se traduz como negação das normas de gestão da cidade moderna. A fragilidade da associação dos termos 'progresso, urbanização e civilidade' é expressa na leitura da ação popular durante a Revolta da Vacina. Os ataques à materialidade da representação do Rio de Janeiro, cartão-postal do Brasil, colocam a descoberto o reduzido número de beneficiados pela remodelação urbana. Este setor privilegiado da população é tomado pelo pânico diante da multidão e solicita a ação da polícia para garantir o funcionamento da cidade moderna. O caráter antidemocrático da reforma da cidade vem a público.

A Revolta

A ação teve início no dia da publicação do novo projeto de regulamentação da obrigatoriedade da vacina: 10 de novembro de 1904. O local foi o Largo de São Francisco.

Este sítio estava marcado na história da cidade como centro irradiador de notícias. As badaladas da Igreja de São Francisco, que deu nome ao Largo, ressoavam pelo Rio de Janeiro marcando o tempo do trabalho, de repouso, das obrigações religiosas e alertando a população. O campanário era composto de vários sinos, dois dos quais se destacavam: o Aragão e o Vitória. A população reconheceu, no primeiro, o porta-voz do intendente-geral de Polícia, o desembargador Francisco Teixeira Aragão. Durante a gestão do intendente, o edital de 03/01/1825 instaurou o

Convenções dos croquis da Revolta da Vacina (páginas seguintes)

Árvore arrancada
Ataque
Barricada
Boca de Fogo
Bombeiros
Bonde virado
Bondes virados em chamas
Bueiros arrancados
Casa de armas
Carroças de obras públicas
Cavalaria

Conflitos e ataques
Crianças representando batalhas
Delegacia de Polícia
Delegacia de Saúde
Delegacia Urbana
Empresa funerária
Encouraçado Deodoro
Escola Tática de Realengo
Estação de barcas
Exército

Fábrica de tecidos
Fábrica de velas
Fios de iluminação
Fogo
Gasômetro
Greves
Holofote
Iluminação destruída
Instituição de ensino militar
Morte
Moinho Inglês

Oficiais da Marinha
Pancadaria
Paralelepípedos arrancados
Passeata
Prisão de civis
Prisão de militares
Quartel de Polícia
Reunião
Tiroteio

toque de recolher, tendo vigorado por cinqüenta anos. O som deste sino lembrava aos cariocas a ordem de se recolherem às suas residências, encerrando as atividades comerciais e desocupando as ruas. Som-advertência dirigido em especial aos escravos, homens responsáveis pela circulação e abastecimento urbano.

Os escravos eram carregadores de água, de lixo e de esgoto, transportavam pessoas e mercadorias pela cidade. Quando eram encontrados nas ruas, após o toque de recolher, só se salvavam da prisão se apresentassem um 'salvo-conduto' do senhor, justificando a necessidade e a urgência da ordem a ser cumprida fora da residência.

O sino Vitória, de 1.300 kg, noticiava os incêndios. Havia um código conhecido pela população: o número de badaladas indicava a freguesia onde as chamas se espraiavam. Após este sinal de alerta, o sino da matriz da respectiva freguesia entrava em execução reverberando o som do Vitória. Na memória dos cariocas, o Largo estava registrado como epicentro sonoro da propagação de informações.

Neste mesmo local, em frente à Escola Politécnica, no dia 10 de novembro de 1904, reuniu-se um grupo de populares. Estudantes, profissionais liberais, vendedores ambulantes, entre outros, participavam do *meeting* humorístico sobre o tema da obrigatoriedade da vacina. Seguindo o tom da campanha contra a vacina, os discursos eram irônicos e debochados. Os risos e aplausos do público presente incentivavam a criatividade dos oradores. As máscaras se sucediam na caricaturização dos políticos envolvidos na campanha de 'regeneração do Rio de Janeiro' e da população-alvo das práticas sanitárias.

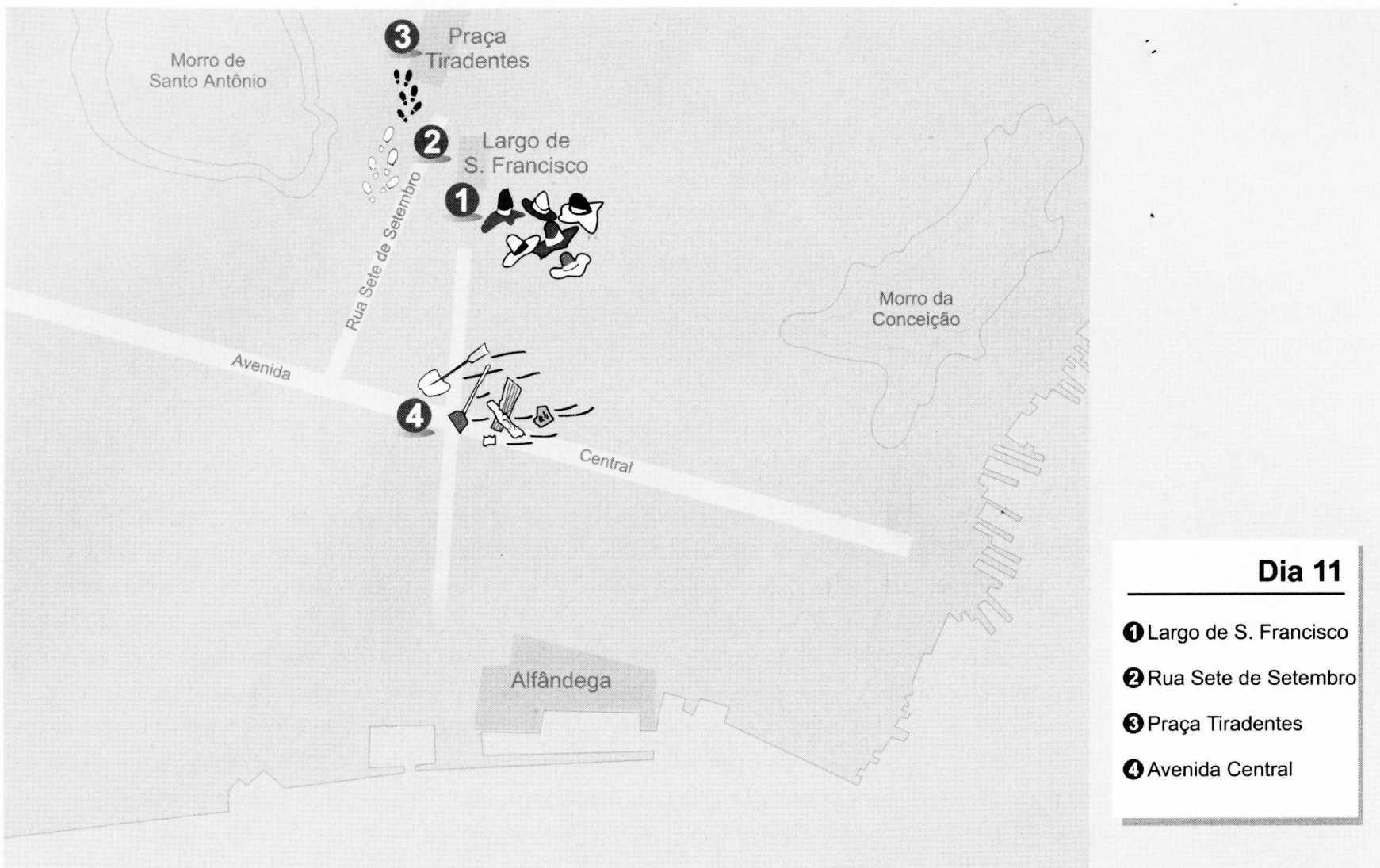
Nas placas indicadoras dos logradouros lia-se Cel. Tamarindo, no Largo de São Francisco, e Moreira César, na rua do Ouvidor. Ambos os nomes colocados pela Municipalidade em homenagem aos oficiais mortos em combate na expedição contra Canudos. As denominações

oficiais registravam a visão apologética da campanha contra as 'práticas religiosas obscurantistas do sertão'. Os heróis de Canudos foram exilados da memória popular. A designação tradicional resistia à grafia das placas.

No Largo, a concentração de pessoas aumentava. A massa acatou a palavra de ordem de um popular, e se pôs em movimento, descendo

a rua do Ouvidor. Percorreu a 'vitrine' da cidade, desfilando entre prédios de três andares, suntuosamente revestidos de mármore e madeira envernizada. Os atrativos usuais das lojas sucumbiram diante da determinação da massa em movimento. Os comerciantes fechavam os cafés, as livrarias, as lojas de vestuário e guardavam cartazes de filmes e cartões-postais expostos. A informação palpitante, inscrita na marcha dos populares, atravessou a sede da imprensa carioca.

A notícia composta e impressa do dia seguinte borbulhava espontânea e presente no leito da rua do Ouvidor. O grupo seguiu em direção à Praça Tiradentes, onde encontrou a cavalaria da Polícia. No confronto com a repressão, o movimento se congelou por um instante. Mãos, pés e rostos paralisados se desataram a seguir, ao som de uma estrondosa vaia à Brigada. As frases 'Morra a Polícia' e 'Abaixo a Vacina' ecoavam pela Praça. A cavalaria investiu sucessivas vezes contra os populares, que responderam com pedradas. A pancadaria se alastrou pela praça. Pequenos grupos de populares se intercalavam nas operações de ataque e defesa. Enquanto isso, homens eram levados presos pelos policiais. Houve uma subdivisão em pequenos grupos que circulavam, ora fugindo dos policiais, ora tentando surpreendê-los em emboscadas. A população foi-se dispersando e se deslocando para outras áreas. Às 19h:30min., o local recobrou o ritmo da rotina. A cavalaria permaneceu assegurando o território. Os policiais, sobre os cavalos plantados na Praça, controlavam o movimento dos transeuntes.

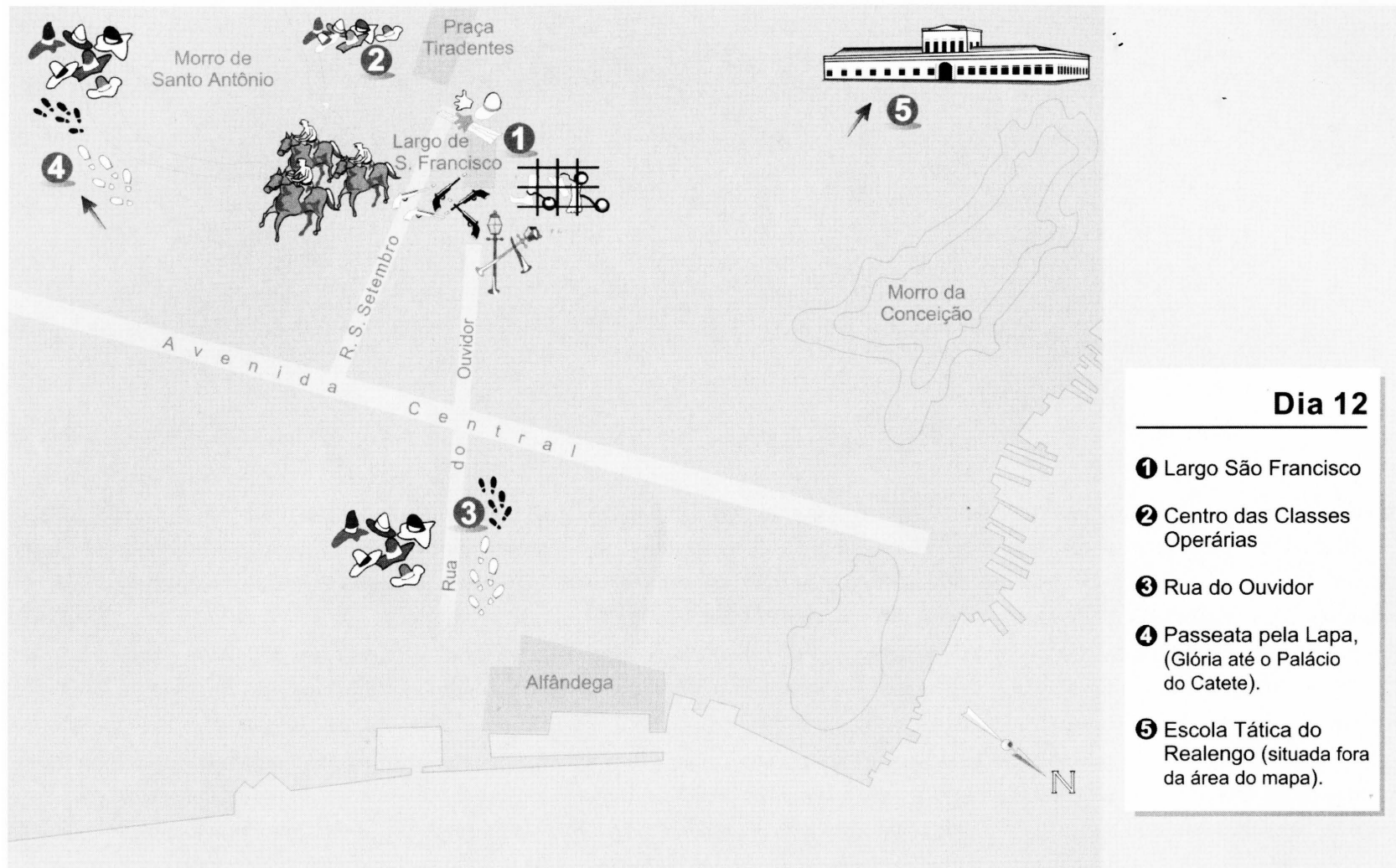
No dia seguinte, estava programada uma reunião no Largo de São Francisco. O evento, convocado pela Liga contra a Vacina Obrigatória, foi alterado pelo não comparecimento dos oradores usuais da Liga. Discursos de ataque ao projeto surgiram de improviso da boca de membros menos notáveis aos olhos do público. Algumas crianças soltaram bombas de brinquedo. A repressão surgiu e houve correria em direção à Praça Tiradentes. Com um ardil em mente, alguns populares se dirigiram à rua Sacramento e à Avenida Central. Grupos se embrenharam nos canteiros

de obras examinando e selecionando o material de construção e demolição empilhado naquelas vias. O pó encobriu a cuidadosa operação de resgate de objetos-material destinado ao alargamento e retificação da rua Sacramento e à construção da Avenida Central.

Foram retiradas vigas de sustentação e pedras que iriam compor o calçamento. Nos braços e nas mãos dos populares, as madeiras se

transformaram em projéteis, inventos descarregados contra os policiais em choques intermitentes. Fugindo da polícia, algumas prostitutas, imersas na massa, correram pela familiar rua Sete de Setembro. Os policiais, mais uma vez, perseguiam mulheres que haviam sido expulsas deste logradouro para dar lugar ao comércio. Os 'zeladores da ordem pública' demarcaram novamente o território conquistado no 'saneamento moral' da cidade.

No dia 12, a massa popular se adensou no Largo de São Francisco. Crianças entraram em cenas munidas de material de construção das obras da Politécnica. As madeiras se metamorfosearam em cavalos, sob os quais crianças-policiais combatiam crianças-populares.

Os corpos e adereços infantis representavam os personagens da batalha do dia anterior. Eles se movimentavam em torno da estátua de José Bonifácio. A palavra e a ação infantis incitaram o som das vaias aos policiais. Os comerciantes desconfiaram da capacidade da força repressiva de conter o impulso da multidão. As portas dos seus estabelecimentos foram fechadas. O medo de ter o patrimônio dilapidado levou-os a impedir o acesso da população às lojas, bares e restaurantes do Largo. Os policiais responderam às vaias, investindo contra a população. Prisões foram realizadas. Grupos civis acompanharam os algemados num percurso de solidariedade. Alguns populares atiraram projéteis de pedra contra pontos de iluminação. No Largo reinava, entre os presentes, uma grande expectativa quanto à reunião marcada para às 20h, no Centro das Classes Operárias. A Polícia atacou com balas e patas de cavalos na tentativa de dispersar os grupos e estancar o movimento no Largo e ruas adjacentes.

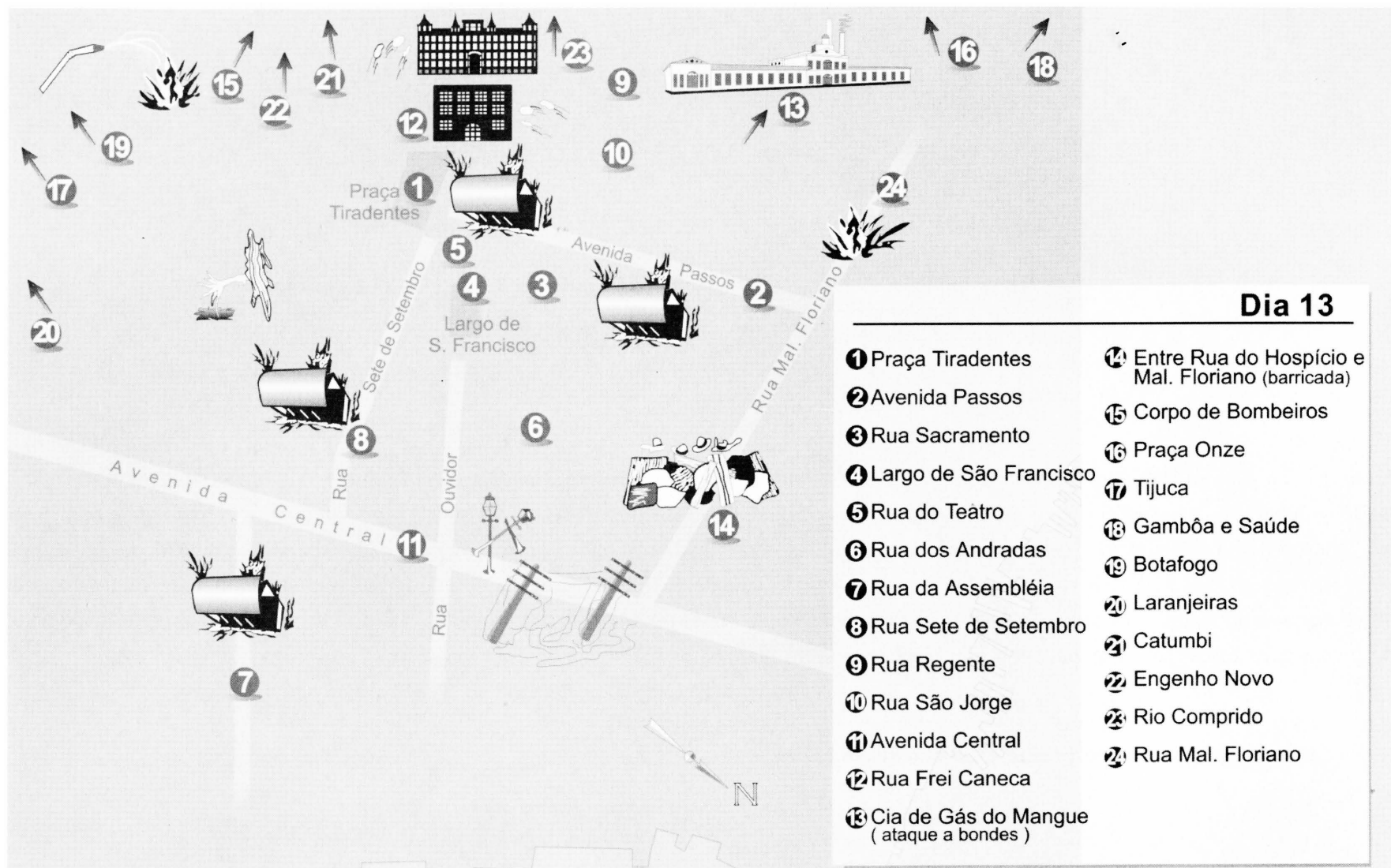
Grupos civis se dirigiram à rua Espírito Santo, local da reunião programada pela Liga Contra a Vacina Obrigatória. Esta rua estava marcada na memória dos cariocas pelos inúmeros palcos que havia abrigado: *Vaudeville*, *Santana*, *Lucinda* e *Recreio Dramático*. O alvo das atenções neste

dia, porém, não era nenhuma peça em cartaz, mas os discursos a serem realizados pelos protagonistas de destaque da Liga. Perto de três mil pessoas se acotovelavam no prédio do Centro para ver e ouvir os pronunciamentos contra a lei de vacinação. Terminada a apresentação de Lauro Sodré, Barbosa Lima e Vicente de Souza, os espectadores abandonaram o Centro. Desceram em passeata pela rua do Ouvidor, comentando os

pronunciamentos e as informações veiculadas nos jornais. Na passarela da imprensa, palavras de ordem ecoavam nos prédios dos diários. "Viva o *Correio da Manhã*!" Os jornalistas, da sacada do escritório, agradeceram o referendo popular à cobertura dada à campanha contra o 'despotismo sanitário'. A manifestação popular de apoio a este periódico levou os seus membros a recusarem a oferta da Polícia de guardar a sua sede. Os populares continuaram gritando: "Morra o *Jornal do Commercio*!" "Morra *O Paiz!*"

A passeata percorreu a Lapa e a Glória rumo ao Palácio do Catete. Vaias se propagaram em direção ao carro do Ministro da Guerra.

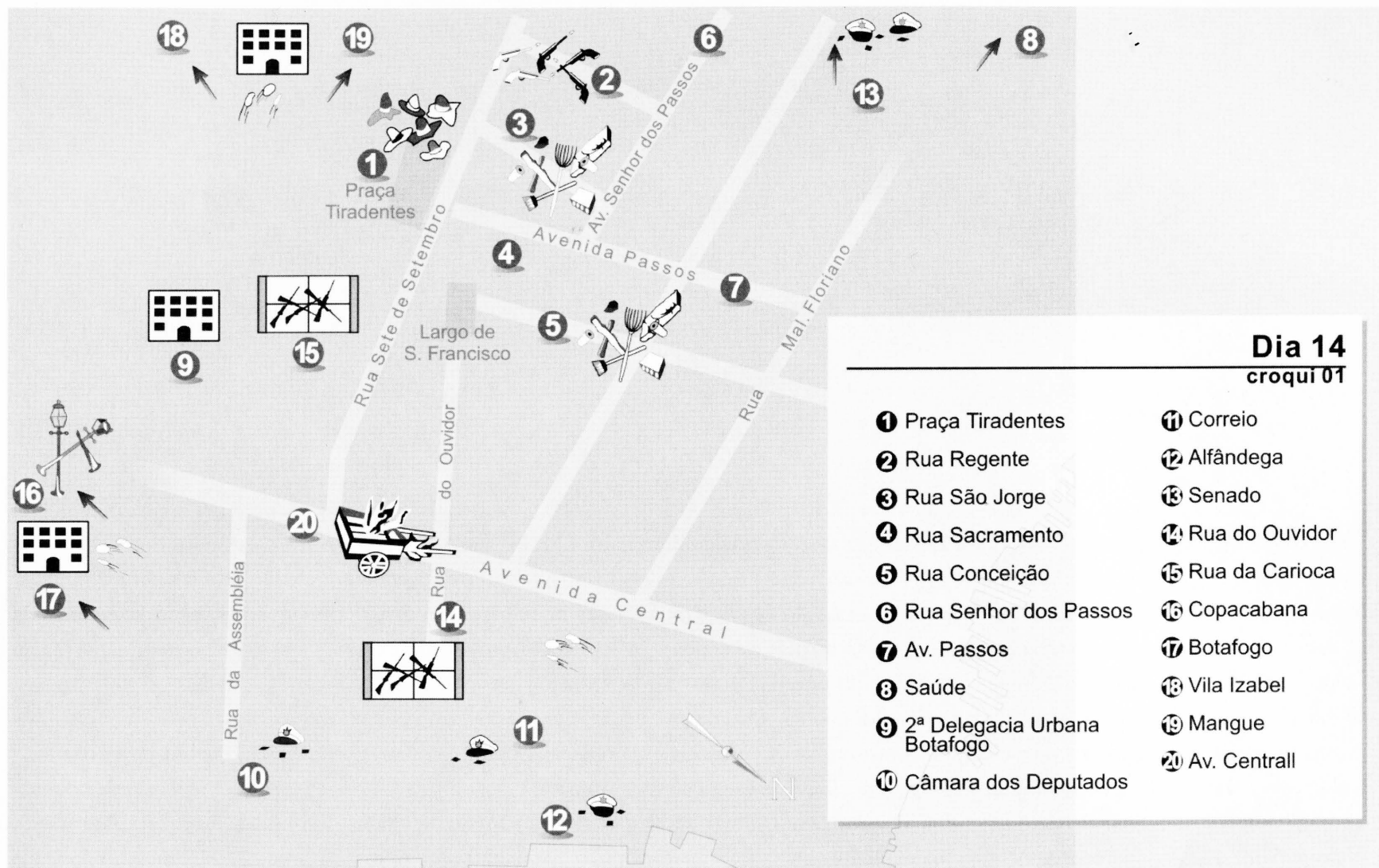
A Cavalaria se dividiu em três grupos. O primeiro se instalou na rua Primeiro de Março, o segundo se manteve no Largo de São Francisco, enquanto o terceiro se deslocou para o Catete.

A multidão encontrou o palácio presidencial cercado por cento e vinte e oito oficiais. Os populares vaiavam a impenetrável barreira militar. A sentença de morte da multidão recaiu sobre o governo, o ministro Seabra, o deputado Mello de Matos e Oswaldo Cruz. O som dos sucessivos gritos de "morra" atravessou o palácio. A multidão retornou ao centro da cidade. No Largo da Lapa, houve um tiroteio ordenado pelo General Piragibe, chefe da polícia. Em Laranjeiras, a iluminação foi apagada por populares. O pânico das trevas paralisou os cariocas, acostumados a circular pela cidade feérica. No escuro, os moradores se trancaram entre as paredes de suas imponentes residências. Das dez à meia-noite, o movimento no bairro das Laranjeiras permaneceu camuflado na noite.

Do outro lado da cidade, um intenso foco de luz elétrica iluminava o pátio da Escola Tática de Realengo. O prédio abrigava os alunos do curso preparatório do Exército. Na noite do dia 12, a luz expôs uma fila de quarenta e oito alunos que marchavam em recolhida ao interior do edifício. Eram alunos que haviam sido identificados como participantes da reunião no Centro das Classes Operárias.

No dia 13, a ação teve início na Praça Tiradentes e foi se propagando por toda a cidade. Conflitos entre populares e policiais se multiplicavam nas ruas do Centro, Cidade Nova, Botafogo, Tijuca, Engenho Novo, Catumbi, Rio Comprido, Saúde e Gamboa. Durante o percurso de ocupação da cidade, a multidão registrou em sua superfície uma nova grafia. A circulação urbana foi bloqueada em vários pontos. Na rua dos

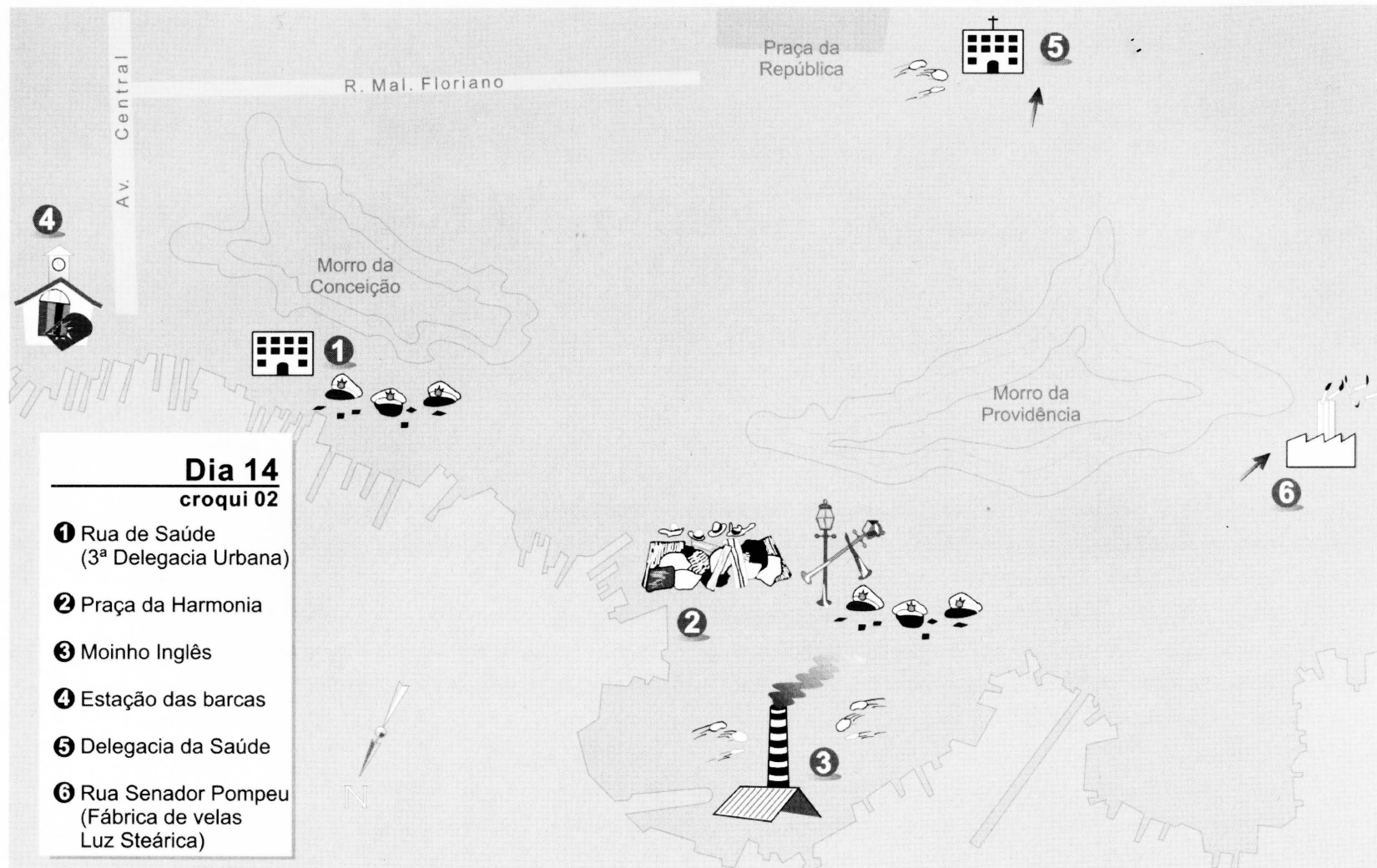
Andradas, da Assembléia, Sete de Setembro e na Praça 11 de Junho, populares pararam e viraram bondes. Esses veículos foram transformados em barreiras. A sua função usual na cidade foi invertida. O fogo foi ateado neste invento da Modernidade. A velocidade e o crepitar das labaredas se refletiam nos rostos dos incendiários. Eles contemplavam a altura e o movimento das chamas, extasiados. Havia, nos seus olhos, uma força: a destruição do bonde materializava um desejo de renovação. O ataque foi, simultaneamente, uma estratégia forjada diante do avanço das forças repressivas. Populares construíram uma barricada próxima à rua do Hospício, oficialmente designada de rua Buenos Aires, em homenagem à moderna metrópole platina.

O deboche do escuro-perigo e da claridade razão

Medo de Escuro
Ao saber apagadas o Cardoso
As lamparinas da Iluminação
Saltou da cama pálido, nervoso,
As tropas mandou pôr de prontidão
Eis que, da Hidra, o espectro pavoroso
Surgira novamente, a escuridão
era um sintoma nada duvidoso
Do rompimento da revolução
De medo e horror numa explosão macabra,
Grita: Sem luz, como cumprir o ofício
De liquidar a faca e o pé-de-cabra?
Para ele a treva é um tétrico suplício;
E por este motivo que o Seabra
Mandou por luz elétrica no hospício.
(Xiquote, 1905)

O obstáculo aos policiais e a defesa dos populares foi formada com material de construção. Os objetos haviam sido destinados à abertura de ruas largas que facilitariam a circulação de ar, pessoas e mercadorias pela cidade. As mãos e vozes dos populares os desviam deste fim. A astúcia dos homens revelou-se na linguagem da ação. Na grafia popular, as barricadas expressaram a negação de um dos requisitos do funcionamento da cidade moderna: a circulação.

Na Avenida Central, a multidão tombou postes e cortou os fios de iluminação. Os apologistas do 'novo Rio' denominavam esta via de 'a grande artéria'. Fios e postes se entrelaçavam, bloqueando a circulação no local-símbolo da era Passos. No dia 7 de setembro de 1904, realizou-se uma grande festa de inauguração da iluminação elétrica na avenida. A pompa e o brilho haviam marcado a presença das autoridades envolvidas na remodelação e saneamento do Rio de Janeiro. A escuridão provocada no dia 13 apagou a identidade oficial desta via aos olhos dos cariocas. Durante o movimento popular, a avenida se transformou em mais um local de batalha.

Outro lugar de luta foi a Senador Dantas. A rua fora conhecida como sede das pensões de artistas. O esforço oficial de sanear os hábitos dos cariocas levou as autoridades a evacuarem as prostitutas. A 'limpeza' seria realizada pelos estudantes. Diante da dificuldade encontrada para alugar os sobrados, as autoridades resolveram conceder-lhes um prazo determinado para a formação de repúblicas. Dispensados do ônus do aluguel, os estudantes retribuíram o favor funcionando como 'filtros' na 'limpeza moral' do Rio de Janeiro. Terminada a operação de asseio, as casas seriam alugadas para o comércio. No dia 13, o alvo do ataque popular foi o filtro ecológico: as árvores. A legislação buscava contrabalançar os efeitos do desenraizamento necessário ao movimento e à circulação da cidade moderna, postulando que as feiras higiênicas do início do século XX fossem inauguradas com a festa da árvore. Ao nomadismo dos feirantes, que abastecem com alimentos a população, se contrapõe a homenagem ao símbolo da fixação: as árvores. Durante a revolta, elas são arrancadas e, com as raízes à mostra, transportadas para o meio da rua.

Para as autoridades, a massa sempre esconde os culpados e coube à polícia denominá-los na leitura oficial da ação popular:

Aqui e ali em vários pontos pode-se dizer que simultaneamente, bandos de indivíduos educados na escola do vício e da malandragem afeitos ao crime, vagabundos, desordeiros profissionais, malfeitores dos mais perigosos ... cometiam toda sorte dos mais graves atentados. (Chefe de Polícia, 1904)

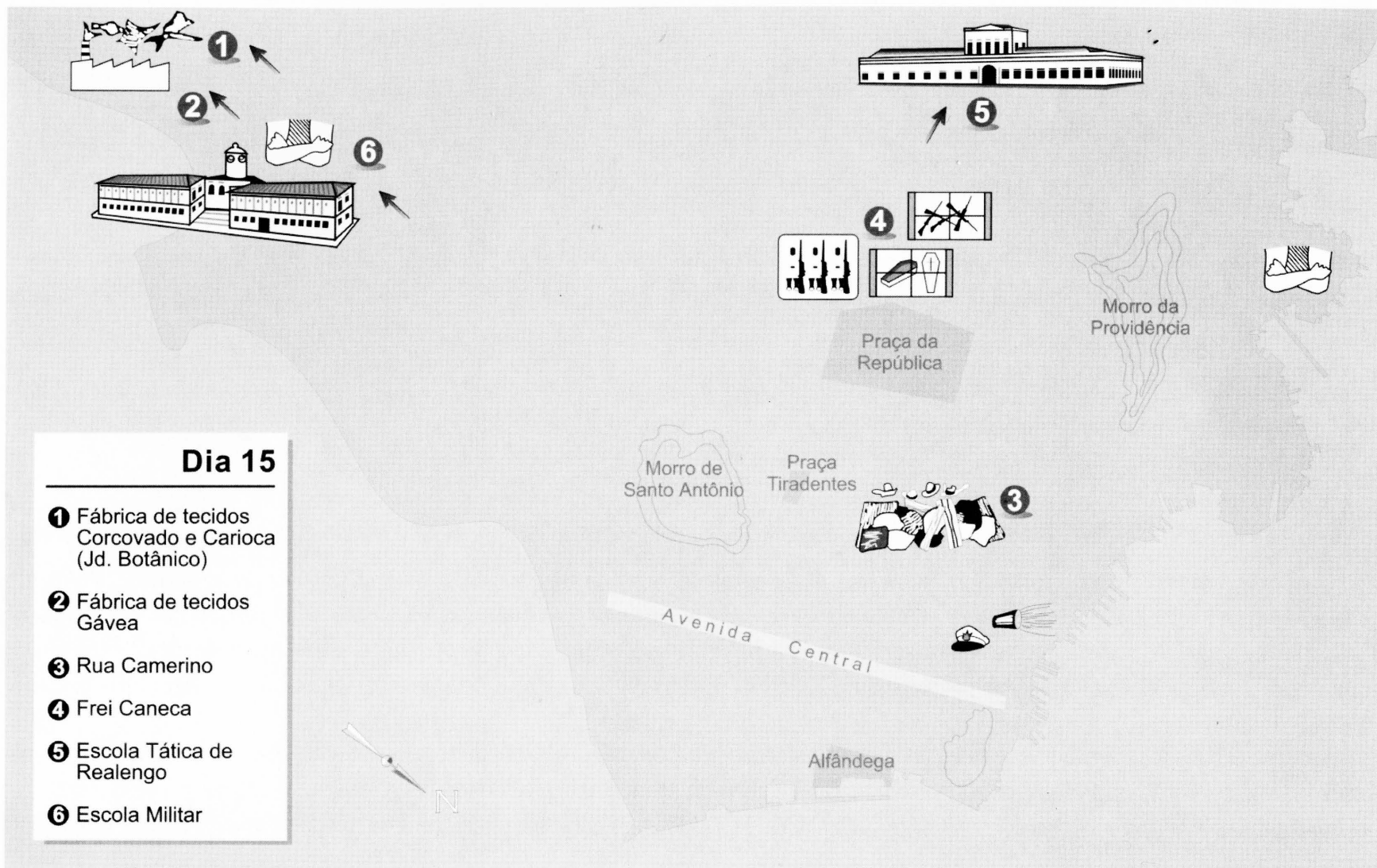
As autoridades realizaram três funções básicas: registrar a norma, apreender e fixar em quadros a conduta dos infratores.

No debate sobre as atribuições da Polícia, dois tópicos foram-se constituindo a partir da década de 90: o papel de escriba e o caráter preventivo das atividades policiais: "O dever da Polícia é descobrir e evitar casos concretos, a autoridade deve observar suas condutas de modo a impedir que ocorram fatos que receia" (Mendes, 1892).

No parecer oficial foram assinaladas as provas do delito da multidão. Este foi o inventário das perdas e danos: 22 bondes arrasados, 100 combustores danificados, 700 combustores inutilizados, postes vergados, portas e janelas quebradas. A 'subversão' dos códigos inscritos no espaço é, simultaneamente, um investimento popular criativo de apropriação da cidade e justificativa tecida para a violência reativa das autoridades. As forças repressivas responderam ao ataque dos signos da metrópole moderna com a necessidade forjada de defesa da propriedade, impedindo o 'retrocesso à barbárie' e garantindo a campanha de civilização do Rio de Janeiro.

O que releva notar é que a continuidade do serviço que da Marinha e do Exército, principalmente da Brigada Policial, se exigia ou para a guarda dos estabelecimentos públicos ameaçados ou para a guarda dos estabelecimentos particulares ou para a repressão das desordens nas ruas, estava a provocar natural fadiga ...

No dia 14, as forças repressivas permaneceram em alerta contra possíveis ataques à Delegacia situada na rua São Joaquim e à 3ª Delegacia Urbana da Saúde, na rua Senador Pompeu. As carroças funerárias circularam com a escolta da Cavalaria. Tropas da Marinha guardaram a Câmara dos Deputados, o Senado, os Correios e Telégrafos, o gasômetro, bancos e a Alfândega.

No Palácio do Catete, nas secretarias e gabinetes de ministros, lâmpadas acesas espreitavam a noite. Focos diversos projetavam, no escuro, raios de alcance das autoridades vigilantes.

Um leviatã negro trabalhado a ouro

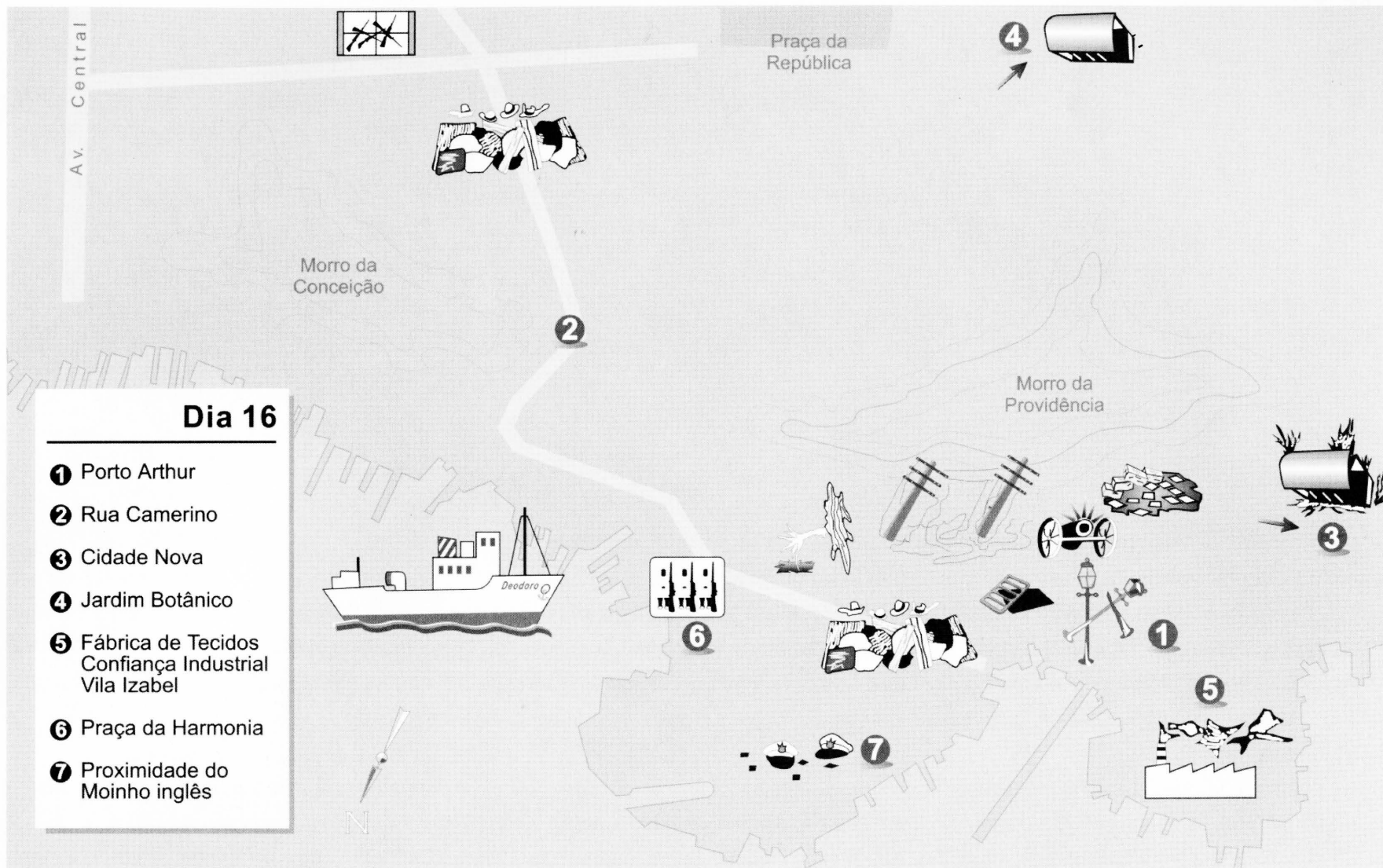
Os gasômetros e a fábrica de velas Luz Steárica foram atacados.

No bairro da Saúde, foi-se formando o núcleo da luta popular que se espraiava pelo centro da cidade. Alguns objetos, cobertos por papel prateado, simularam dinamite. Trincheiras e barricadas foram compostas na Praça da Harmonia.

No Clube Militar, civis e fardados reuniram-se. O General Olímpio da Silveira dirigiu-se ao palácio do governo e solicitou a demissão do ministro J. J. Seabra. O levante militar foi ensaiado a partir da Escola Militar, situada na Praia da Saudade, e da Escola Tática de Realengo. As paredes conspiraram: em 1904, a luz elétrica da Escola Tática foi apagada e suas atividades, encerradas. Dois sentidos de força se cruzaram na rua da Passagem: a defesa e o ataque ao Palácio do Catete. As resultantes foram tiros trocados, feridos e fugas.

Um grande número de estivadores e carregadores era contratado pela Companhia The Rio de Janeiro Flour Mills & Graneries Limited, o Moinho Inglês fundado no Brasil, em 1887. As suas instalações compreendiam um dique seco capaz de receber navios de até 135 metros de comprimento, oficinas, muralhas e uma ponte metálica (Albuquerque, 1984:33-34). O Moinho Inglês, situado no final da rua da Gamboa, foi alvo de ataque da população.

Na tarde do dia 15, o movimento no porto foi estancado. Estivadores e foguistas se reuniram ao movimento que eclodiria nas fábricas de tecidos Corcovado e Carioca e na fábrica de meias São Carlos. As vilas operárias das tecelagens registraram uma movimentação diferente dos seus moradores. Nos prédios do setor de ponta da indústria carioca, as máquinas pararam.

Um membro da associação dos portuários foi a público esclarecer que a inatividade do porto não tinha ligação nem com o movimento grevista dos tecelões cariocas ou dos 'quebra-lampiões', nem com a greve dos portuários de Buenos Aires. A imobilidade dos trabalhadores

colocou à prova a política sanitária internacional de desobstacularizar a circulação entre as nações. Neste mesmo ano, os adeptos da abolição da quarentena venceram o debate na Conferência Sanitária Internacional, realizada entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

A região da Saúde e Gamboa era conhecida por abrigar a residência de baianas, os batuques, capoeiras, saraus e festas religiosas populares.

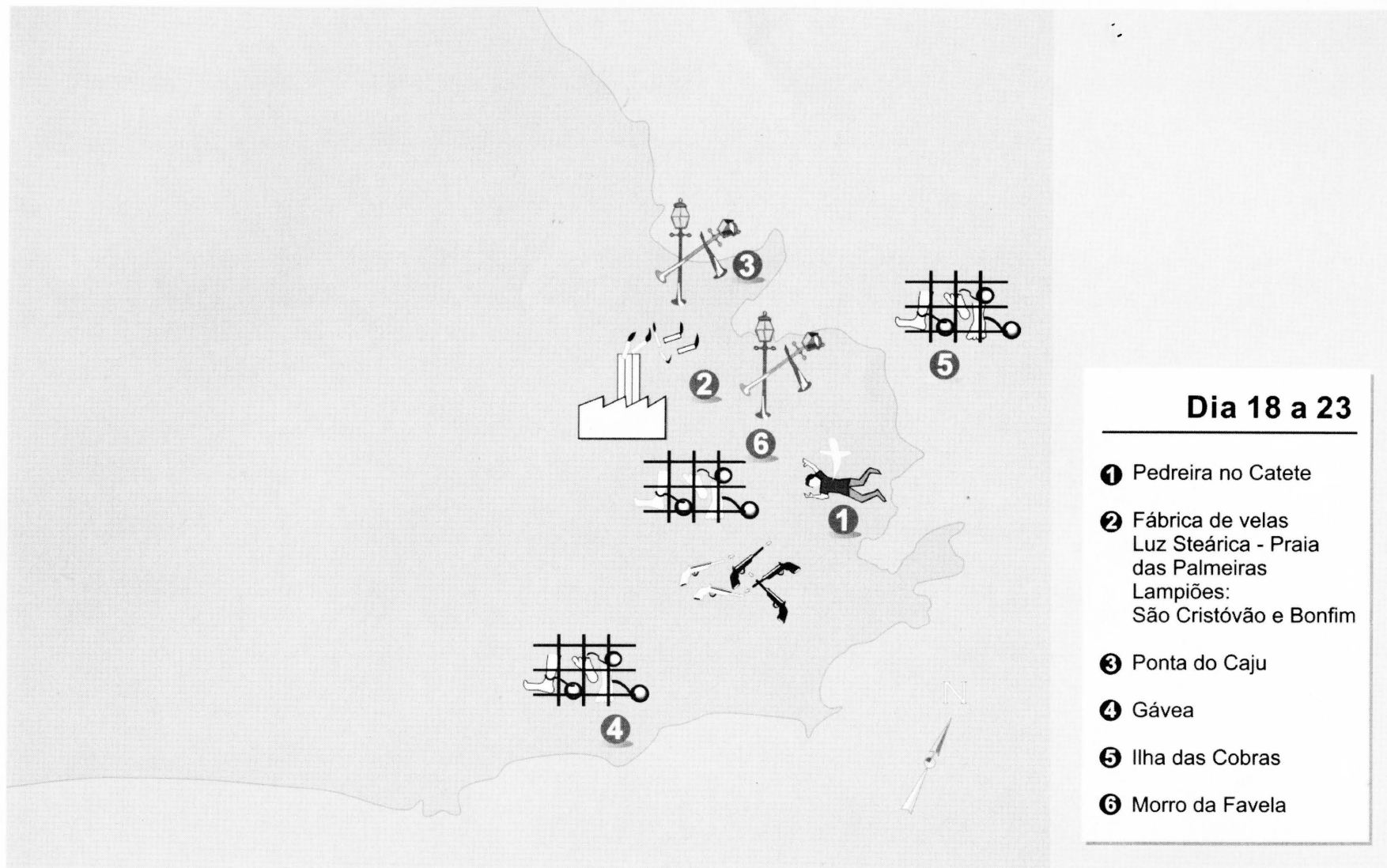
A partir da rua Camerino, nenhuma força policial conseguiu penetrar na Saúde.

As forças repressivas mapearam a cidade e dividiram-na em três regiões estratégicas. O litoral, destacado pela luz do holofote, ficou a cargo da Marinha. As ruas Haddock Lobo, Frei Caneca, a Praça Tiradentes e a rua Barão de São Félix foram atribuídas à Brigada Policial. Por último, a região da Praça da República, a rua Marechal Floriano Peixoto, a Estrada de Ferro de São Cristóvão e Vila Izabel. Casas de armas foram assaltadas pela população. Na rua Frei Caneca, o comércio da morte é atingido no ataque a uma empresa funerária. Na última década do século XIX, foi criada a Inspetoria Geral de Saúde dos Portos, regulamentada a criação de novos cemitérios e proibidos os enterros em valas comuns.

O presidente Rodrigues Alves nomeia os líderes do movimento: o senador Lauro Sodré, os deputados Alfredo Varella e Barbosa Lima. O estado de sítio foi decretado no Rio de Janeiro e em Niterói. Apenas os líderes oficiais, entre todos os presos, responderam processo.

No dia 16, a trincheira Porto Arthur, situada na rua da Harmonia, na Saúde, atingiu mais de um metro. Os morros do Livramento e da Mortona (favela) foram fortificados com material antes destinado às obras de 'intervenção cirúrgica do prefeito Passos no organismo da cidade'.

Em Vila Izabel, a fábrica de tecidos Confiança Industrial foi atacada.

As forças de repressão realizaram um ataque simultâneo ao bairro da Saúde. De um lado, o contingente da Marinha, transportado pelo encouraçado Deodoro, desembarcou perto do Moinho Inglês e tomou uma trincheira. De outro, o 7º batalhão de Infantaria do Exército tomou o morro da Mortona. As trincheiras foram abandonadas e o bairro da Saúde conquistado.

Nos dias 18 a 23, a luta popular se pulverizou. Lampiões foram atacados e também a fábrica de velas Luz Steárica, fundada em 1863.

A repressão aproveitou para fazer uma 'limpeza' preventiva nas áreas consideradas suspeitas pelas autoridades. Os presos, em torno de setecentos, aguardaram na Ilha das Cobras, antes de serem enviados para o Acre.

Conclusão

A passagem do século XIX é representada como um ponto de inflexão da história da capital brasileira. O Rio, em movimento, se transfigura. Tecemos este trabalho a partir de *três* linhas de análise, distribuídas em capítulos.

Na *primeira*, mostramos:

- como a representação do 'Rio de Janeiro civilizando-se' faz passar o tempo;
- como a imagem da cidade moderna seduz e facilita a introjeção de um novo ritmo de vida urbana.

Na *segunda*, demonstramos como, no interior do saber médico, a relação do organismo e do meio é redefinida. Os médicos positivistas ortodoxos nos revelam, por contraste, como a teoria do meio é desqualificada pela bacteriologia. Com a vitória do modelo médico que se apóia na prática da vacina, o adoecer não é mais pensado como um conjunto de circunstâncias relativas à alimentação, ao clima, à moradia e aos costumes. A partir da vacina, a prevenção se inscreve nos corpos que circulam pela cidade.

Na *terceira*, associamos o tempo ao espaço da Revolta da Vacina, de 1904. Traçamos uma morfologia da multidão e uma cartografia dos lugares de passagem. Nesta linha, o espaço chama a ação, os gestos, o som, o ritmo. Atentos aos deslocamentos da multidão na Revolta, delineamos formas sensíveis da cidade. De um lado, visamos uma certa subjetividade coletiva dos cariocas; buscamos, na história do lugar, comparar o seu uso diferenciado no tempo. De outro, indicamos a dinâmica do efêmero, a linguagem da multidão. A multidão subverte as linhas e o sentido dos projetos médico-sanitários. Seus gestos tornam fugazes os lugares da memória cristalizados nos monumentos e na denominação das ruas.

Neste *O Rio em Movimento*, ensaiamos ligar os quadros à ação. Texto e imagem produzem a análise de uma transformação e inscrevem esta história que acabamos de concluir.

Anexo 1

Exercício da profissão de mascate

(Decreto Legislativo nº 830 de 31/10/1901)

Art. 744

A classificação dos mascates (vendedores ambulantes) será feita de acordo com o disposto na lei orçamentária, correspondendo cada uma das diferentes classificações exigência de uma licença distinta, de modo a não poder o mascate de uma mercadoria negociar em outra sem pagar integralmente os impostos de cada mercadoria (Decr. cit. art. 1º).

Art. 745

A licença do mascate protegerá exclusivamente a pessoa que conduzir as mercadorias de vendas licenciadas, se essas mercadorias forem conduzidas por mais de um indivíduo, far-se-ão indispensáveis tantas licenças quantas forem necessárias. (Decr. cit. art. 3º).

Art. 746

Fica absolutamente *proibida* a localização destes *mascates* dentro da *zona urbana* (Decr. cit. art. 5º).

Art. 747

O condutor de mercadorias é obrigado a trazer junto a estas o original da respectiva licença, de modo a prontamente apresentá-la onde e quando lho for exigida pelos agentes do fisco.

Parágrafo único

A licença acima deverá ser trazida bem exposta.

Os vírus da *varíola*, da *vacina* e do *cow-pox* pertencem ao grupo dos *Poxviruses*. Os vírus da varíola e da vacina, conservados no laboratório, têm várias semelhanças entre si e se distanciam, por sua vez, das características dos vírus encontrados na natureza.

Os vírus formam uma classe de agentes infecciosos que durante muito tempo foi identificada como parasita intracelular de pequeno tamanho. Na atualidade, são reconhecidos por sua composição e organização simples e por seus mecanismos de replicagem.

Os vírus são compostos por material genético – DNA ou RNA, no caso dos retrovírus –, e cercados por uma cobertura de proteína que protege e serve como veículo de transmissão de uma célula hospedeira a outra. A *vaccinia* é classificada como um vírus grande.

O vírus emprega as enzimas do seu hospedeiro para se multiplicar. Depois de duplicar, produz uma capa que é reunida sob a forma do *virion*. Os *Poxvirus* formam uma cadeia dupla de DNA. Durante a multiplicação, aglutinam os glóbulos vermelhos do sangue.

O vírus da vacina foi objeto de várias pesquisas, incluindo as de engenharia genética visando a produção de vacinas polivalentes. O vírus da vacina apresenta uma grande cadeia de DNA. As informações para a multiplicação do vírus se encontram nas células do seu hospedeiro. Para transformar o vírus num veículo de vacina múltipla, substituímos a parte correspondente do DNA, que não é empregada na reprodução, pelos genes dos agentes responsáveis por outras doenças. Vários genes de vírus, bactérias e protistas são encontrados no vírus da vacina e podemos fazer comunicar, ao mesmo tempo, até quatro antígenos na recombinação do vírus. Uma dificuldade restringe o seu emprego. Os efeitos provocados pelo vírus da vacina esbarram nos limites do tolerado pelas normas de produção de vacinas. Este veredicto foi feito a partir dos dados americanos e europeus disponíveis sobre a vacina antivariólica. Não existem dados sobre os efeitos da vacina antivariólica para os países do Terceiro Mundo, embora esteja comprovado que os efeitos aumentam em organismos debilitados pela fome ou afecções. (Bahia Lopes, 1997, cap. 4)

Fontes

Ilustrações

Fotografia:
Marc Ferrez*:
Jardim Botânico 1890 (panorâmica), *p 26*
Aparelho Panorâmico (Ferrez, 1984:17), *p 31*
Revolta da Armada 1893 (panorâmica), *p 34*
Obras da Avenida Central. *Kosmos*, set. 1904, *p 40*
Tipo: cesteiro, *p 32*

Gravura:
Debret – Tipo do vendedor de leite, *p 25*

Caricaturas:
Lobão – *O Malho* 1908 (COC), *p 20*
Favela (COC), *p 22*
Machado, Julião – A alma do Rei Carvão – *Careta*, *p 27*
Raul – *Cenas da Vida Carioca. Primeiro Álbum* (Lima, 1963:432), *p 32*
Raul – Casa de Cômodos. *Cenas da Vida Carioca. Primeiro Álbum, p 35*
KLixto – O novo flagelo *Fon! Fon!, p 36*
Raul – A serventia das janelas. *Cenas da Vida Carioca. Primeiro Álbum, (Lima: 1963), p 38*
Aurélio Figueiredo – Cabeçalho de *A Comédia Social* (BN:OR), *p 39*
Storni – Glória ao Brasil ! (*O Malho*, 1909), *p 46*
Vasco – Os célebres cérebros (COC), *p 60*
R – Higiene a muque (COC), *p 63*
Klixto – Conferência Sanitária (Lima:1963), *p 65*
J Carlos – Galanteria (COC), *p 69*
A Avenida (COC), *p 74*
Figura da partitura *Espere, p 78*
Leonidas – Barrados à barra do tribunal (COC), *p 79*
Bambina – Higiene (COC), *p 80*
Alvaro – Pragas do Faraó (COC), *p 84*
Leonidas – Vacina Obrigatória (COC), *p 85*

** O acervo de Marc Ferrez encontra-se no Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro.*

Campinas – SP

Arquivo Edgard Leuenroth / EL

Coleção de folhetos de positivistas / Elf

Biblioteca do IFCH - Unicamp / IFCH

Coleção de periódicos atuais, em especial, nas disciplinas de história e filosofia
Coleção Hélio Vianna
Coleção organizada após a nossa pesquisa:
Coleção de História da Arte – livros e periódicos

Biblioteca do IEL – Unicamp / BIEL

Periódicos atuais sobre estética

Rio de Janeiro - RJ

Academia Nacional de Medicina /ANM

Periódicos médicos, dicionários médicos, teses de medicina da FMRJ, anais

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro / AGCRJ

Coleção de fotografias e mapas da cidade
Processos da Inspetoria de Higiene
Coleção de documentos do Instituto Vacínico

Biblioteca do Clube de Engenharia / BCE

Teses Escola Politécnica, Enciclopédia Britânica (séc.XIX)

Biblioteca da Escola Nacional de Saúde Pública / BENSP

Periódicos recentes de história da medicina

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/BNRJ

Coleção Maria Tereza
Folhetos dos positivistas
Coleções de periódicos, de literatura ilustrada - Obras Raras
Setor de Música

Museu da Imagem e do Som / MIS

Documentos organizados após nossa pesquisa:
Coleção Almirante
Partituras do século passado
Coleção Malta, fotógrafo oficial da prefeitura

Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

COC/Fiocruz: Exposição A Revolta da Vacina. 1904/1994.

Antigo Museu da Fiocruz / MFIOCRUZ
atual Casa de Oswaldo Cruz / COC

Coleção de álbuns do dr. Oswaldo Cruz

Biblioteca da Fiocruz / BFIOCRUZ

Periódicos médicos e obras de referência

Biblioteca do Instituto Benjamin Constant

Folhetos do IAPB

São Paulo - SP

Arquivo do Estado de São Paulo / AESP

Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública, antigo Instituto de Higiene / BIH

Periódicos de higiene

Biblioteca Mário de Andrade / BMA

Relatório do Chefe de Polícia
Coleção de periódicos ilustrados do início do século

Paris - França

Maison d'Auguste Comte / MAC

. . . .

Fotografias:

Acervos do MIS, da BN e do AGCRJ.

Manuscritos:

Ministério dos Negócios Interiores do Império. Correspondência de 1854. (AGCRJ)

Impressos:

Questão suscitada por alguns governos sobre a instituição de Inspetores Sanitários estipulada pela Convenção Sanitária de 25/11/87 entre Brasil, Argentina e Uruguai. (BN:040/L97g/d)
Requisição de concessão para lavanderias públicas.(AGCRJ pasta 45-4-34) Academia Imperial de Medicina. Relatório dado por uma comissão nomeada por esta Academia referente à medida de profilaxia da cólera-morbus. Rio de Janeiro. 31/07/1884.

1903
O carnaval. *O Paiz*.

1904
Academia Nacional de Medicina. *Anais*. (ANM-RJ)

1905
Cemitérios do Rio. Revista *Kosmos*. Rio de Janeiro, ano II. (AEL)

1909
Exposição Nacional de Higiene no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Of. Renascença. (AGCRJ)

Princípios Gerais Modernos de Higiene Escolar Aplicados ao Rio de Janeiro. Tese Escola Politécnica. (BCE)

Affonso, P. B.
Propostas para fornecimento da vacina antivariólica ao dr. Jorge A. Franco ... Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1909. (BN)

Aleixo, M.
A grande artéria. *Kosmos*, ano I, 4, abril. 1904.

Andrade, J. B.
Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos regulamentos. Rio de Janeiro. Tip. Villeneuve. 1855. (BN: III, 17.6.15 n.16)

Barré, L. A.
Manuel de Génie Sanitaire. La Maison Salubre. Paris: Lib. J. B., 1898.

Boletim da Intendência Municipal. Diretoria Geral da Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. Rio de Janeiro, 1904. (AESP)

Boletim Mensal de Estatística Demógrafo-Sanitária da cidade do Rio de Janeiro, ano XII, I, 1904. (BENSP – 3/3/293)

Brasil.
Comissão Brasileira na Exposição Internacional de Higiene de Londres. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

BRASIL.
Departamento Nacional de Saúde. *Reorganização dos serviços de higiene administrativa da União*. Decreto legislativo nº 1.151 de 05/01/1904. *Reg. dos serviços sanitários da União*, decreto do Poder Executivo nº 5.156. 08/03/1904. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. (BN)

BRASIL Médico.
Revista Semanal de Medicina e Cirurgia. Direção dr. Azevedo Sodré, Olinto de Oliveira, Marco Filho, 1904. (BIH)

BRASIL Tratados.
Questão suscitada por alguns governos sobre a instituição de inspetores sanitários estipulada pela Convenção Sanitária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. (BN)

BERTOGLIO, L.
Les cemitières du point de vue de l' hygiène et de l' administration. Paris: Baillière, 1889.

CARDOSO, J. L.
Considerações acerca da idade crítica da mulher. Rio de Janeiro: Tip. do Diário de N. L. Vianna, 1849. (BN)

CARNEIRO, H. A. (Visconde de Condeixa)
Reflexões e observações sobre a prática da inoculação da vacina e as suas funestas conseqüências feitas em Inglaterra.
Lisboa. J. R. Neves, 1809. (BNRJ, 5(3):8)

CHAVIGNY, P. M. V.
Psychologie de l'hygiène. Paris: Flamarion, 1921.

CRUZ, O.
Álbum de recortes de jornais. Rio de Janeiro. (MFIOCRUZ)

DIAS DUARTE, J.
Higiene relativa às diversas condições sociais. Rio de Janeiro. Tip Laemmert, 1844. (BN)

DIRETORIA GERAL de SAÚDE PÚBLICA
Processo sobre reforma e desapropriação de habitações. Rio Janeiro. 16/11/1904. (AGCRJ)

Encyclopédie Internationale d'Assistance, de Prévoyance d' Hygiène Sociale et *Démographie* Paris. Ballière, 1909. (BN)

FARIA, C.
Erros e preceitos da Medicina Social (aspectos médicos e paramédicos da vida social, formação de hábitos sadios – Conselhos e sugestões). Rio de Janeiro: Guanabara, 1936.

FRANCISCO, L. O. A.
Dissertação sobre os tuberculosos pulmonares e sua freqüência no Rio de Janeiro, s.l., 1855.

FREITAS, O.
Do registro sanitário das habitações. Recife. Imprensa Industrial, 1909. (BN)

Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. Rio de Janeiro. IAPB:

BAGUEIRA LEAL, J. C.
1927
O bolchevismo no Brasil e o exame médico pré-nupcial.

1920
A fórmula Saúde e Fraternidade. Ainda a incorporação do proletariado na sociedade moderna e os ensinos de Augusto Comte. A propósito da recente tentativa de greve geral.

A questão social e o positivismo.

1911
Notice historique sur la question de la vaccination obligatoire au Brésil. (MAC)

1908
Lorena, uma cidade que abandonou a vacina. (MAC)

Sobre a vacina. *Folha do Povo*, 22:03. (AEL/Elf 14)

1904
A questão da vacina. Revelações sobre a vacina, IV, VII IAPB

1881
Teoria positiva das epidemias. Tese Faculdade de Medicina RJ. (ANM)

BARBOSA, L. B. H
1904
A vacina e a sua obrigatoriedade. Em resposta ao Sr. Dr. Vieira Bueno. Campinas: Tip. Livro Azul. (BN 610.8/558b)

MENDES. R. T.
1918
Ainda em defesa da sociedade e especialmente em defesa do culto dos mortos, contra o despotismo sanitário. IAPB.

1915
Ainda pela organização da higiene pública. IAPB, 384. (AEL/Elf 180)
Ainda o respeito cavalheiresco à dignidade feminina. IAPB, 390.

1910
Ainda o despotismo sanitário e a política republicana. IAPB.
O ensino público e o despotismo sanitário. (AEL/Elf 92 e BN: 339, 4, 2, n 35)

1909
A propósito da proibição de acompanharem crianças os enterros. Rio de Janeiro. *Jornal do Commercio*. 24/07/1909.

1908
A incorporação do proletariado na sociedade moderna, 77.

A higiene oficial e a verdadeira higiene. IAPB, 77.

A preeminência moral e social da mulher. Rio de Janeiro, IAPB. (AEL/Elf 118)

Ainda as cruéis e absurdas monstruosidades do despotismo sanitário, 252. (AEL/Elf, 167)

Ainda a questão da vacina e da varíola. IAPB, 264.

Ainda a questão da vacina obrigatória e a política republicana, IAPB.

Ainda em defesa da política republicana atraiçoada pela higiene oficial. Rio de Janeiro. (IAPB, 266 AEL/Elf 89)

Ainda contra a vacinação obrigatória. *Jornal do Commercio*, 28/08/1904.

1904
A liberdade espiritual e a vacinação obrigatória. IAPB, 56. (BN)

A propósito da reação popular contra a vacinação obrigatória, sob todos os governos, e com a mesma decisão, IAPB. (BN)

1902
A liberdade espiritual e a vacinação obrigatória. Rio de Janeiro, IAPB.

O regimento republicano e o respeito à dignidade do proletariado, esp. o culto pela mulher proletária. A propósito do projeto apresentado ao Conselho Municipal para a regulamentação das amas de leite.

A verdadeira política republicana e a incorporação do proletariado na sociedade moderna. A propósito das últimas greves.

A propósito das férias anualmente devidas aos proletários empregados na atividade industrial.

A incorporação do proletariado na sociedade moderna e os ensinos de A. Comte. A propósito das últimas greves em São Paulo e nesta capital.

1889
A incorporação do proletariado na sociedade moderna. Projeto relativo às oficinas federais.

Une funeste liaison (Saint Simon) de la vingtième année d'Auguste Comte. A propos d'un article de M. Alfred Pereire.

Évolution originale d'Auguste Comte. Doccuments publiés jusqu'ici montrant la parfaite continuité de cette évolution recueil fait par MENDES, R. T. (MAC)

Mission et devoir des positivistes dans la actualité. Conclusion totale du Système de Politique Positive par A. Comte. (MAC)

GUIMARÃES, C.
Da vacina antivariólica. Diniz Junqueira. Rio de Janeiro. L. Macedo, 1892.

HOMEM, J. V. & TORRES D. R.
A alimentação que usa a classe pobre no Rio de Janeiro e *sua influência sobre a mesma classe*. (ANM)

Jornais:

1904
Vaccination Inquirer. Londres, dezembro. (MR)

1905
O Paiz

1904
A Notícia (BN)
Correio da Manhã (AEL)
Jornal do Brasil
Jornal do Commercio
Vaccination Inquirer. Londres, dezembro

LILIENFELD, P.
1896
La Pathologie Sociale. Paris: Giard. (BN)

LOBO, A.
1908
Positivismo e Micróbios. São Luis: Tip. Farias.(BN v. 251. 3.2 n.11)

MEDEIROS, A. A. C.
1918
Considerações Gerais sobre a Varíola no Brasil e a Conseqüente Introdução de sua Profilaxia pela Vacina Animal. São Paulo: Tip. Diário Oficial. (BMA 610/Q/c/93)

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Lei nº 1026. 31/10/1904. *Legislação Federal do Setor Saúde*. Brasília. Consultoria Jurídica do M. da Saúde. v. 1. p. 3-6.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
1913
Codificação Sanitária (1884-1913). Rio de Janeiro. *O Paiz*.

1906
Instruções para o Recenseamento da População do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Commercio. (MR)

1906
Consolidação das Leis e Posturas Municipais. Rio de Janeiro. *Registra a construção de avenidas parahabitações de proletários e operários e de outras providências*. (AGCRJ).

PASSOS, P. P.
1916
Consolidação das Leis e Posturas Municipais. Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO
1904
Boletim da Intendência Municipal do Rio de Janeiro. (AESP)

ROSA, F
1904
Avenida Central. Revista *Kosmos*, ano 1.

RAFFALOVICH, A.
Le logement de l'ouvrier et du pauvre. Paris: Guillaume. (BN: 887331833/r136)

REGO FILHO,
Bibliografia da Formação Histórica de Nacionalidade Brasileira. 1912 Dr. José P.: Tip. Bernard Frères.

REIS, F. dos S.
Higiene e Arquitetura. Separata da *Revista Municipal de Engenharia*, v. XVI jan/mar 1. (BN: II 341, 7, 19 n 1)

REIS, T. J.
Elementos de Higiene Social. Curitiba: Tip. Cia. Impressora Paranaense. (BMA)

RIBEIRO, B. C.
Quais as medidas sanitárias que devem ser aconselhadas na cidade 1877 do Rio de Janeiro. Tese Fac. Medicina. Rio de Janeiro. Tip. do Direito (BN). São Luis: Tip. Farias (BN V 251. 3.2 n. 11)

ROSENAU, M. J.1903
The Bacteriological Impurities of vaccine virus on experimental studies. (COC – Fiocruz)

SILVADO, J.
1904
A Assistência Pública no Rio de Janeiro (projeto de organização). São Paulo: Escola Tipográfica Saleziana.

1903
A propósito da Assistência Pública. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*.

SPENCER, H.
1885
Essais de Morale, de Science et d'Esthétique. Paris: Felix Alcan.

TAPAJÓS, T.
1895
Estudos de Higiene. A Cidade do Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. (BN/BMA)

XIQUOTE, D.
1905
Versos Perversos. Poesias Satíricas em Comentário aos Acontecimentos Políticos de 1904. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho.

Referências Bibliográficas

Artigos

ADORNO, T.
1961
La statique et la dynamique, catégories sociologiques. *Diogène*, 33. jan./mars. Paris, Gallimard. p.35-55.

ARANTES, P. E.
1988
Manias e campanhas de um benemérito. Breves notas sobre o Dr. Pereira Barreto e o positivismo no Brasil, em resposta a Luiz Antonio de Castro Santos. *Novos Estudos Cebrap*, out., p.199-204.

O positivismo no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, jul., p.185-194.

ARIÈS, P.
1978
La famille et la ville. *Esprit*, 1, p.3-12.

AZOUVI, F.
1961
La femme comme modèle de la pathologie au XVIII^{e} siècle. *Diogéne*, 33, jan./mars. Paris: Gallimard.

BAEHEREL, R.
s.d
La haine de classe en temps d'épidémie em *Annales*. Paris, Lib. Armand Colin. p. 351-360.

BAHIA LOPES, M.
1995
O sentido da vacina ou quando o prever é um dever. *Manguinhos - História, Ciências, Saúde* mar./jun., p.65-77. Rio de Janeiro. COC/Fiocruz.

1994
Porto, porta, poros. In: *Imagens da Cidade*. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, p. 61-75.

BARBOSA, R.
1904
Extratos d' *A Notícia*, 11/12 nov. 1904 apud IAPB. Ainda a vacinação obrigatória e a política republicana. Rio de Janeiro, IAPB,259:08 (MR F/IP-9).

BEGUIN, F.
1977
Les machineries anglaises du comfort. *Recherches*, dez., 29, p. 155-186.

BERNARD, M.
1982
Les paradoxes de la douleur. Paris, *Esprit*. sept., p.152-163.

BRESCIANI, M. S. M.
1985
Metrópolis, as faces do monstro urbano. *Revista de História*.São Paulo, Anpuh/Marco Zero.

1983
Processo de Trabalho: lei, ciência e disciplina. Campinas. (Mimeo.)

1978
As voltas do parafuso. São Paulo: Auphib-Brasiliense. (Coleção Cadernos de Pesquisa Tudo é História, 2).

Bronstein & Abreu
Políticas públicas, estrutura urbana e distribuição de população de baixa renda na área metropolitana do Rio de Janeiro. *Botafogo - História dos Bairros, Memória Urbana*. Rio de Janeiro: Index/João Fortes.

Canguilhem, G.
1977
O efeito da bacteriologia no fim das teorias médicas do século XIX. *Ideologia e Racionalidade nas Ciências da Vida*. Lisboa: Ed. 70, p.51-52.

Cauquelin, A.
1982
Connivence du corps et de la ville. *Esprit*. sept., p.137-142.

Chauí, M.
1982
Ideologia e Mobilização Popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Collinet, M.
1961
Problèmes de l'évolution des sociétés modernes. A propos de l'idée de progrès au XIXe siècle. *Diogéne*. jan./mars. Paris, Gallimard.

Cooper, D. B.
1982
Oswaldo Cruz and the impact of yellow fever on Brazilian History. *Bulletion of Tulane University*. Medical Faculty, 26, feb. p.49-52.

Crevenna, P. B.
Algumas consideraciones sobre la evolución del concepto de epidemiologia. *Saúde e Debate*, 4.

Dagognet, F.
1985
D'une certaine unité de la pensé d'Auguste Comte. Science et Réligion inseparables *Revue Philosophique France et Étranger. Auguste Comte*. Paris, PUF, 4. oct./dec. p.403-422.

Franco, M. S. C.
1978
As idéias estão no lugar. São Paulo: Auphib-Brasiliense. (Coleção Cadernos de Pesquisa Tudo é História).

Lee, R.
1868
Lições sobre as inoculações sifilíticas e de suas relações com a vacinação. Trad V. de Saboia. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, 15/05/1868.

Mehly, J. C. S. & Bertolli Filho, C.
1990
História social da saúde: opinião pública e poder. A Campanha da Vacina de 1904. São Paulo, *Estudos Cedhal*, 5.

Méredieu, F.
1984
L'image photographique comme prothèse de la représentation. *Revue d'Esthétique*, 7, p.151-158.

1974
Revista *Recherches*, s.l.:s.n.

Needham, J.
1980a
China and the origin of inoculation. *Eastern Horizon*, 19, p.1-6, s.l.

1980b
China and the origin of inoculation. Hong Kong: Center of Asian Studies.

Puymeges, D.
1983
La crise des systèmes de santé: la médicalisation de la mort. *Milieu*, fév./mai. (*Revue Trimestrielle du Centre de Recherches sur la Civilisation Industrielle)*

Santos, L. C.
1988
Meia palavra sobre a 'filosofia positiva' no Brasil. Diálogo com Paulo Eduardo Arantes. *Novos Estudos Cebrap*, 22 out., p.185-192.

1998
Estado e saúde pública no Brasil 1889/1930. *Dados*, 23:02. Rio de Janeiro. Campus/Iuperj, p.244.

SILVERSTEIN, A. M. & MILLER, G.
1981
The royal experiment on immunity 1721/1722. *Cellular Immunology*, p. 61:437-447.

VAZ, L. F.
1996
Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista do Rio de Janeiro*, 2.

Livros e Catálogos

1979/1980
Assistência Médica no Rio de Janeiro: uma contribuição para a sua história: 1890/1945. Relatório CMS/Finep. Rio de Janeiro.

ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. H.
1986
Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar. 2.ed.

ALBUQUERQUE, M. B. M.
1984
Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904/20) – um estudo sobre a participação política das categorias portuárias no movimento operário da Primeira República.Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ.

ARIÈS, P.
1981a
História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Zahar.

1981b
O Homem Diante da Morte. v. I e II. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves.

BACHELARD, G.
1983
La Psychanalise du Feu. Paris: Gallimard.

1979
A Poética do Espaço. Rio de Janeiro: Liv. Eldorado.

BAHIA LOPES, M.
1997
Les Corps Inscrits. Vaccination Antivariolique et Biopouvoir. Londres – Rio de Janeiro 1840/1904. Tese de Doutoramento, Universidade Paris VII.

1988
Práticas Médico-Sanitárias e Remodelação na Cidade do Rio de Janeiro: 1890/1920. Tese de Mestrado, Campinas: Depto. de História/ IFCH/UNICAMP.

BARBOZA, C.
1899
Saneamento da Capital Federal. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia. p.1-2.

BARRETO, L.
1985
Os Bruzundangas. Rio de Janeiro: Ática.

1978
Triste Fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: Brasiliense.

1976
Clara dos Anjos. Rio de Janeiro: TecnoPrint.

1956
Vida Urbana. Artigos e Crônicas. São Paulo: Brasiliense.

BARRETO, L. P.
1967
Do exercício ilegal da medicina. *A Província de São Paulo* apud LINS, I. p.82.

BARTHES, R.
1981
A Câmara Clara. Lisboa: Ed. 70.

BENCHIMOL, J. L.
1982
Pereira Passos, um Haussman Tropical. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ. p.224.

BENEVOLO, L.
1983
História da Cidade. São Paulo: Perspectiva.

BENJAMIN, W.
1985
Obras Escolhidas. Vol I. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense.

1984
Paris Capitale du XIX^{e} Siècle. Paris: Cerfi.

1980a
Poesia y capitalismo. Iluminaciones II. Madrid: Taurus.

1980b
Textos Escolhidos. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores).

1975
A Modernidade e os Modernos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

BLANCHOT, M.
1969
L'entretien Infini. Paris: Gallimard.

BRENNA, G. R.
1985
O Rio de Janeiro de Pereira Passos, uma Cidade em Questão. Rio de Janeiro: Index.

BRESCIANI, M. S. M.
1982
Londres e Paris no Século XIX; o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Tudo é História).

1976
Liberalismo: Ideologia e Controle Social. Um estudo sobre São Paulo (1850/1910). Tese de Doutoramento, São Paulo: Depto. de História/FFLCH/USP.

BRITO, S.
1943/1944
Obras Completas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BULHÕES, O.
1899
Saneamento da Capital Federal. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia.

CANGUILHEM, G.
1983
Études d'Histoire et de Philosophie des Sciences. Paris: Vrin.

1982
O Normal e o Patológico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 2.ed.

1980
La Connaissance de la vie. Paris: Vrin.

1977
Ideologia e Racionalidade nas Ciências da Vida. Lisboa. Ed. 70. Paris: Vrin.

CANNETI, E.
1983
Massa e Poder. São Paulo: Melhoramentos.

1984
A Revolta da Vacina. Seminário Rio Republicano. Rio de Janeiro: CEM/FCRB, out. (Mimeo.).

CARVALHO, J. M.
1987
Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras.

1989
A Formação das Almas. São Paulo: Cia. das Letras.

CARVALHO, L. A.
1980
Contribuição ao Estudo das Habitações Populares. Rio de Janeiro 1886/1906. Dissertação de Mestrado, Niterói: ICHF/CEG/UFF.

CAUQUELIN, A.
1977
La Ville, la Nuit. Paris: PUF.

CHALLOUB, S.
1996
Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia. das Letras.

CHOAY, F.
1965
L'urbanisme, Utopies et Réalités une Anthologie. Paris: Seuil.

COMTE, A.
1983
Textos Escolhidos. São Paulo: Abril. (Coleção Os Pensadores).

s.d.
Catecismo Positivista. s.l.: Europa-América.

CORACY, V.
1965
Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: J.Olympio.

CORBIN, A.
1987
Saberes e Odores. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia. das Letras.

COSTA, J. F.
1977
Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro: Graal.

COSTA, N. R.
1983
Estado e Políticas de Saúde Pública 1889/ 1930. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro:Iuperj.

DAGOGNET, F.
1984
Le Nombre et le Lieu. Paris: Vrin.

DARMON, P.
1984
La Longue Traque de la Variole: les pionniers de la médécine préventive. Paris: Perrin.

DAVIS, B. et al.
1980
Microbiology. Hagerstown: Harper International Ed.

DE DECCA, E.
1980
O Silêncio dos Vencidos. São Paulo: Brasiliense.

DELEUZE, G.
s.d.
Diferença e Repetição. Trad. L. B. Orlandi & R. Machado. Rio de Janeiro: Graal.

1987
Proust e os Signos. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

1974
Lógica dos Sentidos. São Paulo: Perspectiva.

DESROSIÈRES, A.
1993
La Politique des Grands Nombres – histoire de la raison statistique. Paris: La Découverte.

DUNLOP, C.
1973
Os Meios de Transporte do Rio Antigo. Rio de Janeiro: Gpo. de Planejamento Gráfico. 2.ed.

DYOS, H. J.
1973
Victorian City: images and realities. Londres: Dyos-Routledge.

EDMUNDO, L.
1957
O Rio de Janeiro do Meu Tempo. Rio de Janeiro: Conquista.

ENGELS, F.
1975
A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. s.l.: Afrontamento.

FALCÃO, E. de C.
1971
Oswaldo Cruz. Monumenta Histórica. São Paulo: Brasiliense, tomo II.

FOUCAULT, M.
1980
O Nascimento da Clínica. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

1977
Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes.

FRONTIN, P.
1899
Saneamento da Capital Federal. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia.

GUATTARI, F.
1981
Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense.

HARDMAN, F.
1988
O Trem Fantasma. São Paulo: Cia. das Letras.

LATOUR, B.
1984
Micróbios. Guerra e Paz. Les Microbes: guerre et paix. Paris: Metaillé.

LIMA, H.
1963
História da Caricatura no Brasil. Rio de Janeiro: s.n. 2v.

LINS, I.
1967
História do Positivismo no Brasil. São Paulo. Cia. Editora Nacional. (Coleção Brasiliana).

LUSTOSA, I.
1993
Brasil pelo Método Confuso: humor e boemia em Mendes Fradique. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil.

MILLER, G.
1957
The Adoption of Inoculation for Smallpox in France and England in the 18th Century. Philadelphia: Pensylvania University Press.

MOMIGLIANO, A.
1991
Problémes d'Historiographie Ancienne et Moderne. Paris: Gallimard.

MONTEIRO DE ANDRADE, C. R.
1992
A Peste o Plano. Tese de Mestrado, São Paulo: FAU/USP.

MOULIN, A. M. (Org.)
1996
L'aventure de la Vaccination. Paris: Harmattan.

NASCIMENTO, J. L.
1989
Culture et Politique: positivisme et darwinisme social: généalogie d'une sensibilité brésilienne. Tese de Doutoramento, Paris, Nanterre: Universidade Paris VIII.

NORI, C.
1978
La Photographie Française. Paris: Cotrejour.

PÔRTO, Â.
1985
As Artimanhas do Esculápio: crença ou ciência no saber médico. Niterói. Tese de Mestrado, Niterói: UFF.

RIBEIRO, L.
1992
O Barão de Lavradio e a Higiene no Rio de Janeiro Imperial. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Itatiaia. v.172.

ROBINET
1898
L' expression de la médicine illégale apud LEMOS, M. *A Liberdade Espiritual e o Exercício da Medicina.* Rio de Janeiro, IAPB, p.13-14.

ROCHA, O. P.
1983
A Era das Demolições na Cidade do Rio de Janeiro. Tese de Mestrado, Niterói: U F F.

SANTOS, F.
1904
Atlas da sessão extraordinária de 26/05/1904. In: *Anais da Academia Nacional de Medicina,* Rio de Janeiro (ANM), p.307-311.

SEVCENKO, N.
1993
A Revolta da Vacina. Edição revista e ampliada.

1984
A Revolta da Vacina. São Paulo: Brasiliense. p.14. (Coleção Tudo é História).

1983
Literatura como Missão. São Paulo: Brasiliense.

SILVADO, J.
1904
A Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro: projeto de organização. São Paulo: Escola Typográfica Saleziana.

SONTAG, S.
1982
Ensaios sobre a Fotografia. Rio de Janeiro: Arbor.

STEPAN, N.
1976
Gênese e Evolução da Ciência Brasileira. Rio de Janeiro: Artenova.

SUSSEKIND, F.
1990
O Brasil não é Longe Daqui. São Paulo: Cia. das Letras.

TEIXEIRA, L. A. da S.
A Rebelião Popular contra a Vacina Obrigatória. Rio de Janeiro: Uerj. (Série Estudos em Saúde Coletiva, 103).

THOMPSON, E. P.
1979a
The Making of the English Working Class. Londres: Penguin.

1979b
Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase. Barcelona: Critica/Grijalbo.

VAZ, N. & FARIA, A. M. C.
1993
Guia Incompleto de Imunologia. Belo Horizonte: CoopMed.

WILSON, G. S.
1967
The Hazards of Immunization. Londres: Oxford University Press.

Índice Remissivo

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

Z